

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Sociais.

FE – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação.

Mestrado em Educação

Daniele Cabral de Freitas Pinheiro

**EDUCAÇÃO SOB CONTROLE DO CAPITAL FINANCEIRO: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL
DO LIVRO DIDÁTICO**

Rio de Janeiro

2014

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Sociais.

FE – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação.

Mestrado em Educação

Daniele Cabral de Freitas Pinheiro

**EDUCAÇÃO SOB CONTROLE DO CAPITAL FINANCEIRO: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL
DO LIVRO DIDÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Roberto Leher

Co-orientadora: Sara Granemann

Resumo

Nas últimas décadas foram constituídas empresas educacionais de natureza monopolista que concentram volumes inéditos de capitais e são, em grande medida, controladas pelo capital financeiro. Analisamos empresas de destacada participação no mercado mundial e nacional, particularizando o setor de produção de livros didáticos, entre as quais está a brasileira Abril Educação. O substrato teórico desta investigação é composto pelas formulações de Marx sobre o capital financeiro e de Lenin sobre a consolidação da era dos monopólios, que permitem compreender a hegemonia do capital financeiro a partir desse período e as relações de dependência estabelecidas entre as burguesias de países de capitalismo central e periférico, assim como seus nexos com o Estado, que cumpre papel fundamental na reprodução do capital. O governo federal é o principal comprador de livros escolares do país através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e desde a década de 1930 os mecanismos de apoio estatal às editoras privadas vêm sendo ampliados e aprimorados. Ao mesmo tempo em que atende a demanda dos estudantes por acesso gratuito a livros e materiais didáticos, as empresas que participam do PNLD e os fundos de investimento a elas associados se apropriam, assim, de parcelas do fundo público, fazendo dessa política mais um canal de escoamento da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores para o capital financeiro.

Palavras-chave: capital financeiro, fundos de investimento, PNLD, Abril Educação.

Resumen

En las últimas décadas se constituyeron empresas educacionales de naturaleza monopolista que concentran volúmenes inéditos de capitales y son, en gran medida, controladas por el capital financiero. Analizamos empresas de destacada participación en el mercado mundial y nacional, particularizando el sector de producción de libros didácticos, entre las cuales está la empresa brasilera Abril Educación. El substrato teórico de esta investigación es compuesto por las formulaciones de Marx sobre el capital financiero y de Lenin sobre la consolidación de la era de los monopolios, que posibilitan comprender la hegemonía del capital financiero a partir de ese periodo y las relaciones de dependencia establecidas entre las burguesías de países del capitalismo central y periférico, así como sus nexos con el Estado, que cumple un papel fundamental en la reproducción del capital. El gobierno federal es el principal comprador de libros escolares del país, a través del Programa Nacional del Libro Didáctico (PNLD), y desde la década de 1930 los mecanismos de apoyo estatal a las editoras privadas vienen siendo ampliados y perfeccionados. Al mismo tiempo en que atiende la demanda de los estudiantes por acceso gratuito a libros y materiales didácticos, las empresas que participan del PNLD y los fondos de inversión a éstas asociados se apropian, de esta manera, de parcelas del fondo público, haciendo de esa política un canal más de drenaje de la riqueza socialmente producida por los trabajadores, para el capital financiero.

Palabras claves: capital financiero, fondos de inversión, PNLD, Abril Educación.

Lista de siglas

ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais
ABERT – Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão
ANER – Associação Nacional dos Editores de Revistas
ANJ – Associação Nacional de Jornais
ABRALE – Associação Brasileira de Editores de Livros
ABRELIVROS – Associação Brasileira de Autores dos Livros Educativos
AGCS – Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
AMEC – Regulation Committee of the Brazilian Capital Markets Investors Association
ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior
ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas
BM – Banco Mundial
BM&FBovespa – Bolsa de Mercadorias & Futuros / Bolsa de Valores de São Paulo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEO – *Chief Executive Officer*
CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático
Colemarx – Coletivo de Estudos Marxistas em Educação
Colted – Comissão do Livro Técnico e Didático
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante
Fename – Fundação Nacional do Material Escolar
Fies – Fundo de Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
Geil – Grupo Executivo da Indústria do Livro
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL – Instituto Nacional do Livro
MEC – Ministério da Educação
NYSE – *New York Stock Exchange*

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

Plidef – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Prouni – Programa Universidade para Todos

SE – *Stock Exchange*

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Usaid – *U.S. Agency for International Development* (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional)

Lista de tabelas e gráficos

Valor de mercado de empresas de educação nas bolsas (em milhões de dólares) – p.40

Dez maiores empresas do Ranking Global do Mercado Editorial 2013 – p.45

Empresas de destaque na educação básica e superior brasileira – p.58

Histórico de aquisições da Abril Educação S.A. – p.64

Principais acionistas da Abril Educação S.A. – p.72

Histórico de ampliação dos programas do livro – p.90

Livros que os alunos de cada ano ou série recebem no PNLD atualmente – p.92

Investimento PNLD Ensino Fundamental e Médio – 1996 a 2014 – p.94

Participação das Editoras nas Aquisições de Livros – PLIDEF 1977-1984 (%) – p.95

Participação das Editoras nas Aquisições de Livros – PNLD 1985-1991 (%) – p.96

Participação das Editoras nas Aquisições de Livros – PNLD Ensino Fundamental e Médio 1996-2014 (%) – p.97

Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução | 9 |
| 1 Capitalismo dos monopólios | 16 |
| 1.1 Capital financeiro..... | 21 |
| 1.2 Capitalismo desigual e combinado | 28 |
| 1.3 Estado e fundo público..... | 30 |
| 2 Monopolização do setor editorial e educacional | 36 |
| 2.1 Concentração no setor de serviços educacionais | 39 |
| 2.2 Concentração no setor editorial | 44 |
| 2.3 Caso brasileiro | 54 |
| <i>Papel do Estado</i> | <i>59</i> |
| <i>Abril Educação e a situação da educação básica.....</i> | <i>62</i> |
| 3 Política brasileira do livro didático | 79 |
| 3.1 Apoio do Estado à indústria editorial | 79 |
| 3.2 Programas de compra de livros didáticos e capital financeiro..... | 86 |
| Considerações finais | 99 |
| Bibliografia..... | 103 |
| Apêndices..... | 113 |
| Anexos..... | 125 |

Introdução

Esta dissertação aborda o avanço do capital financeiro no setor de serviços e mercadorias educacionais, particularmente de livros didáticos. O mercado brasileiro de livros didáticos, tradicionalmente composto por um restrito grupo de editoras nacionais, está sendo alterado mediante um grande volume de fusões e aquisições de empresas do setor, operações estas que incluem algumas das maiores empresas de educação e edição do mundo. Além de terem se tornado parte de empresas com maiores volumes de capitais e mais diversificadas, estas têm aberto seus capitais em bolsas de valores e recorrido a fundos de investimentos para seguir crescendo.

Essas novas empresas em formação no mercado de educação possuem instituições de todos os níveis de ensino, cursos técnicos, profissionalizantes e preparatórios para vestibular e concursos público, escolas de idiomas, portais educativos *online*, comercializam sistemas de ensino para as redes pública e privada, apostilas, *kits* pedagógicos, formação de professores, sistemas de avaliação, consultoria para gestão de qualidade etc. Além disso, seus negócios incluem áreas de imprensa, mídia audiovisual, informática, produção de computadores e outras tecnologias, entre outras.

Paulatinamente, ao longo do desenvolvimento capitalista, todos os setores econômicos, e outros não mercantilizados até então, têm se tornado um terreno fértil para o crescimento de empresas monopolistas. Não se trata, portanto, de um fenômeno circunscrito à mercadoria educação, tampouco apenas nacional. Economistas já registraram que a indústria do livro dos Estados Unidos tem passado por incorporações e fusões como saída para a redução de sua taxa de lucro (EARP e KORNIS, 2005, p.74). A reconfiguração do mercado educacional e editorial brasileiro, com drástica centralização e concentração de capitais, é própria do capitalismo contemporâneo, quando os monopólios e o capital financeiro a eles associados aprofundaram sua presença no setor de serviços, em busca de espaços lucrativos onde investir seus capitais.

O ensino superior privado, avaliado por empresários como o mercado educacional promissor do início do século¹, é palco da maior parte das operações centralizadoras de capitais do setor educacional. Contudo, a magnitude do sistema brasileiro de educação básica, com 42.222.831 de matrículas em 2012 (INEP, 2013, p.15), proporciona lucros significativos para as instituições financeiras que investem neste nível de ensino. Analistas avaliam que a perspectiva para o setor é continuar registrando fusões e aquisições, se expandindo

¹ Valor Financeiro: “Educação: um mercado fragmentado, crescente e competitivo”, por Roseli Lopes. Set. 2009, ano 8, n.10. Disponível em: < www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=29&edicao=10>.

principalmente para os ensinos fundamental e médio e para os sistemas de ensino, nossos objetos de estudo².

O sentido desta dissertação reside no esforço do Coletivo de Estudos Marxistas em Educação (Colemarx) em compreender os novos agentes e mecanismos de mercantilização da educação, hoje amplamente vinculada a frações capitalistas financeiras, com muito pouco ou nenhum vínculo com a escola, a universidade e os profissionais da educação. O coletivo, coordenado pelo professor Roberto Leher no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, referenciado na tradição da teoria social crítica iniciada por Marx e Engels, analisa o movimento do capital na educação e sua influência nas políticas educacionais, assim como seu impacto na formação e no trabalho docente.

A presente investigação é intrinsecamente articulada a outros trabalhos do grupo, como os que têm analisado as fundações privadas presentes na escola pública e o Movimento Todos pela Educação, entre outros aspectos relevantes de nossa questão central comum. Em outra investigação do coletivo, sobre o controle das instituições de ensino superior privado por fundos de investimento, constatou-se que os fundos não se limitavam a esse nível de ensino ou à rede privada, mas já atingiam a rede pública de educação básica através de sistemas de ensino e livros didáticos, motivando esta dissertação.

No setor de livros didáticos, nas últimas duas décadas o controle das principais editoras fornecedoras de livros para o governo começou a migrar para o domínio das grandes empresas de natureza monopolista e do capital financeiro, algumas com dimensões correspondentes às das maiores empresas de edição e educação do mundo. No mesmo período, a política de livros didáticos foi universalizada e sofisticada, atendendo ao conjunto dos estudantes dos ensinos fundamental e médio com livros de todas as disciplinas, além de obras digitais, em braille, atlas, dicionários, obras complementares e coleções para alfabetização, educação de jovens e adultos e escolas do campo. Em 2013, o governo federal distribuiu 132.670.307 exemplares e investiu R\$ 1.085.390.919,57 em compra de livros³. A ampliação dessa política foi alavancada na década de 1990, com a garantia de fluxo regular de recursos para o programa, fundamental para os lucros das empresas em questão, já que a compra pública por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) responde por 51% das vendas totais das editoras (EARP e KORNIS, *op. cit.*, p.66).

Indagamo-nos: quais as motivações para os investimentos maciços no setor? O que coloca empresas originadas no Brasil, país de capitalismo periférico, entre as maiores

² “Ensino chega a R\$ 2,4 bi em aquisições”, por Beth Koike. Valor Online: 09/01/2012.

³ Relatórios do FNDE sobre evolução dos gastos com o PNLD.

empresas de educação e edição de livros didáticos do mundo? Quais os principais serviços e mercadorias comercializados por elas? Qual sua relação com o capital financeiro? Quais os mecanismos de apoio do Estado às empresas em questão?

Não nos debruçaremos sobre o conteúdo dos materiais produzidos, tampouco as implicações para o trabalho docente, frequentemente precarizado e expropriado em seu conhecimento. Nossa perspectiva analítica consiste em compreender o fenômeno de monopolização do mercado editorial brasileiro como parte da hipertrofia do capital financeiro, que se dá atualmente em escala global, nas mais variadas esferas da produção e da circulação, e tem na educação e no mercado editorial uma contundente expressão. Em suma, nosso objetivo primordial é investigar o avanço do capital financeiro sobre as empresas de edição de livros didáticos fornecedoras do PNLD, examinando particularmente a Abril Educação. Especificamente, nos propomos a:

1. Indicar as maiores empresas de educação e de edição de livros didáticos do mundo e do Brasil listadas em bolsas de valores;
2. Discriminar seus segmentos de venda;
3. Mapear sua amplitude geográfica e exportação de serviços, mercadorias e capitais;
4. Examinar sua composição acionária, relação com outras empresas, com capital estrangeiro e seu controle por fundos de investimentos nacionais e internacionais;
5. Verificar a presença de subsídios estatais e concessão de créditos pelo Estado brasileiro.

O referencial teórico-metodológico que sustenta e guia a pesquisa em direção a estes objetivos é o materialismo dialético. Na perspectiva marxista, para conhecer o mundo em sua *concreticidade* é preciso compreender a natureza da realidade social, como esta se cria, quem é seu sujeito: o homem (KOSIK, 1976, p.53). O substrato de nossa investigação é, portanto, a história, extremamente complexa por resultar da integração social do conjunto das práticas humanas.

Apesar de toda a complexidade do real, ele é cognoscível por possuir leis próprias (SÁNCHEZ-VÁSZQUEZ, 2011, p.18). Adotamos o princípio metodológico de investigação da *totalidade concreta*, tal qual formulado por Kosik (*Ibidem*, p.44), segundo o qual a realidade é um todo estruturado, que se desenvolve e vai se criando. Não acreditamos ser possível compreender todos os aspectos de todos os fatos existentes, mas sim elucidar racionalmente um fenômeno qualquer por esse ser histórico, reflexo de um contexto que possui conexões internas. As correlações entre as partes e o todo permitem compreender

ambos. Portanto, o método científico deve possibilitar a cisão teórica do todo para analisar os fatos isolados e assim captar as mediações entre eles e seu contexto (*Idem, ibidem*, p.54).

Segundo Lenin (1981, p.581), dada a complexidade dos fenômenos da vida social, fatos isolados podem levar a conclusões equivocadas sobre a realidade total, logo para refletir sobre uma situação objetiva deve ser abarcado o conjunto dos dados e da realidade em qual se inscreve o objeto em estudo. Nesse sentido, em nossa perspectiva as transformações do mercado editorial brasileiro de livros didáticos só podem ser compreendidas em sua relação com o surgimento e evolução dos monopólios e do capital financeiro na sociedade burguesa, assim como as especificidades do Estado e da sociedade brasileiros e a conformação das políticas públicas educacionais.

Como a realidade é multiplamente determinada e nosso contato com ela é sempre mediado pelo pensamento, para compreendê-la objetivamente é preciso sintetizar as diversas determinações que formos capazes de apreender, que conduzem ao concreto por meio do pensamento, que é uma reprodução mais próxima do movimento do real (MARX, 2008, p.259). Nos esforçamos para efetuar, portanto, sucessivas reflexões em espiral incorporando elementos teóricos e empíricos, que permitiram uma apreensão mais precisa do movimento de monopolização do mercado editorial de livros didáticos.

Buscamos apreender as determinações do objeto em estudo em decretos e leis referentes à política de livros didáticos, em relatórios do PNLD disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nas páginas eletrônicas e relatórios financeiros das empresas, gestoras e fundos de investimento. O que permite acessar mais informações das empresas é o fato de estas serem listadas em bolsas de valores, o que lhes exige determinados graus de transparência. Para complementar as fontes primárias, acompanhamos sistematicamente, durante dois anos (2012 e 2013), o jornal O Valor, importante fonte empírica, junto a outras publicações da mídia especializada em finanças, como Folha de São Paulo e Exame, além das estrangeiras Bloomberg e Financial Times, entre outras disponibilizadas na bibliografia⁴.

A partir desse material construímos os dados com os quais trabalhamos para caracterizar as empresas e captar o sentido e as principais tendências do processo em curso e suas implicações na política de didáticos, a partir da crítica da economia política empreendida por Marx e Engels e a tradição marxista. Por crítica entendemos descer aos fundamentos e

⁴ Referências a jornais, revistas, relatórios e legislação foram feitas ao longo do texto, em notas de rodapé. Referências a livros e artigos acadêmicos estão na bibliografia final.

torná-los explícitos, expondo o horizonte e os limites de determinados conhecimentos sobre o mundo e sobre nosso objeto específico.

Reivindicamos a crítica à economia política (indissociável do método de aproximação teórica do real abordado anteriormente) por entender que só é possível compreender a sociedade burguesa se conhecermos como nela se produzem as condições materiais da vida social. É um corpo teórico voltado para a compreensão do conjunto da vida social, que se ocupa das leis sociais que regem o processo econômico e, através do materialismo dialético, historiciza as categorias que emergem da realidade.

Não se trata de privilegiar os fatores econômicos, já que entendemos a sociedade como uma totalidade. Apesar de fundamentais, Marx indica que tais condições materiais não são suficientes, pois estão imbricadas com outras esferas da vida social, como o Estado, a política, a cultura etc., que não são meros desdobramentos da economia, mas mantêm com ela uma relação de reciprocidade, e devem, portanto, ser analisados em sua particularidade. O leitor notará que nesta dissertação nosso recorte é econômico, mas não o fizemos por acreditar que ele baste para desvelar o real diante de nós, mas devido aos limites das condições de elaboração de dissertações de mestrado (em termos de tempo e de qualidade teórica).

Em nossa investigação inicial da atual configuração do mercado editorial de livros didáticos emergiram, profundamente imbricadas, as categorias monopólio, capital financeiro e Estado, que, por sua vez, permitiram o exame mais fecundo das transformações em curso. Para compreendê-las, partimos do estudo do imperialismo, período histórico capitalista iniciado no final do século XIX, ao longo do qual os monopólios e o capital financeiro ganharam centralidade econômica, com consequências para o conjunto da vida social. Segundo diversos analistas críticos do capitalismo, a constituição da ordem monopolista visou fundamentalmente maximizar os lucros capitalistas por meio do controle dos mercados – através de fusões, *trusts* e cartéis (NETTO, 2011).

Ainda nos marcos da era dos monopólios, após a Segunda Guerra Mundial e novamente após a década de 1970, o capitalismo sofreu profundas transformações econômicas, políticas e culturais, em busca de restaurar os lucros capitalistas e a hegemonia das classes dominantes após períodos de crise. Nesse contexto, a educação e outros serviços converteram-se em importantes espaços de valorização do capital financeiro.

Para essas transformações efetivarem-se, foram fundamentais as mudanças pelas quais passou o Estado, que ampliou e requalificou seus mecanismos de intervenção, incidindo sobre as condições gerais da produção e da acumulação, através do desempenho de múltiplas funções políticas e econômicas para garantir os superlucros dos monopólios. Tendo isso em

conta, analisaremos as relações entre o Estado e aqueles que investem no mercado educacional.

Assim, apresentamos no primeiro capítulo algumas contribuições de autores clássicos que fornecem chaves fundamentais para compreensão do capitalismo monopolista, inclusive aquelas referentes ao papel do Estado: Karl Marx, especialmente o Livro III de sua obra principal, *O Capital* (1894) e Vladimir Lenin, autor de *O Imperialismo: Fase superior do capitalismo* (1916). Para abordar as particularidades do desenvolvimento capitalista nas economias centrais e periféricas, foram centrais as formulações de Leon Trotsky sobre o capitalismo desigual e combinado, assim como de Florestan Fernandes. Para caracterizar a economia e a natureza do Estado no imperialismo, nos apoiamos, além de Marx e Lenin, em Ernest Mandel, autor de *Capitalismo Tardio* (1982) e em um importante intérprete marxista, José Paulo Netto.

Inicialmente pretendíamos investigar com profundidade e precisão as principais empresas vendedoras de livros didáticos para o Estado e que realizaram fusões e aquisições no último período (Abril Educação, Positivo, Prisa e Saraiva), assim como os fundos de investimento a elas vinculados. Contudo, ao compreender que as transformações nas editoras brasileiras de livros didáticos são fruto do desenvolvimento do capitalismo imperialista, reorientamos a pesquisa: tornou-se necessário situar, antes, a questão no contexto mundial de avanço do capital financeiro sobre os serviços e mercadorias educacionais. Nesse sentido, no segundo capítulo caracterizamos algumas das maiores empresas de educação e edição do mundo: Abril Educação (Brasil), American Public Education (EUA), Apollo Education (EUA), Bertelsmann (Alemanha), DeVry (EUA), Estácio (Brasil), Kroton (Brasil), Lagardère (França), Megastudy (Coreia), New Oriental (China), Pearson (Inglaterra), Scholastic (EUA) e Strayer University (EUA).

Entre essas, destacamos a Abril Educação, segunda empresa brasileira especializada no segmento de educação básica a ser listada em bolsas de valores, se associando a diversos fundos de investimentos na última década: Capital International em 2004, BR Educacional e FIP Brasil em 2010, Constellation em 2013, Thunnus Participações em 2013 e Fundo Soberano de Cingapura (CIG) em 2014. A empresa é proprietária de diversos sistemas de ensino e de duas das principais fornecedoras históricas de livros para o governo federal, Ática e Scipione.

Particularizamos o caso brasileiro, em que as políticas federais para a educação – notadamente Fies e Prouni para o ensino superior, e Pronatec e PNLD para a educação básica –, assim como as parcerias do setor privado com secretarias estaduais e municipais de

educação, são fundamentais para a acumulação privada de capitais, ao mesmo tempo em que oferecem aos estudantes do país acesso a materiais didáticos, tecnologias da informação, instituições de educação técnica e superior etc. Na educação básica, na qual 83,5% das matrículas são da rede pública (INEP, 2013, p.15), o Estado é o principal “cliente” das empresas, o que lhes confere o benefício de contratos de larga escala, seguros e regulares, ainda que o preço, muitas vezes, seja abaixo daquele de mercado.

No terceiro capítulo, ao analisar a política brasileira de livros didáticos desde a constituição do Instituto Nacional do Livro na década de 1930, passando pelo seu momento de expressivo desenvolvimento nos anos 1970, até a conformação e ampliação do PNLD nas últimas três décadas, indicamos as principais editoras participantes do programa – que, hoje, fazem parte de empresas de natureza monopolista – e como têm evoluído os dispêndios do Estado na aquisição de suas mercadorias, além de subsídios fiscais e outros mecanismos. Revelamos, assim, como o Estado incorpora as pretensões dos grupos capitalistas, vinculado a frações financeiras, que investem no setor e as orientações das agências supranacionais representantes da oligarquia financeira, no âmbito da formulação e implementação da política em questão.

1 Capitalismo dos monopólios

Para compreender o surgimento e crescimento de grandes empresas do setor da educação vinculado ao setor editorial e seu controle por instituições financeiras, partiremos dos termos propostos por Lenin (1981), que estudou a era dos monopólios, denominada de capitalismo imperialista. A disputa intercapitalista nesse setor tem levado à incorporação de estabelecimentos menores por outros cada vez maiores, à junção de várias etapas das cadeias produtivas em uma só empresa ou *holding*, à combinação de investimentos em distintos ramos econômicos nos mesmos grupos, à volumosa exportação de mercadorias, serviços e capitais e à associação com outras grandes empresas e bancos internacionalmente.

A tendência à formação de monopólios não é exclusiva dos serviços e mercadorias educacionais. Um seleto grupo de grandes empresas também controla a produção de combustível, ferro, aço, alimentos, tecnologias, comunicação, saúde, finanças e outros ramos produtivos, comerciais e financeiros inteiros. Este processo é intrínseco à dinâmica do capitalismo monopolista, quando, a partir do século XIX, a necessidade de massas cada vez maiores de capital para implementação de empreendimentos lucrativos, confluiu no controle monopolístico da indústria e dos bancos.

O objetivo da organização de monopólios é, fundamentalmente, aumentar os lucros dos capitalistas, controlando mercados e eliminando a concorrência, através de fusões, *trusts*⁵ e cartéis (NETTO, 2011, p.20). Assim, as empresas fixam um preço superior ao preço de mercado, compram mercadorias de setores não monopolistas por preços inferiores, recebem benefícios concedidos pelos Estados, têm acesso facilitado às inovações tecnológicas, exportam capital produtivo a países subdesenvolvidos etc. (LENIN, *op. cit.*, p.591; NETTO e BRAZ, 2012, p.201).

Durante o capitalismo concorrencial, onde predominavam pequenas e médias empresas, não era necessário grandes massas de capitais para sua constituição, possibilitando que a concorrência fosse razoavelmente equilibrada. Mas, como demonstrou Marx em sua análise teórica e histórica do capitalismo, a competição gera a concentração e centralização da produção e dos capitais, expropriando tanto os produtores diretos quanto os capitalistas pequenos e médios de seus meios de produção. Essa concentração se impõe, pois o uso crescente das máquinas requer, cada vez mais, capitais investidos para a obtenção de lucro por parte de uma empresa e também para a abertura de novas empresas, aumentando,

⁵ Os *trusts* controlam o conjunto do processo de produção e os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc., repartem os mercados de venda, fixam a quantidade de produtos a fabricar, estabelecem os preços, distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc.

necessariamente, a dimensão média das empresas. As fusões são, ainda, uma das saídas para a tendência, apreendida por Marx, à queda das taxas de lucro capitalistas. Em certo grau de seu desenvolvimento, a concentração da produção conduziu à formação dos monopólios, subordinando cada vez mais empresas localmente limitadas aos centros monopolistas.

Por concentração de capital entende-se a reprodução do capital em escala ampliada, que permite acumular mais capital. Os capitais individuais concentram meios de produção e comando sobre trabalhadores, que permitem acumular capitais que, por sua vez, são meio de nova acumulação, ampliando a concentração da riqueza e dos meios de produção nas mãos dos capitalistas individuais (MARX, 1988, I, 2, p.187). Outra forma de aumentar capitais, muito mais rapidamente, é centralizar capitais já existentes, através da anexação de capitais menores pelos grandes e também por sua incorporação em seu grupo ou consórcio por meio da participação no seu capital, da compra de ações e do sistema de créditos. Muitos capitais menores são transformados em poucos capitais maiores, o que significa, para os capitalistas menores, a supressão de sua autonomia individual e sua expropriação por outros capitalistas. Essa *centralização* só é possível porque os capitais maiores produzem em escalas superiores, aumentando a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, barateando as mercadorias, o que lhes permite vencer a luta da concorrência. A concentração e a centralização de capitais são processos intrinsecamente relacionados; à medida que se desenvolvem a concorrência e o crédito, que alavancam a centralização de capitais, também se desenvolvem a produção e a acumulação capitalista. A expansão da produção e da acumulação dela advinda disponibiliza mais capitais individuais centralizáveis e cria os meios técnicos e a necessidade social para empresas cuja realização depende dos capitais previamente disponibilizados pela centralização (Idem, *Ibidem*, p.188).

A conformação de monopólios requer a expansão da escala das operações produtivas e financeiras, mas como nem todos os ramos industriais exigem grandes empresas, no capitalismo monopolista surgiram empresas combinadas, que reúnem diferentes ramos industriais ou fases da produção em uma só empresa (LENIN, *op. cit.*, p.588). Lenin recolheu a categoria combinação de Hilferding, que afirma que a combinação garante uma taxa de lucro mais estável, conduz à eliminação do comércio, permite o aperfeiçoamento técnico e a obtenção de lucros suplementares e fortalece a empresa combinada na luta concorrencial durante as crises, por terem mais controle sobre o conjunto do processo produtivo, da matéria-prima à mercadoria.

Na Europa, os primeiros monopólios surgiram, de forma germinal, entre as décadas de 1860 e 1870, quando predominava a livre concorrência entre as empresas capitalistas. A crise

internacional da indústria em 1873 selecionou as empresas mais capitalizadas e bem situadas em seus nexos com o Estado que, por isso, puderam resistir à depressão econômica. Durante a crise seguinte de 1900 a 1903, ainda mais estabelecimentos pequenos foram à falência, pois sofreram muito mais com a diminuição dos preços e da procura do que os monopólios, elevando intensamente a concentração industrial. Assim, a partir do início do século XX os monopólios passaram a ser base da vida econômica, controlando preços, volumes de produção e investimentos (LENIN, *op. cit.*, p.590-591, 597). Apesar de, no imperialismo, a forma típica empresarial ser a monopolista, seguem existindo pequenas e médias empresas, invariavelmente subordinadas, entretanto, às pressões dos monopólios (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.193).

Além dos fatores econômicos, a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo imperialista também foi engendrada por mudanças interligadas de caráter sociopolítico e científico-técnico. No capitalismo concorrencial as lutas de classes que antepuseram de forma clara, com interesses divergentes, a burguesia, proprietária dos meios de produção, e os trabalhadores, que vivem da venda de sua força de trabalho, ganharam maior força, visibilidade e diferenciação, particularmente após os eventos revolucionários europeus de 1848, que marcam a inflexão ideológica da burguesia. Esta, que nasceu como classe revolucionária na luta contra a nobreza e o feudalismo, converteu-se em classe conservadora, visando a manutenção das relações sociais capitalistas que, baseadas na propriedade privada, permitem seu enriquecimento. Nesse período, os trabalhadores passaram a organizar-se através de sindicatos nacionais e da Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em 1846. Ao recrudescimento das lutas de classes, o imperialismo respondeu com, além da repressão, a formação de categorias privilegiadas entre os proletários, o proletariado burguês (LENIN, *op. cit.*, p.655), e, posteriormente, com a incorporação de algumas demandas dos trabalhadores, através de políticas sociais.

Tecnicamente, o avanço dos capitais industriais monopolistas estimulou o desenvolvimento das ciências naturais, com avanços da biologia, física e química que, por sua vez, impactaram diretamente a produção, afetando insumos, meios de produção e mercadorias, processo conhecido como “segunda revolução industrial”. A produção em larga escala do aço substituiu o ferro; passou a produzir-se papel a partir de madeira e alumínio a partir da bauxita; a indústria dos fármacos foi revolucionada pela produção de álcalis, tintas e colorante; motores de combustão passam a ser produzidos; o petróleo generalizou-se como combustível; inaugurou-se a primeira central elétrica pública da Europa etc., processos que

impulsionaram, ainda mais, o desenvolvimento da indústria (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.187-189).

O imperialismo, desde seu surgimento até os dias atuais, se desenvolve sob o domínio dos monopólios, mas também se altera significativamente. Podem ser distinguidas três fases imperialistas: a fase clássica, do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, em 1940; os anos dourados, do fim da Segunda Guerra Mundial até a crise da sociedade capitalista entre os anos 1960 e 1980, fase denominada por Mandel (1982) de capitalismo tardio; e o capitalismo contemporâneo, posterior à crise de 1970, até os dias atuais (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.205).

Na fase clássica conformaram-se todas as características fundamentais do imperialismo descritas por Lenin, que seguem vigentes ao longo de todo o desenvolvimento da era dos monopólios:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, *op. cit.*, p.641-642).

Nos anos dourados, também conhecidos como “três décadas gloriosas”, foram atingidos crescimento econômico e taxas de lucro inéditos nos países desenvolvidos, nunca mais repetidos. Com o fim da guerra, os Estados Unidos assumiram a posição de liderança no sistema econômico mundial. Algumas das mudanças operadas nessa fase foram a extensão universal da organização do trabalho industrial segundo o padrão fordista-taylorista, a propagação do *american way of life*, do crédito ao consumidor, inflação permanente e exportação de capitais entre países centrais mais significativa do que entre países centrais e periféricos. No imperialismo, devido à elevada concentração e centralização do capital, há um crescimento sem precedentes do excedente econômico, gerando uma superacumulação, ou seja, uma acumulação tão volumosa que não encontra ramos suficientes que ofereçam lucros satisfatórios aos monopólios (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.203). Assim, em busca de novos espaços de valorização, nos anos dourados novas dimensões da vida social passaram a ser controladas por monopólios, para além da produção e do comércio, como a educação, atividades financeiras, securitárias, comerciais, publicitárias, médicas, de turismo, lazer etc. Essa é uma tendência capitalista: submeter à sua lógica o conjunto das atividades humanas, tratadas enquanto mercadorias (*Idem, Ibidem*, p.214).

O contexto era de fortalecimento da União Soviética, devido à sua importância na derrota do fascismo, do movimento sindical e operário e dos partidos da classe trabalhadora europeus, que lograram impor restrições aos monopólios, e de mobilização mundial anticolonialista, que acabou com os impérios coloniais e apresentou o socialismo como uma alternativa viável, como na China, Vietnã, nações africanas e Cuba (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.208-209). A partir das pressões das lutas de classe, nos países centrais foram incorporadas, ainda que de forma limitada, demandas dos trabalhadores, através da proteção social e do consumo de massa (*Idem, Ibidem*, p.224). Países capitalistas dependentes buscaram incrementar políticas de desenvolvimento para garantir meios de integração à incipiente ordem econômica mundial. No Brasil, os limites e contradições do chamado nacional desenvolvimentismo engendraram as lutas pelas reformas de base, alcançando o trabalho assalariado urbano e as lutas dos camponeses. A dimensão social do Estado, contudo, sequer assegurou direitos há muito conquistados em outros países latino-americanos, como escola pública de massa, por exemplo, já bastante generalizados na Argentina e Uruguai.

A terceira fase do imperialismo teve início com a profunda crise dos anos 1970 e 1980, deflagrada pela desvinculação do dólar com o ouro, pela alta dos preços do petróleo, e, sobretudo, pelo declínio das taxas de lucro gerando uma crise que rapidamente se espalhou para a América Latina. O contexto político era de fortalecimento do movimento sindical nos países centrais e de fortalecimento de movimentos anticapitalistas de categorias sociais específicas, como movimento estudantil e movimento feminista. Às sucessivas crises e à efervescência política, o capital monopolista respondeu com uma estratégia que articulou: a reestruturação produtiva, base da acumulação flexível e da reterritorialização da produção; a ideologia neoliberal; e a financeirização (*Idem, Ibidem*, p.224-226), objetivando enfraquecer as organizações e as lutas dos trabalhadores. Para tanto, os Estados vêm sendo redimensionados, através da liberalização e desregulamentação de todos os entraves à livre circulação do capital, situação mais severa nos fluxos de capitais dos países capitalistas dependentes para os países hegemônicos. Esse conjunto de medidas permitiu ao grande capital restaurar parcialmente e durante curtos intervalos de tempo as suas taxas de lucro, situação que fez eclodir diversas crises localizadas que ganharam efeito sistêmico a partir de 2008.

A financeirização do capital foi a transformação mais importante da economia do capitalismo imperialista contemporâneo, que consiste nos novos avanços do capital monopolista sobre as atividades financeiras (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.234-235). O capital monopolista também avançou sobre domínios inéditos, como engenharia molecular,

biotecnologia, engenharia genética, energias alternativas e nanotecnologia, e se intensificou em outras áreas onde já estava presente. Os serviços, entre os quais a educação, em geral fomentados por políticas sociais, que cresceram enormemente ao converter-se em espaço para geração de lucros durante os anos dourados, também têm sido reconfigurados por novas expansões do grande capital. Por isso, a polêmica fundamental dos tratados de livre comércio é referente ao setor agropecuário, de commodities e à liberalização dos serviços, o que explica a criação do Acordo Geral de Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (AGCS/OMC) em 1994 e, posteriormente, a reivindicação de maior liberalização da educação, tema debatido na Rodada de Doha (LEHER, 2014). Sob a dinâmica monopolista, áreas não mercantis antes atendidas por políticas sociais tornaram-se importantes espaços de inversão de capital, passando a funcionar segundo a lógica industrial, determinados pela mecanização, padronização, superespecialização e fragmentação do trabalho, a exemplo da previdência social, da saúde, educação e outros.

A liberalização do mercado educacional é um anseio das corporações do setor e do setor financeiro mundial interessado em novas frentes de acumulação do capital. Apesar da educação não ter sido liberalizada nos termos do AGCS/OMC, a liberalização do chamado setor de serviços educacionais segue ampliando, como no caso brasileiro.

1.1 Capital financeiro

O predomínio de um pequeno grupo de empresas nos diversos ramos produtivos é ainda mais acentuado pelo fato de serem financiadas e dirigidas por grandes bancos e outras instituições financeiras, que possuem a maior parte de suas ações e ocupam seus cargos administrativos e executivos. Tais instituições também foram, e continuam sendo, sujeitas ao processo de concentração e centralização de capitais, fundamental para a transição do capitalismo concorrencial a capitalismo imperialista (LENIN, *op. cit.*, p.587).

A concentração do capital financeiro é incomparavelmente maior do que a de mercadorias, serviços e infraestrutura (*Idem, Ibidem*, p.649): as grandes empresas típicas da era dos monopólios são dirigidas por um restrito número de financeiros. Um estudo realizado pelo Instituto Federal de Tecnologia da Suíça sobre quarenta e três mil empresas multinacionais concluiu que 174 delas, em sua maioria bancos, controlam 40% da economia mundial. Nos Estados Unidos, cinco bancos (JP Morgan, Goldman Sachs, Citigroup, Bank of América e Weels Fargo) têm ativos de US\$ 8,5 trilhões, cerca de 56% do PIB⁶. Além de

⁶ “Relatório em Davos mostra que 85 pessoas detêm 46% da riqueza mundial”. Correio do Brasil, por Redação, com agências internacionais - de Londres e Davos, Suíça, 20/1/2014:

terem concentrado e centralizado capitais, no imperialismo os bancos adquiriram um novo papel, moldado a partir da função primordial bancária de comercializar dinheiro.

A atividade comercial consiste, basicamente, em acumular dinheiro através da compra e venda de mercadorias a preços superiores. Na circulação, o capital assume a forma capital comercial, que se divide em capital de comércio de mercadorias, referente aos atos de compra e venda de mercadorias, e capital de comércio de dinheiro (capital bancário por excelência, mas não apenas), referente às funções técnicas de pagar e receber dinheiro. As funções do capital de comércio de dinheiros são desenvolvidas por Marx no capítulo XIX do Livro Terceiro do Capital:

- I - meio de circulação ou equivalente geral – o dinheiro permite que a mercadoria se converta em dinheiro e o dinheiro em mercadoria, continuamente;
- II - meio de entesouramento – o dinheiro serve à acumulação;
- III - meio de pagamento (capital bancário) – o dinheiro quita dívidas (desenvolve-se, posteriormente, em dinheiro de crédito);
- IV - capital monetário – o dinheiro é uma soma de riqueza materializada em dinheiro que pode ser investida;
- V - mercadoria – o dinheiro é comprado e vendido como qualquer outra mercadoria. É o dinheiro de crédito.

Os bancos, que já atuavam como “caixa” para o conjunto dos capitalistas (DA SILVA, 2011, p.6), se especializaram no comércio de dinheiro, concentrando e emprestando o capital monetário, atuando, fundamentalmente, como intermediários nos pagamentos através da concessão de créditos, aos quais, devido à concorrência, os capitalistas recorrem frequentemente para fazer novos investimentos. Ao assumir a contabilidade social e a função de crédito, os bancos reúnem todo o capital monetário disponível de uns capitalistas, somas que, sozinhas, não constituiriam um poder monetário, e fazem empréstimos para outros capitalistas que redirecionam esse capital monetário ocioso para a produção. Atuam, portanto, como “administradores gerais do capital monetário”, “representantes de todos os prestamistas de dinheiro” (MARX, III, 1, p.287). Assim, o próprio dinheiro torna-se mercadoria, cujo valor de uso é poder ser transformado em capital e gerar lucro, à medida que os capitalistas funcionantes (industrial e comercial) utilizam esse adiantamento para comprar matéria-prima, pagar salários, comprar mercadorias etc. Ao adiantar capitais para os capitalistas funcionantes, o crédito ajuda a acelerar a circulação, em que não há produção de mais valia, o

que é extremamente vantajoso para o capitalista, para quem quanto mais curtos sejam os estágios da reprodução do capital, melhor, pois menores serão os custos de produção e mais rapidamente o capital acrescido de mais valia chegará a suas mãos (MARX, *op. cit.*, p.314).

O fato de esse dinheiro ser emprestado, e não vendido, retornando à posse do capitalista monetário após sua valorização, o difere de todas as outras mercadorias. O dinheiro deve ser devolvido àquele que o emprestou (prestamista) como capital realizado, ou seja, como valor acrescido de mais valia. O capital usado para produzir mercadorias não é, portanto, propriedade desse capitalista, mas sim daqueles que o emprestaram, ele “passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia” (*Idem, Ibidem*, p. 245).

O preço que o capitalista monetário cobra pela mercadoria dinheiro é a participação no lucro, chamada de juro: “A parte [do lucro] que cabe ao prestamista chama-se juro” (*Idem, Ibidem*, p.251). O juro é “uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital” (*Idem, Ibidem*, p.242). O juro dá acesso a uma parte da mais valia produzida pelo capitalista industrial, visto que o dinheiro só funciona efetivamente como capital nas mãos daquele que o insere no processo de reprodução do capital. Segundo Marx (2008, I, cap. V), a única esfera onde há produção de novos valores é a produção, graças ao tempo de trabalho não pago aos trabalhadores, quando, após terem trabalhado o tempo necessário para criar valor correspondente ao seu salário, estes continuam trabalhando e produzindo mais valor (a mais valia), apropriado pelo proprietário dos meios de produção, o que é a base para o lucro capitalista⁷. Como todo o lucro é criado exclusivamente na produção, o lucro dos bancos e rentistas, camada de capitalistas que vive exclusivamente de seus rendimentos, só é possível devido à transferência de riqueza, ou seja, da repartição da mais valia criada na esfera produtiva. Uma parte da mais valia ficará com o

⁷ No capitalismo, o capitalista compra todos os elementos necessários ao processo de trabalho (elementos mortos - meios de produção - e elementos vivos - força de trabalho -) e o trabalhador consome os meios de produção com seu trabalho para produzir bens, que também serão propriedade do capitalista. O bem produzido deve ser sempre uma mercadoria, ou seja, deve ser útil e deve poder ser trocado por dinheiro, para pagar o dinheiro adiantado aplicado pelo capitalista e gerar lucro. Porém, o dinheiro investido tem o mesmo exato valor que o valor da mercadoria produzida, o que resultaria em lucro zero. Os elementos mortos, à medida em que são gastos no processo produtivo, vão simplesmente transferindo seus valores à mercadoria; eles não criam valor, só o transferem de seu corpo material para o de um novo bem. Entretanto, o capitalista, ao comprar o trabalhador, paga a ele o necessário para reprodução da mercadoria força de trabalho, o que corresponde ao valor de troca ou salário; mas, ao comprá-lo, ele tem direito contratual sobre o valor de uso da força de trabalho ao longo de toda a jornada de trabalho. Em uma parte da jornada de trabalho o trabalhador produz o que é necessário pra pagar seu salário, e na outra parte ele produz valor excedente (mais valia), que será apropriado pelo capitalista. Portanto, o que cria novos valores é a força de trabalho vivo, incorporada a elementos mortos.

capitalista industrial, uma com os responsáveis pela venda da mercadoria e outra será usada para pagar a quem o emprestou (prestamista). Assim desconstrói-se a ideia de que basta comprar e vender ações para enriquecer.

O respaldo concreto da aparente autonomia do capital monetário é o fato de que o processo começa com o empréstimo do capitalista monetário para o capitalista industrial e termina com a restituição do capital emprestado ao prestamista, operações que não são parte do processo produtivo. Ambos “aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o próprio”, como se o capital portador de juros fosse uma “figura totalmente externa” ao processo produtivo (MARX, III, 1, p.248), tudo que acontece entre o empréstimo e a restituição é apagado. Como, individualmente, o capitalista monetário não participa da reprodução do capital, ignora-se que seu lucro é uma parte da mais valia produzida no processo produtivo, “parte do lucro médio a qual não permanece nas mãos do capitalista funcionante, mas cabe ao capitalista monetário” (*Idem, Ibidem*, p.249). O dinheiro parece reproduzir-se sozinho, sem o processo de produção e circulação que medeia os dois extremos.

No mesmo sentido, o capitalista monetário, como não participa diretamente da produção, parece não contribuir com a exploração do trabalho, apagando o antagonismo de classe. O capitalista industrial, por sua vez, como não é proprietário do capital, aparenta ser mero funcionário do capitalista monetário, como se fosse apenas um trabalhador assalariado, abstraindo sua qualidade de capitalista, e sua remuneração fosse um equivalente de trabalho efetuado, e não mais valia, trabalho alheio não pago. O salário dos diretores é pago pelos trabalhadores explorados que produzem, além do próprio salário, a mais valia, que dará origem ao juro, ao ganho empresarial e ao salário dos dirigentes (*Idem, Ibidem*, p.272-274). O capital portador de juros traz, em suma, a ideia de que trata-se de uma relação entre capitalistas, apagando o fato de que todos os lucros exorbitantes da esfera financeira são inevitavelmente sustentados pelos trabalhadores expropriados e explorados.

Enquanto o juro é a parte do lucro que cabe à propriedade do capital, o ganho empresarial é o restante do lucro, fruto do papel ativo do capitalista produtivo no processo de reprodução. O capital industrial e o capital monetário disputam entre si a repartição da mais valia, o último a favor das taxas de juros (capital enquanto propriedade) e o primeiro a favor do ganho empresarial (capital enquanto função) (*Idem, Ibidem*, p.269). Nessa disputa, o capital funcionante se subordina ao capital monetário, proprietário do dinheiro; “há conflitos e hierarquizações entre essas frações capitalistas, mas laços de dependência recíprocos” (DA SILVA, *op. cit.*, p.9).

Se o capitalista funcionante (industrial ou comercial) usa apenas capital próprio, sem pegar dinheiro emprestado dos capitalistas monetários, então o lucro é inteiramente seu, mas mesmo esse capitalista classifica parte de seu lucro como juro, ou seja, “todo capital, emprestado ou não, é distinguido como portador de juros de si mesmo” (MARX, *op. cit.*, p.264). A divisão do lucro em juro e ganho empresarial consolidou-se para o conjunto da classe capitalista e do capital global, “como se originassem de duas fontes essencialmente diversas”. “O aplicador do capital, mesmo que trabalhe com capital próprio, se decompõe em duas pessoas, o mero proprietário do capital e o aplicador do capital; seu capital [...] se decompõe em propriedade do capital, capital fora do processo de produção, que proporciona juro em si, e capital dentro do processo de produção, que como processante proporciona ganho empresarial” (*Idem, Ibidem*, p.266-267). Essa consolidação ocorreu porque, de fato, a maioria dos capitalistas usa capital próprio e emprestado, e, também, devido à concepção do senso comum de autonomia do capital portador de juros, como se o juro não fosse parte da mais valia, bastando comprar e vender ações e outros capitais portadores de juros para enriquecer. Além disso, ainda que o capitalista individualmente não trabalhe com capital emprestado, o conjunto dos capitalistas monetários constituem uma classe autônoma em relação aos capitalistas funcionantes, assim como são autônomos o capital monetário em relação ao capital industrial e o juro, aparentemente, em relação à mais valia (*Idem, Ibidem*, p.267).

Outra decorrência do processo de centralização de capitais e, particularmente, do sistema de crédito, é a formação de *sociedades por ações* (ou *sociedades anônimas*), formadas por capital de indivíduos diretamente associados, o que permitiu a “enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados” (*Idem, Ibidem*, p.315), logrando reduzir a queda da taxa de lucro. Com uma pequena quantia de capital próprio, o capitalista pode controlar grandes quantias de capital alheio, contribuindo para o aumento da concentração industrial. A concentração é ainda maior, visto que apenas um pequeno número de grandes acionistas controla a empresa, em detrimento da grande maioria de pequenos acionistas (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.191). Uma vez que o capital de que o capitalista individual dispõe não é seu (assim como não são seus a propriedade, nem o trabalho), o crédito dá esses proprietários o “caráter de aventureiros puros. Uma vez que sua propriedade existe aqui na forma de ação, seu movimento e transferência tornam-se resultado puro do jogo da Bolsa, em que os pequenos peixes são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos da Bolsa” (MARX, *op. cit.*, p.317).

As ações, cotas de fundos de investimento, títulos de dívidas públicas e outros títulos de propriedade (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.243-244) são *capital fictício*, desdobramento do *capital portador de juros*. São fictícios porque apenas possuem a aparência de capital. As ações das sociedades anônimas, por exemplo, só funcionam como capital na medida em que podem ser vendidas e o dinheiro de sua venda pode ser investido produtivamente, transformando-se em capital. O acionista não possui capital em suas mãos, mas papéis que dão direito a uma parte do lucro da empresa, ou seja, ações que dão direito a rendimentos. “A remuneração dos papéis indica deslocamento de recursos do processo de acumulação real para a órbita financeira. Nos tempos de Marx isto significava passagem de riqueza das mãos do capitalista industrial para o capitalista monetário, o banqueiro”, que embolsa “boa parte da riqueza real, fruto da acumulação real” (BRETTAS, 2011, p.9).

A partir da crise 1886, a crescente acumulação de capitais levou ao aumento da massa de rentistas, incorporando comércio, agricultura, indústrias e bancos à sua lógica. Além disso, nessa passagem para o capitalismo imperialista, com o aumento das operações bancárias e sua concentração em um número reduzido de bancos, foram constituídos monopólios bancários que dispõem de quase todo capital monetário do conjunto dos capitalistas (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.191). Há uma dependência completa do industrial em relação ao banco, em que os industriais só podem dispor do capital produtivo através dos bancos, que, por sua vez, precisam investir cada vez mais seu capital monetário na indústria. Ao deter as contas correntes dos capitalistas, os bancos conhecem suas operações financeiras e a estrutura de suas empresas, sendo capazes de controlá-los, por exemplo, através da concessão ou não de crédito, e de participar nos melhores negócios, inclusive, através da compra de ações, o que os torna sócios dos capitalistas industriais. Da mesma forma, os capitalistas também possuem ações dos bancos com que se relacionam (LENIN, *op. cit.*, p.597, 601, 608). Ao longo do desenvolvimento das relações capitalistas no imperialismo, as formas assumidas pelo capital industrial (capital produtivo, capital comercial, capital portador de juros e capital fictício) se entrelaçaram, com o mesmo capital realizando diversas funções, em busca da concentração e centralização de capitais. Esse entrelaçamento dos capitais dos monopólios bancários e industriais deu origem a uma nova forma de capital, o capital financeiro, característica central do capitalismo imperialista.

Outra faceta da íntima união dos monopólios bancários e industriais é a aquisição de ações de grandes empresas por fundos de investimento e bancos, e vice versa, somada à participação pessoal de uns na estrutura administrativa de outros, ao lado de empresários provenientes de outros ramos industriais e do governo. Trata-se da

união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das acções, mediante a participação dos directores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. [...]

A «união pessoal» dos bancos com a indústria completa-se com a «união pessoal» de umas e outras sociedades com o governo. «Lugares nos conselhos de administração – escreve Jeidels⁸ – são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar (!) em grau considerável as relações com as autoridades»... (LENIN, *op. cit.*, p.606)

No imperialismo contemporâneo o processo de financeirização vem se intensificando a tal ponto que as transações financeiras se tornaram desproporcionais em relação à criação de valor na esfera produtiva. Com a superacumulação de capital gerada pelas empresas de enormes dimensões e com a inevitável queda de suas taxas de lucro, é disponibilizado um grande montante de capital monetário. Uma parcela desse capital é investida na produção pelas empresas imperialistas mundialmente, sobretudo no setor de serviços, mas grande parte, sem encontrar espaços suficientes onde ser investido para gerar taxas de lucro satisfatórias, busca valorizar-se na esfera da circulação, a partir do rendimento do capital monetário. Uma vez que no imperialismo há uma enorme acumulação de capital monetário nos países, preferencialmente transformado em dinheiro enquanto mercadoria, aumenta extraordinariamente a importância para a economia nacional das receitas advindas de juros e dividendos, de emissões e da especulação, assim como o número de capitalistas que vivem apenas de seus investimentos e aderem à especulação financeira na bolsa de valores, sem participar diretamente da produção.

Os beneficiários do processo de financeirização contemporâneo são os possuidores de gigantescas massas de capital monetário, que, no contexto de fusão de diversas formas capital sob domínio da oligarquia financeira, agem na produção e circulação de mercadorias, no crédito e na forma de capital portador de juros:

[...] bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários (CHESNAIS, 2001, p. 8 apud DA SILVA, *op. cit.*, p.21).

Esses são os investidores da educação desde que essa, no capitalismo dos anos dourados, tornou-se mais uma dimensão da vida social subordinada ao capital financeiro, proprietário das grandes somas de dinheiro que permitem o incremento necessário das

⁸ Jeidels, *Das Verhältnis der deutschen Grossbanken zur Industrie mit besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie*, Leipzig, 1905.

empresas para que sejam lucrativas. Tal hegemonia do capital financeiro extrapola quaisquer fronteiras, pois, para o valor ser constantemente valorizado, é inevitável sua expansão para todos os espaços econômicos e territoriais onde seja possível investir seus capitais de forma lucrativa.

1.2 Capitalismo desigual e combinado

Devido ao grau de concentração atingido pelos monopólios, além de se apoderarem do mercado interno de seus países, para continuarem lucrando também controlam mercados externos e associam-se a empresas similares de outros países⁹, constituindo, inclusive, cartéis internacionais (LENIN, *op. cit.*, p.625).

Desde a consolidação do capitalismo nos principais países da Europa Ocidental a partir do final do século XVIII, este passou a subordinar as relações econômicas e sociais pré-capitalistas à dinâmica dos centros capitalistas, estabelecendo a *mundialização* do capital, segundo uma hierarquia de dominação dos países de capitalismo periférico pelo imperialismo. Esse sistema capitalista mundial contraditório desenvolve-se de forma desigual e combinada, como formulou Trotsky: desigual pois o capitalismo é operado em ritmos diferentes em cada ramo produtivo e nos distintos países, de acordo com suas condições históricas, políticas e sociais (LENIN, *op. cit.*, p.584), e combinado pois a progressão dos países mais atrasados combina a incorporação de elementos modernos dos países “avançados” adaptados a condições materiais e culturais “arcaicas”, unindo condições locais com as condições gerais de forma irregular.

O lugar de cada país na economia capitalista mundial foi estabelecido ao longo do desenvolvimento capitalista. A partir do desenvolvimento da indústria moderna, países mais avançados buscavam matérias-primas em países coloniais e de capitalismo incipiente, que, por sua vez, eram destino das mercadorias do centro do capitalismo mundial, conectando o mercado mundial por meio do comércio externo (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.184-185).

Há alguns países onde a acumulação de capital foi tão grande que gerou um enorme excedente de capitais, sem espaço para ser investido. Assim, no início do século XX, capitais passaram a ser exportados em grande escala para países de capitalismo menos desenvolvido, em busca de lucros máximos para os monopólios, os superlucros extraídos de países alheios (LENIN, *op. cit.*, p.584). Por exemplo, entre 1890 e 1915 a Inglaterra e a Alemanha

⁹ Por isso, os monopólios são, muitas vezes, denominados “empresas multinacionais”. Entretanto, essa categoria não incorpora o conjunto de determinações que engendram a formação das empresas monopolistas, como, por exemplo, a volumosa concentração e centralização de capitais e a participação ativa e dirigente do capital financeiro.

controlaram 46% do comércio da Argentina, Brasil e Uruguai (*Idem, Ibidem*, p.625). A exportação de capitais se dá nas formas de capital de empréstimo, que consiste na concessão de créditos a capitalistas e governos, em troca de juros, e de capital produtivo, mediante a implantação de indústrias em outros países (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.194-195).

Tanto a exportação de mercadorias quanto de capitais mantêm-se vigentes, estabelecendo uma relação de domínio e exploração entre vendedores e compradores e entre credores e devedores. Resulta, assim, que países centrais lucram duplamente: com empréstimos para países periféricos e com a compra de mercadorias exportadas pelos mesmos credores (LENIN, *op. cit.*, p.662). A exportação de capitais aprofundou, portanto, o capitalismo mundial, servindo à exploração imperialista da maioria dos países por poucos Estados ricos, de acordo com a força de cada país, medida pelo seu desenvolvimento econômico e político (*Idem, Ibidem*, p.621-623, 631), contribuindo para a alienação das finanças, sob controle dos países imperialistas, da produção (*Idem, Ibidem*, p.650-651).

Segundo Florestan Fernandes, cujas formulações sobre países periféricos e, particularmente, sobre a realidade brasileira têm como uma das suas matrizes a lei do desenvolvimento desigual e combinado (DEMIER, 2007, p.5), a economia dos países periféricos, destino do excedente econômico dos países de capitalismo central, é destituída de autossuficiência e com autonomia limitada. São, portanto, países de capitalismo dependente. Suas burguesias, surgidas tardiamente em relação àquelas hegemônicas, foram conformadas atreladas ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários rurais. Débeis e subordinadas aos países de capitalismo central, são agentes do imperialismo em seus países, responsáveis por garantir as concessões econômicas necessárias às frações burguesas hegemônicas. Para tanto, elas exploram e dominam a classe trabalhadora local, através de formas políticas antidemocráticas e conservadoras e gozando de privilégios. Esse é o caso do Brasil, um país completamente inserido na circulação mundial de capitais e subordinado às potências capitalistas e ao capital financeiro, que contam com a burguesia brasileira afinada a seus interesses de classe.

Nos anos dourados do capitalismo, a exportação de capitais, que até então ia dos países centrais aos periféricos, passou a circular entre os próprios países imperialistas, principalmente o capital produtivo, usado para abrir subsidiárias das empresas monopolistas (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p. 241). Apesar de se tratar de investimento externo direto, em empresas que operam fora da economia do investidor, a inversão desses capitais nas subsidiárias estrangeiras das próprias empresas exportadoras ou em empresas “nacionais”, que são, na verdade, controladas por instituições financeiras oriundas de países de capitalismo

central, reforça os traços de dependência dos países periféricos em relação ao centro do capitalismo mundial, fundamentalmente Estados Unidos, União Europeia e Japão. Contemporaneamente, a situação tornou-se ainda mais drástica, com grande volume de capitais exportados da periferia para o capitalismo central, devido às gigantescas dívidas públicas externas dos primeiros (*Idem, Ibidem*, p.246-247), que são o principal instrumento de transferência dos fundos públicos nacionais para o capital financeiro mundial.

1.3 Estado e fundo público

“A classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele” (MANDEL, *op. cit.*, p. 345).

O Estado, um corpo que aparentemente defende o bem comum de todos os indivíduos, é uma necessidade da sociedade dividida em classes. Entretanto, mesmo quando assume a forma de república democrática, seu conteúdo é de classe, com a função de garantir a propriedade privada dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção e a acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Apesar das contradições que o permeiam, a rigor o Estado está a serviço da classe economicamente dominante, como um instrumento de exploração do trabalho pelo capital.

No capitalismo concorrencial, o Estado possuía funções econômicas mínimas e a participação social também era muito restrita. Sua intervenção em favor dos interesses capitalistas consistia em garantir a propriedade privada e a ordem pública, tarefas repressivas fundamentais para preservar as condições externas da produção capitalista (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.186).

Na passagem do capitalismo concorrencial ao imperialismo, foram fundamentais as alterações funcionais e estruturais nas intervenções do Estado, que passou a desempenhar múltiplas funções políticas e econômicas para garantir os superlucros dos monopólios. A necessidade econômica da intervenção estatal nas condições gerais da produção e da acumulação, e não somente nas condições externas, se impôs na crise de 1929, fundamental para contrarrestar a tendência de queda das taxas de lucro.

Após 1848, com a forte mobilização da classe trabalhadora e suas conquistas políticas referentes ao voto, à organização em partidos e sindicatos e à livre manifestação, algumas frações capitalistas perceberam que a repressão não era mais suficiente para controlar o movimento operário e, então, deixaram de se opor a medidas exigidas pelos trabalhadores ao

Estado, como por exemplo, a limitação da jornada de trabalho¹⁰. O Estado começou a tomar medidas que foram aprofundadas após 1945, como tornar-se empresário em setores chave da economia e contribuir com a reprodução da força de trabalho por meio de programas sociais, desonerando os capitalistas dessas despesas (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.205-208).

Segundo Mandel (*op. cit.*), as funções do Estado seguiram ampliando-se ao longo da era monopolista, devido à crescente dificuldade do capital acumulado em valorizar-se e à necessidade de administrar as crises. Após o fim da Segunda Guerra, durante os anos dourados do capitalismo, os mecanismos estatais de financiamento de capitais privados ensaiados no período anterior tornaram-se estruturais. O Estado passou a incorporar cada vez mais setores produtivos e reprodutivos às condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas da classe dominante, revertendo os orçamentos estatais para atuar como empresário em setores básicos não rentáveis, assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades, entregar aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, subsidiar direta e indiretamente os monopólios, comprar e encomendar aos grupos monopolistas, investir em meios de transporte e infraestrutura e preparação da força de trabalho, além de organizar a economia por meio de planos e projetos de médio e longo prazo, administrando os ciclos de crise (NETTO, *op. cit.*, p.25). Dita ampliação fez com que a capacidade de grupos capitalistas de influenciar as decisões do Estado assumisse importância inédita, já que disso depende em grande medida o sucesso de seus negócios.

Além disso, frente à crescente organização da classe trabalhadora, o Estado foi obrigado a adotar medidas de proteção social, assegurando uma série de serviços públicos, como educação, transporte, saúde, habitação etc. Ao mesmo tempo, tais medidas garantiram a coesão social, desoneraram os capitalistas de vários gastos relacionados à preservação e controle da força de trabalho, aumentaram a capacidade do consumo dos trabalhadores etc., propiciando as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

As medidas de proteção social implementadas foram (e continuam sendo) custeadas pelo conjunto dos trabalhadores, cuja contribuição, nesse período, nos países imperialistas, respondia por 70 a 85% das receitas tributárias (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.215-218). Os recursos para realizar todas as funções estatais advêm do fundo público, composto por impostos e contribuições pagos pelo conjunto da sociedade. A arrecadação desses recursos não se dá de forma homogênea, principalmente em países onde há grande desigualdade de

¹⁰ É importante notar que nos países onde o movimento operário e sindical estava mais débil e as ideias democráticas não tinham tradição, o Estado, junto aos monopólios, suprimiu todos os direitos e garantias do trabalhadores, instaurando o fascismo (NETTO e BRAZ, 2012, p.206-207).

renda, cujos sistemas tributários são, em geral, regressivos, em que a maior parte dos tributos é paga pelo salário dos trabalhadores, e não pelos capitalistas monetários e proprietários dos meios de produção. Portanto, através do Estado, os capitalistas canalizam para si uma parte do valor gerado pelos trabalhadores recebido em forma de salário, referente ao trabalho necessário. Além disso, o dinheiro que os capitalistas utilizam para pagar seus tributos é mais valia apropriada no processo produtivo, referente ao trabalho excedente. Complementam, assim, a exploração do trabalho com a exploração tributária (BEHRING, 2010, p.21 *apud* BRETTAS, *op. cit.*, p.17). Sejam pagos pela classe dominante ou pela classe trabalhadora, não há dúvidas: a riqueza acumulada pelo Estado no denominado fundo público é inteiramente produzida pelos trabalhadores.

Contraditoriamente, nos anos dourados o Estado dito ampliado por atender demandas históricas da classe trabalhadora acionou, em proporções inéditas, o fundo público para induzir o desenvolvimento capitalista.

Após a crise da década de 1970, o capital passou a reivindicar a “reforma” do Estado, dimensão política do neoliberalismo, em nome do “Estado mínimo”, defendendo a redução das intervenções e gastos estatais. Entretanto, essa formulação é ideológica: segundo o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, "Em plena época do suposto triunfo do neoliberalismo, os Estados nacionais aumentam a participação na economia", inclusive nos EUA e no Reino Unido, cujos governos Reagan e Thatcher são referências da doutrina neoliberal. No Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desde 1947 o percentual de arrecadação de impostos frente ao PIB apresenta uma tendência de crescimento, o que não foi interrompido nos anos 1990, quando os governos Collor de Mello e Cardoso iniciaram a implementação de “reformas” liberais, que supostamente reduziram o Estado¹¹.

Portanto, ao contrário do que afirma a ideologia neoliberal, o Estado e o fundo público têm assumido importância crescente para a acumulação de capital, principalmente da fração capitalista hegemônica, que é aquela vinculada ao capital financeiro, que totaliza em si, sem anulá-las, as diferentes formas de capitais. A maior parcela do fundo público retorna para a classe dominante, através da intervenção direta e da condução econômica estatais que favorecem a valorização financeira, com destaque para o papel da dívida pública (BRETTAS, *op. cit.*, p.17-18). No Brasil, por exemplo, em 2013, 40,3% do Orçamento Geral da União foram utilizados para pagar juros e amortizações da dívida pública, enquanto 24,11% foram

¹¹ “Estado cresce, apesar do ‘neoliberalismo’”. Gustavo Patú e Denise Chrispim Marin, Folha de São Paulo, 13/04/1998: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13049803.htm>

destinados à previdência social, 4,29% à saúde e 3,70% à educação¹². Economistas marxistas advogam que, hoje, a dívida pública é o “principal mecanismo de garantia das margens de rentabilidade do capital, operando segundo uma lógica predominantemente financeira e absorvendo parcelas cada vez mais significativas do fundo público com este fim” (*Idem, Ibidem*, p.20).

O que, de fato, ocorreu foi o recolhimento das concessões do Estado à classe trabalhadora conquistadas nos trinta anos precedentes: uma reforma regressiva ou, nos termos de Elaine Behring, uma contra reforma do Estado. As políticas sociais, que permitem o retorno de parte dos recursos do fundo público aos trabalhadores através das políticas sociais, têm tido seu conteúdo alterado em favor do capital. Para reduzir os gastos públicos, os sistemas de seguridade social têm sido reduzidos, privatizados¹³ e submetidos à lógica e rentabilidade financeira, assim como outros serviços elementares (energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). As políticas de previdência e aposentadoria, por exemplo, foram refuncionalizadas sob a designação de fundos de pensão e previdência complementar, sob o controle do capital financeiro¹⁴. Como tais serviços públicos foram montados através dos impostos recolhidos pelo Estado, sua refuncionalização se traduz em transferência da riqueza socialmente produzida ao capital portador de juros, criando importantes espaços de inversão de capitais, como afirma Chesnais (1996, p.196 *apud* NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.240): “Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir.”

Além da dívida pública e dos programas de transferência de renda, aposentadorias, saúde, moradias populares, educação e outros serviços, o fundo público ainda é canalizado para o capital financeiro de outras formas, como quando o Estado injeta capital no sistema de crédito, gere os riscos dos seus negócios, assume ramos produtivos e efetua enormes compras públicas (BEHRING, 2012, p.176-177). O real objetivo do capital monopolista quanto à redução do Estado é, portanto, reduzir os gastos públicos correspondentes aos direitos sociais universais e preservar e ampliar o apoio do Estado ao capital, garantindo a acumulação

¹² Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

¹³ A privatização das políticas sociais segue uma lógica distinta daquela das privatizações clássicas, através de terceirizações, parcerias público-privadas etc., mas consistem igualmente na entrega de montantes de recursos públicos a setores privados.

¹⁴ Ver Sara Granemann. Para uma interpretação marxista da “previdência privada”. Tese de doutorado (Serviço Social), UFRJ, 2006.

capitalista. Assim, o Estado voltou a expor de forma mais crua seu caráter de comitê gerenciador dos assuntos da burguesia (MARX e ENGELS, 1998, p.13).

Para possibilitar a expansão do capital financeiro para todos os territórios e dimensões da vida social possível, outra faceta da contra reforma do Estado é a desregulamentação, ainda em curso, da entrada e saída de capital para garantir o livre fluxo de mercadorias e capitais monopolistas em escala mundial. Como em seu conjunto o capitalismo é desigual e combinado, são retiradas, principalmente, as barreiras externas e internas de países dependentes e periféricos (como explicitam os debates na Organização Mundial do Comércio), para o que foi fundamenta a desestruturação dos Estados da periferia, a partir da crise dos anos 1970.

Neste período, devido à superacumulação e à queda das taxas de lucro, os países centrais emprestaram grandes volumes de capital a juros variáveis para os países capitalistas dependentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, agências supranacionais que são instrumentos para operar a política conveniente à oligarquia financeira, concederam créditos aos países endividados, que dependiam de seu aval para renegociar suas dívidas com investidores privados. Nesse contexto, o Banco Mundial adquiriu enorme poder de pressão sobre os Estados capitalistas mais débeis, impondo um conjunto de medidas, posteriormente conhecidas como Consenso de Washington, referentes a ajustes fiscais e à contra reforma dos Estados para liberalizar e desregulamentar os entraves à livre circulação do capital financeiro. Segundo um dirigente do Banco, o ajuste estrutural consiste em “liberar o mecanismo de mercado e fortalecer o seu papel no desenvolvimento econômico. O setor privado deveria ser o motor do crescimento com o governo desempenhando um papel de apoio a ele. O crescimento (e não mais o desenvolvimento) econômico seria o principal meio pelo qual a pobreza seria aliviada” (LEHER, 1999, p.24).

Nos países periféricos, a educação primária foi considerada pelo Banco como um dos elementos fundamentais para o “alívio” da pobreza, cabendo ao Estado garanti-la, em parceria com o setor privado. Já o ensino superior deveria ser inteiramente delegado à iniciativa privada. Entretanto, as esferas públicas e privadas de ambos os níveis de ensino têm sido submetidas ao domínio do capital financeiro, que se apropria da escola e da universidade contando com diversos mecanismos de transferência para si do fundo público.

Além da disponibilização do fundo público para o grande capital, o Estado realiza diversas funções fundamentais para a mercantilização da educação. Hoje, em todos seus aspectos, a educação é formulada, produzida e comercializada por empresas e fundações privadas controladas por instituições financeiras, responsáveis pela formação intelectual de

milhões de seres humanos. Com o apoio do Estado, estas obtêm lucros significativos e influenciam decisivamente na socialização da grande maioria da classe trabalhadora.

2 Monopolização do setor editorial e educacional

Nesse capítulo analisaremos algumas das maiores empresas de educação do mundo, para captarmos a tendência das modificações pelas quais o setor vem passando nas últimas décadas: Abril Educação, American Public Education, Apollo Education, Bertelsmann, DeVry, Estácio, Kroton, Lagardère, Megastudy, New Oriental, Pearson, Scholastic e Strayer University. Seguindo as tendências gerais à concentração e centralização de capitais, essas empresas têm aumentando os capitais sob seu controle através da anexação de estabelecimentos menores, da fusão com grupos concorrentes e da compra de suas ações por fundos de investimento, controlando parcelas cada vez maiores dos mercados em que investem.

As maiores empresas de educação do mundo, em qualquer que sejam seus países de origem, se relacionam com capitais internacionais através de parcerias, exportação de mercadorias e de direitos autorais, abertura de filiais, anexação de empresas estrangeiras e grandes fusões, além da compra e venda das ações dessas empresas mundialmente. Apesar de as ações das empresas serem propriedade de acionistas advindos de qualquer país, as ações das maiores empresas são compradas principalmente por capitalistas de países de capitalismo central, onde existem condições materiais para tanto. Esses proprietários são, principalmente, fundos de investimento, por trás dos quais estão bancos e outras instituições financeiras. Resulta, portanto, que capitais financeiros, sobretudo do centro do capitalismo mundial, controlam as operações e os negócios das empresas de educação.

Muitas empresas que investem em educação possuem ações comercializadas livremente no mercado¹⁵, ainda que haja grandes empresas que investem em educação não listadas em bolsas de valores, como a norte-americana Harvard (cuja receita em 2013 somou US\$ 4,2 bilhões), McGraw-Hill Education e Holtzbrinck. Os dez principais compradores de suas ações em bolsas de valores (apêndice A) são instituições financeiras que chegam a controlar, em várias dessas empresas, mais de 40% das ações, caso da Scholastic (63.05%), American Public Education (62.97%), Strayer Education (53.02%), New Oriental (52.95%), DeVry (48,35%), Megastudy (47,15%), Estácio (41.43%) e Apollo Education (39,71%). Em outras, controlam em torno de 25% das ações, como Kroton (25.53%), Lagardère (25.28%) e Pearson (24.05%). Essas ações são negociadas em bolsas de valores de países de capitalismo central, principalmente Alemanha e Estados Unidos, mas também Inglaterra, França, Suécia e economias periféricas que se destacam em suas regiões, caso da Argentina, Brasil, México e

¹⁵ Isso permite conhecer detalhes de seus negócios, devido às exigências dos mercados de capitais de que as empresas listadas disponibilizem informações sobre seus negócios periodicamente.

Coreia. Na Bertelsmann, os principais investidores controlam somente 11,92% das ações e na Abril Educação, juntos, não somam nem 1%. Entretanto, em uma empresa apenas uma parte das ações (ações *free float*)¹⁶ são livres à negociação no mercado, então é preciso avaliar o conjunto da composição acionária da empresa para verificar em que medida ela é controlada por instituições financeiras – caso da Abril Educação, que possui três fundos de investimento como acionistas estratégicos, cujas ações não são negociadas livremente no mercado. Além disso, mesmo empresas não listadas em bolsas de valores podem ser controladas por instituições financeiras, como a McGraw-Hill Education, cujos compradores foram os fundos de investimento da gestora Apollo Global Management LLC. Portanto, somente uma análise pormenorizada dos proprietários da empresa permite avaliar em que medida esta é, ou não, controlada pelo capital financeiro.

É significativo o aumento da centralização de capitais mediante a posse das ações das empresas pelos fundos de investem. Há fundos que investem em várias das empresas aqui analisadas (apêndice B), como BlackRock, , que investe em nove das empresas (American Public Education, Apollo, DeVry, Estácio, Kroton, Lagardère, Pearson, Scholastic e Strayer). BlackRock, o principal acionista da gigantesca Pearson, é a maior *asset manager* do mundo, com US\$4.32 trilhões sob gestão, além de outros US\$11 trilhões que controla indiretamente através da sua plataforma de negociação Aladdin. The Vanguard Group, uma das maiores companhias de *mutual fund* do mundo, com aproximadamente US\$2 trilhões sob gestão, investe em sete das grandes empresas aqui analisadas (American Public Education, Apollo, DeVry, Kroton, Lagardère, Scholastic e Strayer). Dimensional Fund Advisors investe em cinco das empresas (Abril Educação, DeVry, Lagardère, Megastudy e Scholastic), Norges Bank Investment Management, T. Rowe Price e FIL Investment investem em quatro e OppenheimerFunds em três. Além disso, como nem todas as ações dão direito a voto, poucos (e poderosos) capitalistas financeiros têm, de fato, poder decisório sobre as políticas da empresa¹⁷.

Todos esses fundos têm origem em países de capitalismo central: BlackRock, The Vanguard Group, Dimensional Fund Advisors e T. Rowe Price são originados nos EUA, FIL Investments na Inglaterra, e Norges Bank é o banco central da Noruega, evidenciando que o

¹⁶ As ações *free float* são aquelas que não pertencem a acionistas estratégicos, que não possuem restrições e não estão em tesouraria. As companhias listadas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 da BM&FBovespa, caso da Abril Educação, precisam, obrigatoriamente, apresentar um *free float* de, no mínimo, 25% de suas ações em livre circulação para negociação no mercado.

¹⁷ Qualquer ação comprada torna o investidor um proprietário da empresa; se ela for do tipo ON (ordinária nominativa), tem-se o direito a participar das decisões da companhia, não se ela for do tipo PN (preferencial nominativa). No Brasil, para cada ação ordinária, a empresa tem direito a emitir uma ação PN. Fonte: <http://www.bmfbovespa.com.br/>

grande capital financeiro oriundo do centro do capitalismo mundial, além de suas sucursais estrangeiras, controla mesmo as empresas ditas “nacionais” de países de capitalismo dependente.

É tal o entrelaçamento das distintas formas capital, que as empresas também atuam como capitalistas monetárias através de seus fundos de investimentos e da compra de cotas de outros fundos, caso da Bertelsmann (University Ventures Fund I), Lagardère (fundo de *venture capital* lançado pela Idinvest Partners), Holtzbrinck (empresa de *venture capital* que investe nos ramos de mídia, tecnologias digitais, internet e outros), American Public Education (NWHW Holdings, Inc.) e Megastudy (MegaInvestment). Para as empresas, essa é mais uma forma de potencializar os capitais sob seu controle da forma mais rápida possível, na esfera em que podem, aparentemente, produzir mais dinheiro a partir de dinheiro, sem participarem diretamente do processo de valorização do capital.

Além das relações entre as empresas e o capital financeiro, a elevação dos montantes de capitais também ocorre através da participação em grandes parcelas do mercado de educação, inclusive geograficamente. As empresas que hoje dominam o mercado da educação, originadas em países de capitalismo central, expandiram-se para todos os continentes, através da exportação de mercadorias, abertura de filiais e aquisição total ou parcial de empresas de países estrangeiros, realizando comércio internacional, porém intracorporativo, para estabelecimentos estrangeiros da própria empresa exportadora. A maior parte de seus rendimentos, em geral, ainda vem da Europa e Estados Unidos, entretanto, países latino-americanos e asiáticos vêm atraindo grupos europeus e norte-americanos, atentos a mercados que possuem um número extremamente maior de consumidores e leitores e empresas muito menores.

Apesar de que os países de capitalismo dependente sejam receptáculos de capitais e mercadorias produzidas pelas empresas do centro do capitalismo mundial, em todos os países capitalistas, mesmo os dependentes, a concentração da produção gera monopólios, que podem variar em forma, em data de aparecimento etc., mas não em essência (LENIN, 1981, p.590). Devido aos seus ritmos desiguais de desenvolvimento, enquanto em países de capitalismo central, os atuais maiores grupos do mercado da educação começaram como pequenos estabelecimentos ainda no século XIX, nos países de capitalismo dependente foram constituídos a partir da segunda metade do século XX e ao longo dos séculos XX e XXI, passaram a competir com os grupos europeus e estadunidenses, respondendo por enormes parcelas dos lucros advindos do negócio da educação e, em particular, da edição de livros didáticos.

Tanto em países centrais quanto em periféricos, as empresas de educação combinam a formulação, produção e venda de mercadorias e serviços para todos os níveis de ensino, além de cursos de idiomas, preparatórios para concursos públicos, escolas de educação financeira etc., atendendo alunos de todas as classes sociais, desde a pré-escola até a educação técnica e superior, presencial e à distância, e, posteriormente, na chamada educação ao longo de toda a vida. Além disso, essas empresas combinadas investem em comunicações, tecnologias, mercado financeiro e em outras áreas. A mesma empresa que edita revistas, jornais, livros e produz *tablets*, possui também gráficas, distribuidoras, fundos de investimento, agências de viagem, agências esportivas, gravadoras, produtoras, canais de televisão e rádio etc. Isso é típico do setor serviços, em que as empresas combinam atividades produtivas (industriais) e improdutivas (de serviços) (NETTO e BRAZ, *op. cit.*, p.234). Segundo Daniel Hamburger, presidente do DeVry Group: “A diversificação mitiga riscos, nos permite lidar com os ciclos econômicos a longo prazo melhor do que nossos pares, e provê oportunidades de crescimento”¹⁸, ou seja, é uma forma de contra arrestar a tendência à queda da taxa de lucro.

Em suma, essas empresas têm, em sua maioria, diversos traços em comum, que serão revelados à luz das categorias enunciadas no capítulo anterior: 1) possuem alta lucratividade e controlam grandes mercados; 2) fusões e aquisições fazem parte de sua estratégia de crescimento, 3) sua propriedade é representada por ações, em geral negociadas em bolsas de valores¹⁹, controladas por fundos de investimentos, gestoras e bancos; 4) em sua maioria são oriundas de países de capitalismo central e exportam mercadorias, serviços e capitais para dezenas de países; 5) se associam a outras grandes empresas ao redor do mundo, 6) estabelecem a *união pessoal* entre distintas frações burguesas e destas com o Estado e 7) produzem e comercializam uma ampla gama de mercadorias e serviços.

2.1 Concentração no setor de serviços educacionais

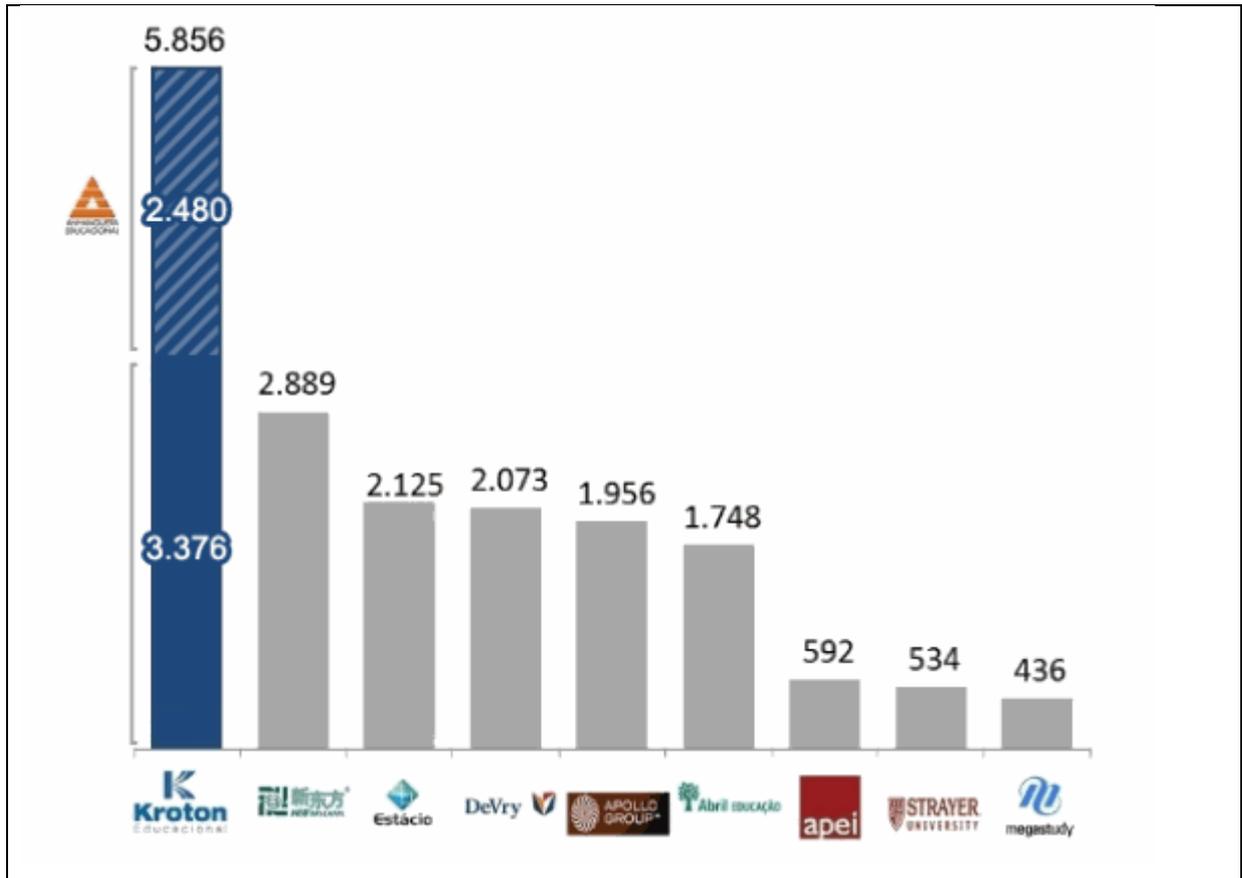
A empresa Bloomberg²⁰ listou, em abril de 2013 (com dados de 2012), as maiores empresas educacionais do mundo com ações negociadas em bolsas de valores:

¹⁸ DeVry 2013 Annual Report, p.1, traduzido pela autora: <http://investors.devryeducationgroup.com/Cache/1500053960.PDF?Y=&O=PDF&D=&FID=1500053960&T=&IID=4183694>

¹⁹ “A bolsa é um mercado de títulos, que tem a função de dar liquidez aos mesmos, por meio da criação de um mercado em que eles possam ser negociados” (BRETTAS, 2011, p.5).

²⁰ Bloomberg é um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro, com terminais de informações presentes em quase 100% dos bancos, corretoras e seguradoras no mundo.

Valor de mercado de empresas de educação nas bolsas (em milhões de dólares)



Fonte: Bloomberg (2013)

Seis destas empresas são especializadas no ensino superior privado: as brasileiras Kroton/Anhangera e Estácio e as norte-americanas DeVry, Apollo, American Public Education e Strayer University.

A origem do DeVry remonta a 1931, quando foi criada DeForest Training School, para preparar alunos para a carreira técnica em eletrônica. Em 1973 foi formada a Corporação Keller-Taylor, que em 1987 adquiriu o Instituto DeVry, mudando o nome da companhia para DeVry, Inc. Desde sua fundação, a DeVry Education Group ampliou sua oferta e, em 1957, lançou novos cursos de eletrônica e computação. A partir dos anos 1980 criou novos cursos e realizou aquisições, diversificando sua atuação, principalmente para as áreas de saúde e negócios, tornando-se uma das maiores redes educacionais americanas, com mais de noventa campi e cento e dez mil alunos. Hoje, o DeVry Education Group é uma holding de sete empresas educacionais estadunidenses: Advanced Academics, Becker Professional Education, adquirida em 1996, Carrington College, Chamberlain College of Nursing, DeVry University, Keller Graduate School of Management e Ross University.

O DeVry possui seis escritórios administrativos nos EUA e, desde 2009, um no Brasil, e suas instituições estão presentes em mais de cento e trinta localidades em cinquenta e cinco

países. Em 2011 expandiu-se com as aquisições da American University of the Caribbean, localizada em São Martinho, nas Antilhas²¹, e da ATC Internation, subsidiária da Becker Professional Education, presente na Europa ocidental e central e na Ásia central. Em 2014 a Becker anunciou novas relações na África, Ásia e Caribe, aliada a Morgan International (Líbano), GM Global Consulting Multipurpose Limited (Nigéria), Career Point University (Índia), EduPristine (Índia), SKANS School of Accountancy (Paquistão) e Global Accountancy College (Jamaica)²².

O Apollo Education Group foi fundado em 1973, com a criação do *Institute for Professional Development*. A primeira universidade do grupo, University of Phoenix, foi fundada em 1976; duas décadas depois, fez uma série de aquisições, como em 1995 a Western International University, em 1997 o College for Financial Planning e em 2011 Carnegie Learning. O Apollo Education Group oferece serviços nos Estados Unidos, Ásia, Austrália, Europa e América Latina. Após o estabelecimento da subsidiária Apollo Global em 2007, criada para investir internacionalmente em educação, adquiriu uma série de empresas estrangeiras, como a chilena Universidad de Artes, Ciencias y Comunicación, a inglesa BPP University College, a mexicana Universidad Latinoamericana, a indiana Bridge School of Management, a sul-africana Milpark Education e a Open Colleges of Australia²³. A American Public Education e Strayer University estão sediadas nos EUA, mas seus cursos de educação superior *online* também atendem estudantes internacionais

American Public Education é um grupo de ensino superior que atua através de suas instituições *online*: American Military University e American Public University. A American Military University foi fundada em 1991 e a American Public University em 2002, juntas formando o American Public University System. Em 2012 fez um investimento minoritário de 19.9% na NWHW Holdings, Inc., formada para adquirir New Horizons Worldwide, Inc., uma empresa de formação e capacitação tecnológica, e em 2013 adquiriu a faculdade de enfermagem National Education Seminars, Inc. A Strayer University foi fundada em 1892 e adquiriu o status de universidade após a formação, em 1996, da holding Strayer Education, Inc., listada no mercado de ações automatizado norte-americano NASDAQ, estabelecida para levantar capital e expandir a Strayer College.

²¹ “DeVry buys Caribbean medical school for \$235M”, 04/04/2011: <http://www.businessweek.com/ap/financialnews/D9OTCQFO0.htm>

²² “DeVry Education : Becker Announces Six New Relationships to Help Students Prepare for ACCA Exams Across the Globe”, 06/04/2014: <http://www.4-traders.com/DEVRY-EDUCATION-GROUP-INC-12377/news/DeVry-Education--Becker-Announces-Six-New-Relationships-to-Help-Students-Prepare-for-ACCA-Exams-Acr-18541851/>

²³ *Apollo Education Group 2013 Annual Report*, disponível em: <http://investors.apollo.edu/phoenix.zhtml?c=79624&p=irol-reportsannual>

Estácio é uma das maiores organizações privadas no setor de ensino superior no Brasil em número de alunos, de acordo com dados da Consultoria Hoper de 2011. Possui 394,5 mil alunos em cursos de graduação e pós-graduação, presencial e à distância, além dos cursos de extensão, através de uma universidade, cinco centros universitários, trinta e quatro faculdades e cinquenta e dois pólos de ensino à distância em oitenta campi de vinte estados brasileiros.

Se originou da Faculdade de Direito Estácio de Sá, fundada em 1970, e expandiu-se nacionalmente a partir de 1998. Em 2011 e 2012 adquiriu Faculdade Atual da Amazônia, Faculdade de Natal, Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte, Academia do Concurso, SEAMA, Faculdade São Luis, Faculdade iDez, FARGS, UNIOL, FACITEC, ASSESC e UniSeb.

Contudo, os investimentos privados não se limitam à educação superior, abarcam todos os níveis de ensino. Entre as maiores do mundo, são focadas na educação básica a chinesa New Oriental, a brasileira Abril Educação e a coreana Megastudy.

New Oriental Education & Technology Group Inc. é a empresa de educação privada mais reconhecida na educação privada chinesa, segundo maior grupo educacional do mundo. Comercializa variados serviços e mercadorias, incluindo cursos de idiomas, preparação para testes nacionais e internacionais de acesso ao ensino superior, tutoria extraescolar, educação infantil, educação escolar primária e secundária, materiais didáticos e paradidáticos, conteúdo e software educacionais e educação online, para estudantes de todas as idades, da educação infantil, primária e secundária, além de serviços para adultos, como *career education*, que oferece conhecimentos e habilidades necessárias para buscar uma carreira, e preparação para testes ocupacionais.

O grupo originou-se da Beijing New Oriental School, estabelecida em 1993, e desde 2000 vem se expandindo através da abertura de estabelecimentos próprios na China, contando, atualmente, com cinquenta e sete escolas, setecentos centros de aprendizado, trinta e uma livrarias, além da rede online com nove milhões de usuários registrados. Após abrir capital em 2006 fez aquisições significativas. Em 2008 adquiriu 60% da Mingshitang School e a Tongwen Gaokao School e uma pequena escola afiliada chamada, escolas privadas especializadas no exame nacional para entrada em universidades.

A coreana Megastudy é provedora de serviços educacionais *online* e em 2012 criou a MegaInvestment, voltada para o negócio de investimentos. Suas páginas eletrônicas disponibilizam conteúdos, materiais de aprendizagem, vídeos e tutoria para estudantes escolares, pré-universitários e adultos, e conta também com educação presencial em seus institutos e publica materiais didáticos. Possui participação majoritária em dez empresas,

focadas em preparação para exames de acesso a graduações em geral e, em particular, de medicina, odontologia, farmácia e direito; companhia de serviço alimentar para estudantes e empregados; materiais de preparação para testes de seleção de policiais (SE Global) etc.²⁴. Na Coreia, as editoras aprenderam a operar escolas inteiras e contrataram cerca de trinta mil professores para dar reforço e tutoria a alunos com base em seus materiais de ensino, e agora planejam digitalizar todos os seus livros didáticos até 2015²⁵.

A empresa foi fundada em 2000 e desde então fez diversas aquisições como, por exemplo, 86.96% da Pareto Medical Academy, especializada em exames de acesso a graduações de medicina e odontologia, em 2007; em 2010 adquiriu a companhia High Top, renomeada de MegaUT, expandindo seus negócios para o mercado preparatório para os exames de acesso a universidade; em 2011 Megastudy e sua subsidiária MegaMD adquiriram 78% da empresa IvyKimyoung, uma das principais empresas voltadas ao mercado de exames de acesso a universidades, com investimento do fundo *private equity* Aju IB-Now Growth Capital de 20% do valor da compra²⁶; em 2014 adquiriu 70% do Mastern No. 3 Mega Project Finance Investment Co., Ltd.; em 2013 MegaUT fundiu-se com MegaMD; em 2014 uma de suas subsidiárias, megaMD, fundiu-se com Il Deung Law School, empresa coreana provedora de serviços para admissão em cursos de direito²⁷.

A brasileira Kroton é uma das maiores organizações educacionais privadas, com fins lucrativos, do Brasil, proprietária de diversas instituições de ensino superior. Entre as grandes empresas que controlam grande parte das instituições de ensino superior no país, é a única que atende vários segmentos educacionais, da educação infantil à pós-graduação, presencial e à distância. Possui cinquenta e três campi no ensino superior, 447 polos de graduação à distância, atendendo 411 mil alunos. Na educação básica fornece sistemas de ensino às escolas associadas, que compreendem material didático, serviços de treinamento, avaliação e tecnologia educacional, atendendo cerca de 289 mil alunos do setor privado em 810 escolas em vários estados do país.

A empresa surgiu do curso pré-vestibular Pitágoras, fundado em 1966, e a Anhanguera Educacional, fusionada à Kroton em 2014, conformou-se em 2004 a partir de três sociedades

²⁴ “Megastudy Investor Relations 2014”:
http://file1.megastudy.net/filesserver/ipsi/content/megacorp/pds/IRENG_14_1Q_140514_1.pdf

²⁵ “Dez maiores grupos editoriais perdem receita. Países emergentes, por outro lado, representam território de crescimento”, PublishNews, 25/06/2012: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=69103>

²⁶ “NPS-backed PEF to join Megastudy in acquiring educational provider”, Private Equity Korea, por Brett Moffat, 20/05/2011: <http://www.privateequitykorea.com/ma-news/nps-backed-pef-to-join-megastudy-in-acquiring-educational-provider/>

²⁷ Megastudy Investor Relations 2014:
http://file1.megastudy.net/filesserver/ipsi/content/megacorp/pds/IRENG_14_1Q_140514_1.pdf

anônimas que já existiam na década de 1990. A partir de 2007 a Kroton realizou uma série de aquisições que a tornaram a maior empresa de educação do mundo, quando abriu capital na BM&FBovespa, bolsa de valores de São Paulo. A primeira Faculdade Pitágoras surgiu no início dos anos 2000, com sistema de ensino e metodologia exclusiva criada em parceria com uma das maiores companhias de educação do mundo, Apollo International. Entre 2010 e 2013 comprou a IUNI Educacional, maior aquisição do setor de educação superior do Brasil, Faculdade Atenas Maranhense, Faculdade União, Faculdade do Sorriso, UNOPAR, Unirondon, Uniasselvi e Anhanguera, totalizando cerca de sete bilhões de reais em aquisições.

No interior do segmento de educação básica, destacaremos a produção de materiais didáticos. O processo de formação de monopólios está avançando rapidamente no setor editorial, progressivamente concentrando e centralizando os capitais deste ramo.

2.2 Concentração no setor editorial

Nos Estados Unidos, segundo maior vendedor e consumidor de livros do mundo, detentor de 41% do mercado mundial, atrás apenas da China, já em 1999 as vinte maiores editoras controlavam 93% das vendas e as dez maiores ficavam com 75% dos rendimentos. Em 2002, doze grupos editoriais eram responsáveis por 52% das vendas de livros no mundo, e os quatro maiores por 36% (EUROMONITOR, 2003 *apud* EARP e KORNIS, *op. cit.*, p.78)²⁸. Dados mais recentes, do Ranking Global do Mercado Editorial 2013²⁹ (anexo A), confirmam essa concentração ao indicar que dez grupos editoriais são responsáveis por mais da metade do faturamento total das cinquenta maiores empresas analisadas, cuja receita consolidada chegou a € 56,56 bilhões. Entre os sessenta grupos editoriais cujo faturamento de 2012 foi analisado, estes foram os dez maiores:

²⁸ Earp e Kornis (2005), entre março e outubro de 2004, reuniram informações básicas acerca da economia da cadeia produtiva do livro no Brasil e no exterior, uma encomenda feita pelo BNDES ao Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento da UFRJ. Os autores apontam o relatório da consultora Euromonitor (2003) como principal estudo sobre o mercado editorial publicado no mundo, que analisa a economia do livro na China, Estados Unidos, Japão Rússia, Alemanha, França, Brasil, Reino Unido, Itália, Espanha, Canadá, Austrália, Suíça, Áustria, Bélgica, Holanda, Taiwan, México e Argentina.

²⁹ Esse ranking é elaborado pela consultoria austríaca Rüdiger Wischenbart desde 2006, a pedido da revista francesa Livres Hébdó, especializada no mercado editorial, disponibilizando anualmente um ranking com as maiores editoras do mundo, que possuem faturamento superior a duzentos milhões de dólares. No Brasil, o Ranking Global é publicado pela PublishNews.

Dez maiores empresas do Ranking Global do Mercado Editorial 2013³⁰

| Posição | Empresa (grupo ou divisão) | País de origem | Faturamento em 2012 (€ milhões) |
|----------------|-----------------------------------|-----------------------|--|
| 1 | Pearson | Reino Unido | 6.913,41 |
| | Pearson Education | Reino Unido | 5.629,27 |
| 2 | Reed Elsevier | R.U. / Holanda / EUA | 4.479,27 |
| 3 | ThomsonReuters | EUA | 4.080,30 |
| 4 | Wolters Kluwer | Holanda | 3.603,00 |
| | Elsevier Science (Reed Elsevier) | R.U. / Holanda / EUA | 2.515,85 |
| 5 | Random House (Bertelsmann) | Alemanha | 2.142,00 |
| 6 | Hachette Livre (Lagardère) | França | 2.077,00 |
| 7 | McGraw-Hill Education | EUA | 1.763,08 (dados 2011) |
| | Lexis Nexis (Reed Elsevier) | Holanda | 1.963,41 |
| 8 | Grupo Planeta | Espanha | 1.675,00 |
| 9 | Scholastic | EUA | 1.627,27 |
| 10 | Holtzbrinck | Alemanha | 1.608,00 |

Fonte: Rüdiger Wischenbart Content and Consulting (dados 2012)

Entre esses, Pearson, Bertelsmann, Lagardère, McGrawHill Education, Scholastic e Holtzbrinck publicam livros didáticos e paradidáticos e vendem serviços educacionais, segmento que vem crescendo continuamente desde 2007, atualmente respondendo, em média, por 34% do faturamento das editoras.

O ranking não expressa de maneira exata a concentração do mercado editorial, pois considera diferentes empresas controladas pelos mesmos grupos, que foram, portanto, listados mais de uma vez. Do grupo Pearson, foram listadas Pearson Education, Penguin e Penguin UK; Bertelsmann aparece com Random House, Random House US, Random House Germany, Random House Group e Random House Group UK; Lagardère está listada através da Hachette Livre, Hachette Livre France, Hachette Book Group USA e Hachette UK/AUS; Scholastic aparece também como Scholastic Children's Book Publishing and Distribution,

³⁰ Não foi incluída a Penguin Random House, pois sua formação a partir da fusão da Penguin e da Random House, se deu em 2013.

Scholastic International e Scholastic Educational Publishing; e Holtzbring também está listado através da Holtzbrinck Education and Science e Holtzbrinck Consumer Book Publishing.

O grupo britânico Pearson é proprietário de 47% da Penguin Random House, do Financial Times Group, divisão de jornalismo voltada para informações financeiras e serviços multimídia, e da Pearson Education, que vende materiais didáticos, programas eletrônicos de aprendizado e de testes de desenvolvimento e serviços educacionais, como consultorias para escolas. A Pearson tem planos de assumir a gestão de escolas de educação básica. A venda de consultoria pedagógica para escolas já representa 40% de seu faturamento; engloba desde a adoção de um currículo bilíngue até capacitação de professores para o aprendizado com plataformas digitais. Em 2012, a Pearson realizou dois mil cursos de desenvolvimento profissional para vinte cinco mil professores. O grupo também vende assessoria financeira e comercial, até com intermediação junto a bancos, para escolas que tenham interesse em expandir o negócio³¹.

A Pearson iniciou sua trajetória em 1844 como uma empresa de construção. Até sua transformação em uma das maiores empresas editoriais do mundo com grandes investimentos em educação, comprou uma série de jornais, editoras, estabelecimentos de ensino etc. A empresa foi fundada como uma pequena empresa de construção e, por volta de 1880, tornou-se uma das maiores construtoras do mundo. Sua inserção no negócio de mídia iniciou-se em 1921, com a aquisição de um grupo de jornais do Reino Unido, seguida de diversas aquisições que a tornaram a maior editora do mundo. Em 1957, adquiriu o Financial Times; em 1968, a editora Longman, e em 1970, a Penguin, fundada em 1838. Em 1988 comprou a editora Addison-Wesley, em 1996 Putnam Berkley, em 1998 a Simon and Schuster, em 2000 a National Computer Systems, em 2001 85% da japonesa Kirihara, em 2002 Rough Guides, em 2003 Edexcel, em 2004 13.85% do jornal indiano Business Standard, em 2005 AGS Publishing, em 2007 eCollege, em 2009 Wall Street English, em 2010 75% do sul-africano CTI Education Group, em 2011 Schoolnet e Connections Education, em 2012 EmbanetCompass e em 2013 BioBehavioral Diagnostics Co., que produz tecnologias para diagnóstico e tratamento de condições neurológicas e psiquiátricas, e o brasileiro Grupo Multi, dono do cursos profissionalizantes e de idiomas Wizard e Yázigi; além da já mencionada fusão da Penguin com a Random House.

³¹ “Pearson vai acelerar negócios em educação”. Por Beth Koike, Valor Econômico, 19/07/2013: <http://www.valor.com.br/empresas/3203344/pearson-vai-acelerar-negocios-em-educacao>

A Pearson investe fortemente em sua expansão global, prioritariamente países emergentes; nos últimos anos, destinou cerca de um bilhão de dólares para aquisições na Índia, China e Brasil³². A Pearson Education opera em setenta países, apesar de 60% de suas vendas estarem concentradas nos Estados Unidos. Entre seus negócios internacionais estão cursos de inglês do Wall Street English Group em vinte e sete países, com cinquenta e uma escolas comente na China; coleção de livros didáticos de língua inglesa Arab World Editions para países árabes; programa Linx de ciências na Itália; Arizona State University nos EUA; empresa Edexcel no Reino Unido; escola virtual Lyngen School da Noruega; sistemas de ensino e BTEC no Brasil; programa Colombia Habla Inglés para professores colombianos; CTI Education Group e testes de avaliação na África do Sul; formação de professores no Butão; empresa Silatech no norte e oeste africanos; educação básica à distância na Índia; e parceria com o Ministério de Educação da Angola e Molteno Institute of Language and Literacy para criar um programa de alfabetização para escolas utilizando sete línguas nativas de Angola. Através da Pearson Foundation distribui cursos *online* em parceria com a Gates Foundation, de Bill e Melinda Gates, nos EUA; programa de formação de professores e distribuição de livros na África do Sul, Tanzânia e Quênia; campanha *Choose a Book. Change a Life* para distribuição de livros em parceria com a Asia Foundation; aplicativo para celular BridgeIT de vídeos e conteúdos digitais para professores, em parceria com a Nokia; e *software English for Fun* para aprendizado da língua inglesa no Uruguai, complementando a iniciativa *One Laptop Per Child*, de distribuição de computadores para crianças uruguaias³³.

McGraw-Hill Education é um dos principais grupos publicadores de livros didáticos dos Estados Unidos, voltado para edição, educação digital e serviços educacionais para educação infantil, superior e *adaptive learning*, tecnologias e técnicas utilizadas para propor a cada aluno um ensino personalizado. Até 2013, era parte da McGrawHill, que posteriormente separou-se em duas empresas, uma voltada para educação e outra para finanças, pois a primeira estava em crise devido a cortes de verbas públicas nos Estados Unidos.

A empresa originou-se da editora estadunidense McGraw-Hill Book Company, fundada em 1909, e ao longo de sua história fez diversas aquisições e *joint ventures* no setor educacional, ampliando suas áreas de atuação. Em 1956 incorporou a California Test Bureau; em 1970 fez uma joint venture com o indiano Tata Group; em 1988 adquiriu as divisões escolar e universitária da editora Random House; em 1989 criou uma joint venture com a

³² “Dez maiores grupos editoriais perdem receita”, PublishNews, 25/06/2012: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=69103>

³³ Pearson International brochure: <http://www.pearson.com/content/dam/pearson-corporate/files/international/Pearson-International-brochure.pdf>

editora Macmillan e em 1993 comprou a parte da Macmillan compartilhada; em 1996 expandiu seus negócios na educação superior com a compra da Times Mirror Higher Education; a partir dos anos 2000 passou a investir em educação digital online; em 2000 adquiriu a Tribune Education; em 2010 adquiriu a Tegrity; em 2011 formou uma *joint venture* com a chinesa New Oriental; em 2012 adquiriu a Key Curriculum, especializada em softwares para ensino de matemática; em 2013 adquiriu a ALEKS Corporation e a McGraw-Hill Companies vendeu a McGraw-Hill Education para os fundos de investimentos da gestora Apollo Global Management.

McGraw-Hill Education atinge quarenta e quatro países, com publicações em mais de sessenta línguas. Atua na Índia desde 1970 e hoje, além da Ásia, está presente na Europa, África, América Latina, em países como Itália, Espanha, Brasil, México – onde é detentora de 40% do mercado de livros escolares –, Taiwan, China, além de Nova Zelândia, Austrália e Canadá.

Scholastic é uma editora norte-americana de livros e revistas, especializada no segmento infantil, presente em 90% das escolas estadunidenses, com produtos e materiais educacionais e de entretenimento para uso escolar e em casa. Seu foco está nos livros infantis, responsáveis por 47,2% do seu rendimento, mas também produz serviços e tecnologias educacionais, materiais didáticos e paradidáticos, e também mídia infantil e produtos e programas eletrônicos, distribuídos através de clubes e feiras do livro, escolas, lojas de varejo, bibliotecas, canais de televisão e páginas eletrônicas. Apesar de sua atuação majoritária ser em educação, a área de televisão também é relevante, com mais de quinhentas produções televisivas. Possui uma parceria com NBC e Telemundo, para produção e distribuição de programação infantil em inglês e espanhol através da *venture* Qubo, divulgando a importância da leitura³⁴.

A Scholastic surgiu em 1920. Em 1993 adquiriu Mary Glasgow, editora de revistas educacionais em francês, espanhol, alemão e inglês; em 1996 adquiriu Lectorum Publications, o maior distribuidor de livros de espanhol para escolas e livrarias dos EUA; em 1997 adquiriu Red House Books Ltd.; em 1998 adquiriu Pages Book Fairs e The Electronic Bookshelf; em em 1999 Quality Education Data; em 2000 comprou a editora Grolier do grupo Lagardère; em 2001 adquiriu Tom Synder Productions, produtora de *softwares* educativos; em 2002 adquiriu a editora Klutz do grupo Corus Entertainment, uma das principais empresas de mídia e entretenimento do Canadá; em 2003 adquiriu as operações de clube de livro do Troll

³⁴ Scholastic Inc. Profile: <http://www.vault.com/company-profiles/media-entertainment/scholastic-inc/company-overview.aspx>

Communications; em 2005 adquiriu a editora The Chicken House; em 2010 adquiriu Math Solutions; em 2012 adquiriu a editora de Singapura Learners Publishing e a revista educacional Weekly Reader³⁵.

Está presente em mais de cento e quarenta países, com as principais operações no Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Ásia, onde é o maior distribuidor de clubes do livro escolares, além de atingir partes da Ásia e Porto Rico. Expandiu-se internacionalmente nos anos 1960, a partir da abertura de sua primeira subsidiária no Canadá em 1957, estabelecimento da Scholastic Reino Unido e Scholastic Nova Zelândia em 1964, e da filial australiana em 1968. Na Austrália e Nova Zelândia seus livros e clubes do livro chegam a aproximadamente 90% das escolas primárias; pretende expandir-se para Ásia, onde já está presente nos mercados de livro da Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, através da Grolier³⁶.

Holtzbrinck é um grupo editorial alemão que abarca publicações em geral, em ciências e educação por meio da editora Macmillan, e possui também uma divisão digital, de serviços e informações, além de uma empresa de *venture capital* que investe nos ramos de mídia, tecnologias digitais, internet e outros. A Macmillan Science and Education é responsável por 48% dos rendimentos do grupo; publica a revista Scientific American, outras revistas e uma vasta gama de materiais para ensino de inglês e currículo escolar, voltado para professores, estudantes e pesquisadores.

A origem do grupo Holtzbrinck está no negócio de clubes do livro, em 1930, que quarenta anos depois se tornou a *holding* Holtzbrinck. Adquiriu Hausbücherei em 1948, que se fundiu com Deutsche Bücherbund (*German books' association*) nos anos 1950 e posteriormente comprou participação em diversas editoras de livros e jornais, como S. Fischer, Rowohlt e Handelsblatt; nos anos 1980 adquiriu Die Zeit, Henry Holt, Scientific American e W.H.Freeman, especializadas em jornais, livros e ciência; na década seguinte seguiu com aquisições no campo de literatura, ciência e educação, Farrar, Straus & Giroux e Macmillan Group, cuja editora foi fundada em 1843.

O grupo Holtzbrinck comercializa suas mercadorias e serviços em cento e trinta e oito países nos cinco continentes, com 81% dos rendimentos advindos da Europa e Estados Unidos. Bertelsmann está presente em mais de cinquenta países, mas, assim como o grupo Holtzbrinck, 80% de seus rendimentos vêm da Europa, principalmente Alemanha, França,

³⁵ Scholastic Corporation History: <http://www.fundinguniverse.com/company-histories/scholastic-corporation-history/> e <http://www.scholastic.com/90years/timeline.htm>

³⁶ Global Publishing Leaders 2013: Scholastic, 19/07/2013: <http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/financial-reporting/article/58346-global-publishing-leaders-2013-scholastic.html>

Inglaterra e Espanha, e Estados Unidos. Sua estratégia de crescimento está focada no negócio da educação e em mercados em crescimento na América Latina, China e Índia, tendo aberto, em 2012, escritórios em Nova Déli e São Paulo. Investe na China desde 2008 através de seu fundo Bertelsmann Asia Investments, que hoje investe em vinte companhias e fundos, sobretudo *startups* de negócios digitais, nas áreas de mídia, educação, tecnologia e conteúdos. Também comprou ações em diversas companhias novas em Brasil e Índia em 2013. Na Índia, faz parceria com a chinesa Lenovo de produção de computadores e comprou a empresa Seventynine do segmento de celulares. Em 2013 fez parceria com a CBS Studios International para operar canais pagos no sudeste asiático³⁷.

Outras grandes empresas do mercado editorial de didáticos são oriundas da indústria de comunicações, sendo o investimento em educação responsável por apenas uma pequena parcela dos lucros, a exemplo de Bertelsmann e Lagardère, além de News Corp e Prisa. Nos Estados Unidos, no século XXI a publicação de livros, com vendas anuais de vinte e três bilhões de dólares, começou a integrar-se gradual e rapidamente a uma estrutura corporativa de mídia, na qual companhias isoladas valem mais do que todo o mercado editorial. A America Online comprou a Time Warner por 165 bilhões de dólares, mas a publicação de livros representa apenas 1,1 bilhão de dólares. Este valor foi mais de sete vezes o valor de todos os livros vendidos nos EUA em 2000 (SCHIFFRIN, 2006, p.19-20).

Bertelsmann é uma empresa alemã de mídia, com negócios em televisão, rádio, serviços, revistas, impressão e edição, através do RTL Group, 53% da Penguin Random House, Gruner + Jahr, Arvato e Be Printers. Hoje produz anualmente dez mil novos títulos e vende mais de setecentos milhões de livros impressos, de áudio e eletrônicos. Em março e abril de 2014, a editora, que também publica livros didáticos, foi responsável por 16% do rendimento da companhia³⁸. Uma de suas prioridades em 2014 é a expansão de seus negócios em educação, sobretudo superior, onde atua com seu recente portfólio de *holdings* nos EUA e Europa através da University Ventures Fund I, firma de investimentos em educação superior³⁹.

A origem do grupo foi uma casa editorial fundada em 1835. A partir de 1950 passou a investir em outras áreas, como música, televisão, engenharia e logística. Em 1964 adquiriu a

³⁷ Bertelsmann Annual Report 2013: <http://www.bertelsmann.com/media/news-und-media/bilder-und-pdfs-bpk14/geschaeftsbericht/bertelsmann-annualreport-2013-advance.pdf>

³⁸ *Investor Update* Março/Abril 2014, London/Frankfurt/Paris: <http://www.bertelsmann.com/media/investor-relations/presentation-investor-call-only-english/presentationen-investor-update/investor-update-march-april-2014.pdf>

³⁹ “Penguin Random House Shareholder Bertelsmann Announces 2013 Fiscal-year Results”, Press Release, de Berlim, 26/03/2014: <http://global.penguinrandomhouse.com/press-release/penguin-random-house-shareholder-bertelsmann-announces-2013-fiscal-year-results/>

UFA, em 1969 adquiriu ações da Gruner + Jahr, em 1977 a Bantam Books, em 1984 fundou a RTL TV, em 1988 adquiriu a Bundesliga Television, em 1994 incorporou a italiana Ricordi, em 1995 fez uma joint venture com a AOL e adquiriu a Pixelpark, em 1998 adquiriu a Random House, uma das maiores editores de língua inglesa do mundo, fundada em 1927 nos EUA, em 1986 adquiriu a gravadora RCA e a editora norte-americana Doubleday, em 1999 adquiriu a editora científica Verlagsgruppe Springer, em 2004 Motor Presse Stuttgart, em 2005 DVA, Kosel e Manesse, em 2006 o Groupe Bruxelles Lambert⁴⁰, e em 2013 sua editora Random House fundiu-se com a Penguin do grupo Pearson, criando a maior editora do mundo, detentora de cerca de 30% do mercado mundial de livros por meio dos seus duzentos e cinquenta selos editoriais e quinze mil novos títulos anuais. No mesmo ano adquiriu BMG e Gothia. Em 2014 a empresa anunciou que pretende continuar expandindo-se, com planos de novas aquisições no valor de três bilhões de euros⁴¹.

Lagardère é um conglomerado francês de mídia que opera nas áreas de edição, comunicação, audiovisual e vendas a varejo, com editoras, revistas, canais de televisão e rádio. Nos últimos dez anos expandiu seus negócios para ramos com crescimento potencial que hoje respondem por 40% das vendas do grupo, como serviços de viagem, digital, produção televisiva e gerência de direitos esportivos⁴². Em 2003 vendeu sua participação na fabricante francês de veículos Renault e todas suas atividades de engenharia automobilística para o grupo italiano Pininfarina. Até 2013, tinha participação de 7,4% na European Aeronautic Defence and Space Company (EADS), maior empresa aeroespacial europeia⁴³. A divisão editorial do grupo, Hachette Livre, apesar de não responder por mais do que 28% dos rendimentos⁴⁴, é a maior empresa editorial da França. A área educacional da editora gerou 16.2% das vendas da divisão de publicações em 2013, voltada a todas as disciplinas e níveis educacionais, da educação infantil ao ensino superior, além de materiais extracurriculares.

A editora Hachette foi fundada em 1826, até que em 1992 fundiu-se com a Matra (*Mechanics/Aviation/Traction*), criada em 1945, dando origem ao Lagardère. Lagardère em 1905 adquiriu a vendedora de livros AGLP, em 1992 comprou a Matra, em 1995 adquiriu a

⁴⁰ Histórico do grupo Bertelsmann, disponível em <http://www.chronikbertelsmann.de/en/milestones>

⁴¹ “Bertelsmann seeks €3bn in acquisitions”, Financial Times, por Henry Mance e Jeevan Vasagar, de Berlim, 26/03/2014: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/6073d4ca-b4cf-11e3-9166-00144feabdc0.html#axzz37aTAzrAu>

⁴² “Lagardère announces its objectives for the next five years”, Press Release, 28/05/2014: <http://www.lagardere.com/press-room/press-releases/press-releases-363.html&idpress=6546>

⁴³ “Lagardere vende participação na EADS por 2,28 bilhões de euros.” Valor Econômico, 09/04/2013: <http://www9.valor.com.br/empresas/3078912/lagardere-vende-participacao-na-eads-por-228-bilhoes-de-euros#ixzz34d0gElb8>

⁴⁴

canadense UCS, em 1997 Hachette Filipacchi Presse e Filipacchi Médias fundiram-se, em 1998 criou a Hachette Multimédia, a partir da combinação do negócio multimídia da Hachette Livre e os serviços educacionais *online* da Grolier Interactive, em 2000 aliou-se ao Canal + na área de televisão digital; em 2001 adquiriu 42% do Marie-Claire group e Virgin Stores; em 2004 adquiriu 40% da Editis, da Vivendi Universal Publishing; em 2006 ampliou sua participação no Canal+ para 20% e Sportfive; em 2007, no campo digital, adquiriu NextIdea, ID Régie e Jumpstart Automative Media, e a editora francesa Pika; em 2008 World Sport Group, Doctissimo, Psychologies, editora de livros digitais Numilog, Editions Albert René e Delstar.; em 2013 investiu onze milhões de euros em um novo fundo de *venture capital* lançado pela Idinvest Partners; em 2014 adquiriu 50% do Airest Group, uma subsidiária do grupo SAVE, do setor de alimentos e serviços de viagens⁴⁵.

Lagardère está presente em aproximadamente trinta países e seu braço editorial, Hachette Livre, é uma das principais editoras de didáticos do Reino Unido, através da Hodder Education, da Espanha, através da Anaya e Bruño, e da Argentina e México, através da Aique e Patria, além de ser a quarta maior editora dos EUA. Em 1998 adquiriu as britânicas Orion e Cassell, em 1999 adquiriu 80% da Rusconi Editore na Itália; em 2000 se aliou à Deutsche Telekom através da fusão da T-Online com Club-Internet; em 2001 adquiriu a editora de livros didáticos espanhola Bruño e a inglesa Octopus Publishing; em 2002 adquiriu a revista inglesa Attic Futura; em 2004 adquiriu a editora inglesa Hodder Headline; em 2006 adquiriu a Time Warner Books; em 2007 adquiriu o mexicano Grupo Patria Cultural e Piatkus Books da Inglaterra. A Hachette, do grupo Lagardère, em 2007, chegou a controlar 51% das ações da brasileira Escala Educacional, junto ao espanhol Anaya⁴⁶ e mais recentemente adquiriu 25% do grupo russo Atticus⁴⁷. Em 2008 adquiriu News & Gifts nos EUA; em 2011 fez aquisições na Nova Zelândia e Canadá, adquiriu negócios do gestor de estádios e arenas Stadia Consulting Group; em 2012 adquiriu LeGuide group, serviços de viagem na Itália, Suíça, República Tcheca, Austrália e Nova Zelândia, Gaylord Sports Management nos EUA, Sports Marketing and Management na Austrália e Zaechel na Alemanha. Tem aliado sua presença na Austrália, Hong Kong, Singapura e Taiwan.

⁴⁵ Lagardère Quarterly information - Third quarter 2011, Paris 08/11/2011: <http://www.lagardere.com/press-room/press-releases/press-releases-363.html&idpress=5305>. 2011, 2012 e 2013 Full-Year Results: <http://www.lagardere.com/press-room/press-releases/press-releases-363.html&idpress=5483>; <http://www.lagardere.com/press-room/press-releases/press-releases-363.html&idpress=5975>; <http://www.lagardere.com/press-room/press-releases/press-releases-363.html&idpress=6461>

⁴⁶ “Hachette ensaia volta ao Brasil.” Por Maria Fernanda Rodrigues, 28/01/2012: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,hachette-ensaia-volta-ao-brasil,828132>

⁴⁷ “Dez maiores grupos editoriais perdem receita”, PublishNews, 25/06/2012: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=69103>

O espanhol Prisa é um dos maiores grupos de mídia do mundo⁴⁸, que atua nas áreas de imprensa generalista, televisão, rádio, educação e edição, dono das marcas de jornalismo El País, de rádio 40 Principales e de edição Santillana, presente em vinte e dois países. A educação em 2013 respondeu por 27% dos rendimentos do grupo, através de marcas como Moderna, Richmond, Alfaguara, Aguilar e Punto de Lectura, sendo o grupo de maior participação de mercado privado do Brasil, Espanha, México, Colômbia, Chile e Argentina⁴⁹.

News Corp atua em mídia e serviços de informação, dona dos importantes jornais The Daily Telegraph, The Times, The Wall Street Journal, Dow Jones, New York Post e outros, e da HarperCollins Publishers, uma das maiores editoras de livros em língua inglesa do mundo. Antes de 2013, compunha uma única empresa junto à atual 21st Century Fox, unidade de entretenimento. Investe em educação através da HarperCollins e da Amplify, seu braço educacional criado em 2013, na qual investiu US\$ 540 milhões, especializada em educação digital via *tablets* e serviços educacionais, que já atingem mais de duzentos mil educadores e três milhões de estudantes em todos os estados norte-americanos. A publicação de livros é responsável por 15% dos rendimentos da News Corp e a educação digital por menos de 2%⁵⁰.

No Ranking Global do Mercado Editorial 2013 (anexo A) há outras empresas da China, Coreia do Sul, Rússia, Brasil, Índia, Indonésia e África do Sul. Na China, uma fusão de várias editoras financiada pelo governo deu origem à China Education and Media Group, e em 2012, China Publishing Group Corporate e Phoenix Publishing and Media Company, lideradas pelo governo chinês, entraram pela primeira vez no ranking, já com faturamento superior a € 800 milhões. Na Rússia tem crescido o EKSMO, que comprou há algumas semanas sua maior concorrente, a AST. A Índia, embora não possua nenhuma editora no Ranking Global, já que boa parte das publicações são produzidas por empresas estrangeiras, especialmente do Reino Unido, investe fortemente nos *tablets* de baixo custo e tem a uma empresa local competindo com a Amazon, chamada Flipkart.

As empresas com origem em países capitalistas dependentes, em geral, atendem principalmente o mercado nacional, mas também possuem experiências de exportação de mercadorias e capitais. A Kroton possui poucas escolas associadas no exterior – seis no Japão e uma no Canadá, sob a marca comercial Pitágoras –, e a Megastudy possui uma subsidiária

⁴⁸ Sobre a presença de grupos espanhóis no mercado brasileiro de livros didáticos, consultar a tese de Célia Cristina Cassiano (2007), publicada como livro em 2013: O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1982-2007).

⁴⁹ Presentación Corporativa Prisa Oct. 2013, p.3-4: <http://www.prisa.com/uploads/ficheros/arboles/descargas/201201/descargas-presentacion-corporativa-prisa-es.pdf>

⁵⁰ NEWS CORP FORM 10-K (Annual Report). Filed 09/20/13 for the Period Ending 06/30/13.

na China, Megastudy China Ltd, e duas no Vietnã, Megastudy Forever Joint Stock Company e Plus Edu⁵¹.

Após ter traçado o perfil de algumas das maiores empresas de educação do mundo, partiremos ao estudo do caso brasileiro, mais um país capitalista dependente onde o capital financeiro é investido, em busca dos superlucros monopolistas.

2.3 Caso brasileiro

No Brasil, o imperialismo se consolidou, literalmente, à força. Mediante as contradições entre a democracia burguesa populista e as exigências do capital monopolista imperialista, as frações econômicas e políticas alinhadas ao capital monopolistas organizaram e realizaram o golpe de Estado. Foi instaurada a ditadura empresarial-militar, para favorecer a impulsionar a acumulação monopolista em todos os âmbitos possíveis da vida social:

Na prática, o capital monopolista havia penetrado ainda mais profunda e amplamente no aparelho estatal, ao mesmo tempo em que penetrara, ou passara a influenciar, de modo decisivo, amplos setores do sistema de ensino, público e privado, a indústria cultural, as forças de repressão, o pensamento e a prática dos governantes e tecnocratas (IANNI, 1981, p.34)⁵².

Na década de 1990, o Brasil consolidou sua inserção ativa no processo de financeirização e transformou-se em plataforma internacional de valorização financeira (PAULANI, 2012).

O Plano diretor da Reforma do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1998) consagrou a educação e outros direitos como serviços não exclusivos do Estado e competitivos, inaugurando novos mecanismos de mercantilização da educação privada, em consonância com a negociação internacional da Rodada Uruguai (1986 a 1994), que estendeu o sistema multilateral de comércio para os serviços e para a propriedade intelectual⁵³, reforçando a heteronomia cultural e tecnológica de países capitalistas dependentes e garantindo novos espaços de inversão para o capital financeiro.

Apesar de os governos Cardoso, Lula da Silva e Rousseff não terem assinado formalmente tratativas para liberalizar a educação no âmbito do AGCS/OMC⁵⁴, a educação

⁵¹ Megastudy Investor Relations 2013: http://file1.megastudy.net/fileservers/ipsi/content/megacorp/pds/IRENG_13_1Q_130508_F_v2.pdf

⁵² Sobre a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, consultar, também, Florestan Fernandes (A Revolução Burguesa no Brasil; Sociedade de classes e subdesenvolvimento) e Leda Paulani (Brasil Delivery).

⁵³ Apesar dos avanços da Rodada Uruguai, a área dos tratados de serviços é conflituosa e outras negociações internacionais, como a Rodada de Doha (2001 a 2011), estão em curso para tentar resolver a divergência de interesses entre países produtores de bens industriais e serviços e os exportadores de commodities – o que, contudo, não tem impedido a internacionalização dos serviços em geral e da educação em particular, que vem se aprofundando em cada país, em cada setor econômico através de acordos parciais.

⁵⁴ A liberalização do setor de serviços é parte das negociações da Rodada de Doha.

vem, de fato, sendo vertiginosamente liberalizada no país, principalmente a educação superior (LEHER, 2014). Os valores movimentados pela educação privada no país passaram de cerca de dez bilhões de reais em 2001 para noventa bilhões em 2008, aumento de 800% em sete anos. Em 2011 o mercado brasileiro de ensino investiu cerca de R\$2,4 bilhões em aquisições e fusões, correspondente ao maior volume já negociado em compras de empresas no setor de ensino brasileiro desde 2007, quando os grupos de educação começaram a abrir o capital⁵⁵. Assim, em 2011 o valor somado das empresas de educação no país já ultrapassava vinte bilhões de reais, o que representa quase metade dos gastos do Ministério da Educação (MEC) em 2012, que foram de cinquenta e um bilhões. Levantamento feito pela PwC, que divulga anualmente um relatório de fusões no país, referente ao período entre 2007 e 2013, aponta que ocorreram cento e cinquenta e seis transações. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), no mesmo período, em vinte e sete transações no setor, foram gastos onze bilhões de reais, envolvendo sobretudo o ensino superior. A maior operação foi a fusão entre Kroton e Anhanguera, que criou a maior empresa de ensino privado do mundo. Segundo Ubiratan Machado, coordenador do subcomitê de fusões e aquisições da Anbima, "o movimento é similar ao que aconteceu no setor de telecomunicações e no de bancos, onde se formaram gigantes"⁵⁶. Inicialmente, a partir de 2007, houve maior volume de operações entre universidades e escolas de línguas, mas a partir de 2010 as aquisições passaram a incluir a educação básica, uma vez que o Brasil possui o maior mercado de educação básica da América Latina, com cerca de cinquenta e oito milhões de alunos matriculados, de acordo com o relatório *Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur*.

Como visto nas seções precedentes deste capítulo, grandes empresas educacionais estrangeiras estão envolvidas nas negociações do setor educacional no Brasil, que, enquanto país capitalista dependente, é receptáculo de mercadorias e capitais de empresas do centro do capitalismo. Destacam-se DeVry e Laureate, que atuam no ensino superior, apontadas pelo relatório da PwC como duas das principais investidoras dos últimos sete anos, e Pearson e Prisa, voltadas à educação básica e a cursos de idiomas, além de outras do setor editorial que, até então, não possuem expressiva participação de mercado, como Bertelsmann e McGraw-Hill Education.

De fato, desde o início do século XX há editoras estrangeiras presentes no mercado editorial brasileiro. A W.M. Jackson Company instalou uma filial no Rio em 1911; nos anos

⁵⁵ "Ensino chega a R\$ 2,4 bi em aquisições", por Beth Koike. Valor Online: 09/01/2012.

⁵⁶ "Educação tem espaço para diversificar em nichos", Valor Econômico, por Érica Polo, 30/10/2013.

1950 a Encyclopaedia Britannica Inc. constituiu uma empresa para administrar a distribuição de suas publicações em inglês no Brasil, a francesa Hachette fez o mesmo, foi constituída a Difusão Europeia do Livro, de capital suíço e português, e a alemã Herder também abriu sua filial brasileira. Também chegaram aqui editoras espanholas e hispano-americanas, a começar em 1937 pela hispano-argentina Editorial Labor do Brasil; a Grijalbo, de Espanha e México, chegou em 1958; da argentina, a Bruguera em 1960 e a El Ateneo em 1962; em 1964 a espanhola Gustavo Gilli; em 1991 o Fondo de Cultura Económica, do México (HALLEWELL, 2012, p.756-761).

Já nas décadas de 1960 e 1970, diversas empresas estrangeiras adquiriram editoras brasileiras. Em 1968 a John Wiley adquiriu 49,9% do capital da Livros Técnicos e Científicos (LTC); em 1970 a McGraw-Hill instalou a McGraw-Hill do Brasil, após negociações frustradas pra comprar a Editora Nacional, assim como frustrada a tentativa da Harcourt Brace de comprar parte da José Olympio; a Hachette foi absorvida pela Matra, indústria francesa de armamentos que, por sua vez, foi estatizada pelo governo francês. Em 1976 chegaram Harper & Row do Brasil e a Editora Campus Ltda., além das atuações da Longman e a Harcourt Brace Jovanovich. Em 1982 a Prantice-Hall, que tentou negociar sem sucesso com a Atlas, se instalou no Brasil em um empreendimento conjunto com a Editora Guanabara Dois. Também atuavam aqui a Editora Macmillan Ltda e a Editora Harlequin Em 1979 havia no Brasil trinta e duas editoras e distribuidoras estrangeiras (*Idem, Ibidem*, p.757-759).

O governo João Goulart, em sua reforma fiscal de 1962, chegou a limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais, contudo, uma das primeiras medidas do regime civil-militar foi revogar essa lei restritiva⁵⁷ (*Idem, Ibidem*, p.760). Enquanto para o governo, o maior número de subsidiárias estrangeiras estaria fortalecendo o parque editorial, os editores brasileiros reagiram à chegada das empresas estrangeiras, como expõe o presidente do SNEL, Edgard Blucher, em setembro de 1975, em “Livros: A Luta Contra a Desnacionalização”, divulgado pela revista econômica BANAS. Nessa época o ministro da educação Eduardo Portella, editor da Tempo Brasileiro, endossou um decreto inspirado pelo Snel para restringir o ingresso de novas empresas no setor de livros a firmas que tivessem pelo menos 60% de participação nacional em seu capital, todavia o decreto foi barrado. O Snel também apresentou o documento “A Indústria do Livro no Brasil: Empresas Nacionais e Estrangeiras Competindo no Mercado Local” para a Associação Internacional dos Editores, no 21º Congresso da entidade em Estocolmo, em 1980

⁵⁷ Decreto nº 53451/64.

(HALLEWELL, *op. cit.*, p.758-760). Entretanto, no começo da década de 1980 a maioria das editoras multinacionais deixaram o país. Permaneceram, somente algumas editoras portuguesas (como Bertrand do Brasil e Edições 70), Encyclopaedia Britannica, Mérito, Difel e Campus (*Idem, Ibidem*, p.811). Com a diminuição da inflação provocada pelo Plano Real, as condições econômicas estabilizaram-se e as multinacionais voltaram a instalar-se no Brasil, a começar pela McGraw-Hill e Simon & Schuster (*Idem, Ibidem*, p.825). Apesar desse largo histórico de presença de empresas estrangeiras, predominam no setor editorial e educacional brasileiro empresas nacionais.

Em 2013, cinco grupos (que hoje, com a fusão da Kroton com Anhanguera, tornaram-se quatro) controlavam um terço das matrículas presenciais desse enorme mercado, sendo apenas um deles (Laureate) estrangeiro: Estácio de Sá, Kroton, Anhanguera e Anima/UNIP. Nos cursos à distância, Kroton, Anhanguera e Estácio possuíam um terço das matrículas.

Na educação básica, também predominam, além dos grupos Pearson e Prisa, empresas nacionais: Abril Educação, Grupo Marista, Positivo e Saraiva, que respondem por expressivas parcelas das vendas de materiais didáticos e sistemas de ensino para as redes pública e privada, além de possuírem escolas, cursos de idiomas e comercializarem outros serviços educacionais. Abril Educação, Saraiva e FTD (Grupo Marista) estão entre as maiores editoras do mundo, em 39º, 56º e 59º lugares no Ranking Global do Mercado Editorial 2013⁵⁸ (Anexo A).

Contudo, conforme afirmado no capítulo anterior, apesar de terem origem brasileira, o capital e a direção dessas empresas não são exclusivamente nacionais, pois, assim como nas já apresentadas maiores empresas de educação do mundo, na maioria dos casos sua propriedade é compartilhada entre capitalistas industriais e financeiros locais e fundos de investimento dos países de capitalismo central (Apêndice A). Isso se deu notadamente a partir de 2010, após a crise estrutural que se manifestou de forma mais evidente nos Estados Unidos em 2008, quando aumentaram sobremaneira as fusões e aquisições no setor, que, como visto, foi um dos espaços onde o capital financeiro aprofundou sua influência.

Esse cenário está sintetizado no quadro abaixo, que reúne importantes empresas educacionais que atuam no país:

⁵⁸ “Três editoras brasileiras entre as maiores do mundo.” Por Maria Fernanda Rodrigues, de PublishNews, 20/06/2011: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=63890>

Empresas de destaque na educação básica e superior brasileira

| Segmento principal | Grupo | País de origem | Empresas/ Marcas |
|--------------------|-----------------------|----------------|--|
| Educação superior | Anima/UNIP | Brasil | UNA-BH, UNIBH, UNIMONTE-SP, HSM-SP, Universidade São Judas Tadeu. |
| | Estácio | Brasil | Estácio, Seama, IDEZ, UNIUOL, FATERN, Radial do PR, São José, Montessori, Fintec, Magister, Uniradial, Assesc, Facitec e outras. |
| | Kroton | Brasil | Pitágoras, FAMA, Anhanguera, UNIME, UNIC, UNIASSELVI, UNOPAR. |
| | Laureate | EUA | Anhembi/Morumbi, Universidade Potiguar, Faculdade dos Guararapes, Business Scholl, ESADE, FADERGS, UNINORTE, IBMR, UNIFACS, UniRitter, UDEPE Business School, FMU, UAM, BSP, UNP, FG, CEDEPE, Centro Uni Herminio da Fonseca, Fapa e outras. |
| Educação básica | Abril/ Abril Educação | Brasil | Editoras: Ática, Scipione e Abril. Sistemas de ensino: Anglo, SER, Maxi, pH, GEO, Líder em Mim, ETB. Escolas: Anglo, pH, Motivo, Sigma. |
| | Marista | Brasil | Editora e Sistema de Ensino FTD |
| | Pearson | Inglaterra | Sistemas de ensino: NAME, COC, Dom Bosco, Pueri Domus. |
| | Positivo | Brasil | Editora e Sistema de Ensino Positivo. |
| | Prisa/Santillana | Espanha | Editoras: Moderna, Richmond, Salamandra, Objetiva. Sistema de ensino: UNO. Avaliação de desempenho: Avalia. |
| | Saraiva | Brasil | Editoras: Saraiva, Atual, Formato, Benvirá, Caramelo. Sistemas de ensino: Ético, Agora. |

Assim como no resto do mundo, no Brasil as empresas combinam a venda de diversas mercadorias e serviços educacionais, entre escolas, universidades, cursos de idiomas, materiais didáticos, sistemas de ensino e outros serviços e também têm incorporado fundos de investimentos e outras instituições financeiras à sua composição acionária. Contam, além disso, com forte participação direta e indireta do Estado para garantia de seus lucros.

Papel do Estado

O setor educacional brasileiro é fortemente marcado pela dependência dos investidores em relação às verbas públicas, em congruência com o caráter particularista do Estado, que, sobretudo no imperialismo, também nesse setor garante os lucros das empresas monopolistas através de inúmeros mecanismos, como isenções tributárias, incentivos financeiros diretos, compra das suas mercadorias etc.

No caso da educação, isso se dá através dos programas Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), além do BNDES, de fundos de pensão das empresas sob controle estatal⁵⁹ e parcerias público-privadas a nível estadual e municipal. Tamanho repasse de verbas públicas para o capital financeiro mundial só é possível devido ao caráter dependente das frações dominantes locais, associadas e subordinadas às elites dos países capitalistas centrais.

De fato, o principal impulsionador dos investimentos no ensino superior é o Estado, por meio do Fies, como afirma Bruno Giardino, analista da corretora do Santander ⁶⁰, e também do Prouni. A criação do Fies e do Prouni foi fundamental para ampliar o número de famílias com renda suficiente para adquirir a mercadoria educação superior, cujo mercado estava estagnado no final dos anos 1990 (LEHER, 2014). O Fies é um programa do MEC destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em instituições de ensino superior não gratuitas. O governo disponibiliza empréstimos a juros subsidiados, abaixo da taxa de juros SELIC, e possibilita um período de carência de 18 meses, parcelando os pagamentos em tempo equivalente a três vezes a duração do curso. Os recursos para os empréstimos provêm do Tesouro, de Loterias e do pagamento dos estudantes já beneficiados. A diferença da taxa de juros (do FIES frente à taxa SELIC), entretanto, é custeada pelo

⁵⁹ Fundos Postalis e Petrus, que já investiram cerca de cem milhões de reais no grupo Galileo (LEHER, 2014).

⁶⁰ “Brasileiras são as mais valorizadas”. Valor, por Beth Koike, de São Paulo, 22/11/2012: <http://www9.valor.com.br/empresas/2912826/brasileiras-sao-mais-valorizadas>

Tesouro. Dados da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), entre 2010 e 2014 o Fies custou R\$ 16,3 bilhões para o Tesouro (LEHER, 2014, p.22). Segundo dados do MEC, em 2013 foram formalizados 556,5 mil contratos, um aumento de 47% frente a 2012⁶¹. Segundo a Itaú Corretora, “[...] o Fies será principal driver do setor nos próximos anos” (SÉCCA e LEAL, 2009 *apud* LEHER, 2014), sobretudo após a redução da taxa de juros dos empréstimos para 3,4% ao ano (antes entre 6,5% até 9% ao ano), o que significará maiores subsídios públicos. Há, ainda, expectativa de que o MEC estenda o Fies para os cursos de ensino superior à distância⁶².

O Prouni, por sua vez, oferece isenção tributária às faculdades que concedem bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Conforme analistas da ABMES, em média, 17% do total de alunos nas particulares contratam o Fies, e o fundo representa em torno de 25% da receita das instituições (podendo chegar, como visto, a 40% no caso de grandes corporações, como a Kroton). Já o ProUni gera uma economia, em média, de cerca de 10% das despesas das instituições.

Segundo dados do segundo trimestre de 2013, na Kroton, foram R\$ 21,1 milhões em alívio fiscal relacionado ao Prouni, e 52,9% da sua base de alunos, usavam, nesse período, algum tipo de financiamento do Fies. Na Anima, no mesmo período 39% de seus alunos estavam matriculados sob auxílio do Fies, segundo informações do prospecto a investidores, e os benefícios do Prouni somavam R\$ 6,2 milhões. A Anhanguera, que ainda não havia se fundido com a Kroton, fechou o segundo trimestre com 32% da base de alunos utilizando Fies e R\$ 14,5 milhões de isenção com o Prouni. A Estácio possuía 26% do total de estudantes matriculados na graduação presencial via Fies e o Prouni representava R\$ 39,5 milhões em isenções⁶³.

Também na educação básica, o papel do Estado é fundamental para garantir a venda das mercadorias e serviços das empresas privadas. Entretanto, inversamente ao ensino superior, as empresas atuam fortemente na rede pública, que concentra a ampla maioria das matrículas e dos recursos públicos. O Pronatec, programa destinado ao ensino técnico, visa

⁶¹ “Fies supera marca de 556 mil contratos em 2013”. Por Assessoria de Comunicação Social do FNDE, 10/01/2014: <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/5154-fies-supera-marca-de-556-mil-contratos-em-2013>

⁶² “Companhias têm forte expansão”. Valor, por Beth Koike, de São Paulo, 19/11/2013: <http://www9.valor.com.br/empresas/3342706/companhias-tem-forte-expansao>

⁶³ “Governo faz diferença nos balanços”. Valor, de São Paulo, 23/10/2013: <http://www.valor.com.br/empresas/3313302/governo-faz-diferenca-nos-balancos>

ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, através da expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; da ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais; de cursos técnicos a distância gratuitos; da ampliação da aplicação dos recursos do SENAI, SENAC, SESC e SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda; da Bolsa-Formação, por meio da qual são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e do FIES Técnico, que financia cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem. Entre as vagas aprovadas pelo Governo Federal para a primeira captação do Pronatec de 2014, 47% estão concentradas em instituições de uma única empresa, o sistema ETB, da Abril Educação⁶⁴, que também é uma das principais beneficiadas do programas federais de compra de livro, que serão objeto de análise do terceiro capítulo.

Outra forma de inserção das empresas monopolistas na educação básica brasileira são os sistemas estruturados de ensino, que abarcam da pré-escola ao Ensino Médio, oferecendo pacotes completos referentes a todos os aspectos da organização e administração escolar e do fazer docente. Segundo Cassiano (2013b), tais produtos são oriundos dos cursinhos pré-vestibulares. Consistem, geralmente, em apostilas e outros materiais didáticos e pedagógicos impressos e digitais (inclusive provas, simulados e planos de aula), capacitação de professor, avaliação e assessoria nas áreas pedagógica, financeira, jurídica, administrativa e marketing.

Devido ao PNLD, os sistemas de ensino não têm grande penetração na rede pública, equivalente à média de 4% em 2012, chegando a 22% no Estado de São Paulo⁶⁵, estado onde se concentra a maior parte dos convênios dos grupos com prefeituras (NICOLETI, 2006, pp.26). A partir de 2006, o Positivo passou a ter um material didático destinado às redes públicas de ensino. O sistema é adotado por 1,5 mil escolas em 144 municípios brasileiros. Calcula-se que 270 mil alunos estejam usando esse material em sala de aula. Além dos livros, as escolas e redes que fazem a adesão ao sistema têm direito a utilizar um portal educacional, os professores recebem formação e os gestores podem se valer dos serviços de uma coordenação pedagógica.

⁶⁴ Transcrição da Teleconferência Business Update Meeting Abril Educação 10 de abril de 2014.

⁶⁵ Transcrição da Teleconferência Business Update Meeting Abril Educação 10 de abril de 2014.

Pressupõem a percepção, para nós equivocada, de que a raiz dos problemas da educação está na péssima formação docente e da ineficiente gestão escolar. Essa perspectiva resulta do transporte da lógica industrial para os serviços após sua incorporação pelo capital financeiro, que passam a ser determinados pela mecanização, padronização, superespecialização e fragmentação do trabalho. Para Rodrigo Galindo, presidente da Kroton, a meritocracia é o caminho para melhorar a qualidade do ensino público fundamental e médio do país. Na sua avaliação, essa cultura, considerada "o grande motor do crescimento e desenvolvimento da iniciativa privada", está distante das escolas públicas.”⁶⁶

Segundo Adrião e Peroni (2009), apesar de o financiamento da educação ser estatal, o setor privado define a gestão e o conteúdo, ferindo a autonomia do trabalho docente e a democracia da educação: "Em nome de uma maior competência técnica, esses grupos substituem o compromisso da gestão pública na elaboração e no desenvolvimento das políticas educacionais". Isso, pois não se trata apenas de uma questão curricular, cujo conteúdo é definido pelas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE), mas também de formação de professores, assessoria pedagógica e gestão escolar. Além disso, seus materiais não passam pelo mesmo controle público do que os livros didáticos distribuídos pelo PNLD, pois são adquiridos diretamente pelas prefeituras, representando um custo adicional para o município.

Passaremos à análise da Abril Educação, uma das principais empresas de sistemas de ensino, ensino técnico e livro didático, grande beneficiária do Pronatec e PNLD.

Abril Educação e a situação da educação básica

Como apontado nas seções anteriores, a Abril Educação é uma das maiores empresas de educação e de edição do mundo. No Brasil, seus negócios concentram grandes parcelas dos segmentos técnico, de livros didáticos, sistemas de ensino e cursos de idiomas. De 2010 a 2011, foi a empresa do setor editorial que mais cresceu, com alta de 50,7% na receita, muito acima da Pearson Education que teve 4,35%⁶⁷. Na seção a seguir, a inserção da Abril Educação na educação básica pública será analisada, assim como seus nexos com o Estado brasileiro e com o capital financeiro mundializado.

⁶⁶ “Empresário defende 'choque de gestão' nas escolas públicas”. Valor, por Vanessa Jurgenfeld, De São Paulo, 26/12/2013: <http://www9.valor.com.br/brasil/3380022/empresario-defende-choque-de-gestao-nas-escolas-publicas>

⁶⁷ “Educação em alta”. PublishNews, Redação, 26/06/2012: <http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=69122>

O Grupo Abril originou-se da Editora Abril, fundada em 1950 por Victor Civita. Na década de 1970, a Editora Abril já era a terceira maior empresa editorial brasileira (HALLEWELL, *op. cit.*, p.751) e não era mais somente uma editora, incluía em seu complexo, revistas, parque gráfico e outros negócios: produzia embalagens impressas para produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentícios, em sua subsidiária Embalarte; detinha controle indireto de dois terços da cadeia de hotéis Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S.A.; possuía 78% do capital da empresa de armazéns frigoríficos Cefri; e produzia, em 1983, programação de televisão para o canal 11 de São Paulo, junto à Fundação Casper Líbero (*Idem, Ibidem*, p.754-755). Hoje, possui empresas de publicações, digital, TV segmentada, gráfica, serviço de data base marketing, assinaturas, distribuição, logística e educação, organizados, desde 2010, na Abril Educação S.A., criada em 2007, e na Abril S.A.

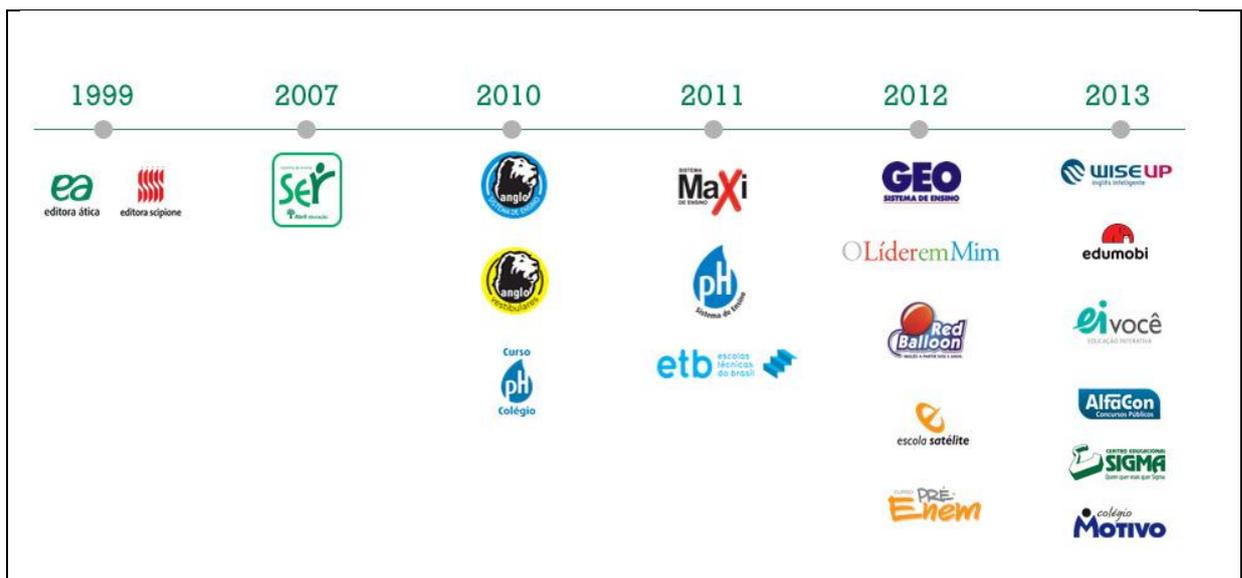
A Abril S.A. combina todas as atividades referentes à produção e logística de organização, distribuição e publicidade de seus conteúdos, com consultoras, marcas de revistas, gráficas, distribuidoras e empresa de database próprias. Na área de mídia, a Editora Abril controla 54% do mercado de revistas e 58% da renda gerada por publicidade em revistas no Brasil, responsável pela publicação de cinco das dez maiores revistas do país. Suas mais de quarenta marcas tem enorme alcance, como Veja, com circulação de mais de um milhão de exemplares por semana e Exame que, segundo uma pesquisa do instituto Ipsos-Marplan, é lida por 91% dos presidentes das 500 maiores empresas instaladas no Brasil. É dona do Brasil Post, a versão brasileira do Huffington Post, um dos principais jornais digitais do mundo; da Elemidia, líder no mercado latino-americano de mídia em elevadores de edifícios corporativos, shopping centers, hotéis, universidades, academias e supermercados; da iba, banca digital de livros e revistas; YouFind Solutions, consultoria de negócios; e Casa Cor, mostra de arquitetura, decoração e paisagismo. A Alphabase é empresa de database *marketing* do grupo e Abril Mídia Digital gerencia o ambiente de servidores, sistemas e infraestrutura de comunicações dos sites da Abril Mídia.

A Abril Gráfica é a maior gráfica de revistas da América Latina, onde são impressos mais de 1,5 milhão de exemplares por dia e 594 milhões por ano, de revistas, jornais diários, livros didáticos e técnicos, dicionários, catálogos e tabloides. A área de impressão é integrada às áreas de logística e distribuição através do operador logístico do Grupo Abril, Treelog. A Tree Log e outras empresas do grupo (Dinap, que é a maior empresa de distribuição de publicações do Brasil, FC COMERCIAL, Magazine Express, Total Express e Entrega Fácil), abrigadas na *holding* DGB, distribuem os produtos da Abril, o que garante o recebimento, separação, armazenagem, conferência, embalagem, etiquetagem, distribuição, manuseio,

personalização e montagem de kits, logística reversa, distribuição e gestão das informações nacionalmente.

A partir de 2004 a empresa passou a dedicar boa parte de seus investimentos na área da educação, onde começou a investir em 1960, quando criou o primeiro material didático usado no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), projeto do governo militar voltado à alfabetização funcional de jovens e adultos. Retomou os investimentos em educação com a compra das editoras Ática e Scipione, mas com as necessidades básicas de livros plenamente atendidas e universalizadas, expandiu seus negócios para programas de inglês, programas técnicos, profissionalizantes, preparatórios para o acesso ao Ensino Superior e para concursos públicos. Atualmente, além das editoras, sua plataforma contém produtos, conteúdos, serviços e tecnologias integrados, para escolas públicas e privadas, através de empresas adquiridas nas últimas duas décadas:

Histórico de aquisições da Abril Educação S.A.



Fonte: <http://www.abrileducacao.com.br/historico.html>

A presença da Abril Educação na educação pública se dá através de suas editoras e sistemas de ensino, além da revista Nova Escola produzida pela Fundação Victor Civita e distribuída pelo PNBE. Já em 2012, aproximadamente 76% dos alunos e 65% das escolas de nível básico brasileiros utilizavam materiais do grupo, atingindo cerca de vinte e nove milhões de alunos, em quase 132.000 escolas⁶⁸.

As editoras Ática e Scipione, que respondem pela maior parte dos rendimentos do grupo, em 2010, juntas ocuparam 38% do setor público e 24% do mercado privado, segundo

⁶⁸ Transcrição da Teleconferência Apimec 3T12 Abril Educação, 05/12/2012.

estimativas da consultoria Hoper Educação⁶⁹. As editoras pertencem à Abril desde 1999. Em 1983, foram unidas em um só negócio que manteve os dois selos originais, com a compra da Scipione, que tinha um catálogo de somente cinco títulos e vendia cem mil exemplares por ano, pela Ática. Quando ambas já eram duas das maiores editoras brasileiras de livros didáticos, foram compradas pelo Grupo Abril e pelo maior grupo de comunicações da França, o Havas, cada um entrando com metade do investimento⁷⁰. Quem efetuou a compra foi o braço espanhol do grupo Havas, a editora Anaya, comprada dois anos antes pelo grupo francês para investir na América Latina. Com esse objetivo, o Havas também adquiriu o controle da editora argentina Aique. O negócio, no valor de cerca de US\$ 100 milhões, foi um dos maiores investimentos estrangeiros no setor de livros no Brasil.

Após as editoras, os sistemas de ensino são a segunda maior fonte de renda da Abril Educação. Em 2013 foram responsáveis por 23% da receita líquida da empresa⁷¹. Segundo Manoel Amorim, Diretor Presidente da Abril Educação, a companhia passou pela maior campanha de captação de sistemas de ensino da história do país, com aumento recorde de alunos líquidos em um sistema de ensino, de qualquer marca. Em número de escolas, foram atingidas 18% mais escolas neste ano do que ano passado, chegando a 2.133 escolas usuárias. No último exame do ENEM, entre as cem melhores escolas que adotam sistemas de ensino no país, trinta e uma utilizavam os sistemas da Abril Educação⁷².

Dos 656.000 alunos atendidos pelos sistemas de ensino da Abril Educação, 93.000 são da rede pública. Enquanto o crescimento do último ano na rede privada foi de 10%, o da rede pública foi de 50%, pois o contrato com uma única prefeitura pode representar dez a doze escolas, além de ser mais seguro, pois não há devoluções como na fatia privada, uma vez que as licitações ganhas têm um número específico de alunos⁷³.

Diferente de outros grupos, a Abril Educação não possui uma marca específica para escolas públicas. O foco é em cidades de até cem mil habitantes, pois, segundo Manuel Amorim, “não existe influência de sindicato, não existe muita religião a respeito se é livro, se é sistema de ensino”. Segundo o executivo, quando o processo aprovado pelo Ministério Público é um processo licitatório aberto, a qualidade do material é mais valorizada do que o preço, que só tem entre 30% e 50% de variação. Por exemplo, em Votuporanga, o grupo

⁶⁹ Fontes: Página da Abril Educação; Relatório dos Resultados do 4º trimestre de 2013 (4T13/2013) da Abril Educação, de 28/02/2014.

⁷⁰ FRANCO, CÉLIA DE GOUVÊA. Editora Abril compra Ática e Scipione. Folha de S. Paulo, 01/09/1999: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi01099919.htm>

⁷¹ Relatório dos Resultados do 4º trimestre de 2013 (4T13/2013) da Abril Educação 28/02/2014.

⁷² Apresentação Institucional Abril Educação 2013, p.25.

⁷³ Transcrição da Teleconferência *Business Update Meeting* Abril Educação 10 de abril de 2014.

ganhou a concorrência pública com um preço acima dos demais concorrentes, devido ao peso da qualidade. Além de São Paulo, há experiências no Rio Grande do Sul com uma associação de prefeitos e uma em Minas Gerais⁷⁴.

Os sistemas de ensino clássicos da Abril Educação, que atingem da educação infantil ao pré-vestibular, são: 1) SER, criado em 2007 a partir do conteúdo das editoras Ática e Scipione; 2) Anglo, existente há mais de sessenta anos; 3) Sistema Maxi de Ensino, comprado pela Abril em 2011, mas surgido três anos antes a partir do Colégio Maxi de Londrina; 4) pH, que organiza cada escola a partir de orientação nas áreas de planejamento, controle de processos, ferramentas tecnológicas, projetos inovadores, integração de recursos e formação contínua dos profissionais; e 5) Geo, uma parceria do Grupo GEO com a Abril Educação (Ática, Scipione, SER e Apoioescola), com material adequado à realidade do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O sistema de ensino ETB vende material didático para instituições de ensino técnico. Segundo a empresa, esse mercado tem crescido e veem uma grande oportunidade de consolidação das escolas técnicas privadas por este ser um segmento pulverizado, com poucos recursos e tecnologias deficientes, por estratégias de aquisições e de sistemas de Ensino Técnico e franquias. No último ano a empresa passou de quinze contratos com instituições para cento e vinte três, inclusive 80% das empresas listadas de ensino superior. Com o sistema ETB, a prioridade do grupo é o mercado das grandes instituições, que são aquelas que captam a maioria das vagas liberadas pelo MEC para o Pronatec, ou seja, vagas financiadas pelo governo. Com metade das vagas do Pronatec, caso do ETB, qualquer escola possui um volume tão menor que seu custo é exponencialmente maior, favorecendo o grupo Abril. Além disso, tratando-se de um programa público, o governo federal paga a instituição, que paga o sistema de ensino, logo não há inadimplência como na rede privada. As instituições de ensino têm, ainda, um período de reposição do aluno que evade, então não há devolução de material didático.

O Líder em Mim, de 2011, é uma parceria com a Franklin Covey Co nos EUA e com seus representantes no Brasil para a implantação do programa *The Leader in Me* (O Líder em Mim) no Brasil. O programa é baseado no livro “Os 7 Hábitos de Pessoas Altamente Eficazes” de Stephen Covey, adaptado para uso em escolas de nível básico, e já foi implantado em mais de mil e quinhentas escolas em mais de vinte países pelo mundo. Nas palavras de Mario Ghio, O Líder em Mim “não é um material didático, ele é um programa de

⁷⁴ Transcrição da Teleconferência Apimec 3T12 Abril Educação, 05/12/2012.

formação de valores nas crianças”, o que explicita outra dimensão da incorporação da educação básica no rol dos negócios lucrativos do capital financeiro: contribuir com a formação dos indivíduos, de acordo com os valores das classes hegemônicas. Para Victor Civita, fundador da Editora Abril, desde os anos 1980, já era claro que empresas como a Abril são construtoras de determinados *ethos*, fundamentais portanto, nas disputas por hegemonia: “trabalhar duro para exercer um papel renovador, não somente no panorama editorial (...), influenciando hábitos da nação, aguçando curiosidade, avivando seus interesses, aprofundando sua cultura e lhe dando verdadeira dimensão do seu papel no mundo” (CARNEIRO, 1986, p.14 *apud* CABRAL, 2011).

A Abril Educação oferece o programa a escolas públicas e privadas do Fundamental I e II. O Líder em Mim também tem crescido, esse ano o número de alunos passou de 4.600 para 28.000 alunos em relação ao mesmo período do ano passado. Atende cento e doze escolas que chegaram a ter 33% de acréscimo de matrículas no segmento usuário de sistema de ensino. É importante enfatizar que o crescimento do programa se dá através do contrato temporário de professores: “nossa estratégia está baseada em que os professores que melhor aplicam o programa em uma escola usuária sejam nossos capacitadores das próximas escolas no ano que vem.” Professores se tornam, portanto, mão-de-obra temporária, capacitadores e aplicadores de projetos prontos, em consonância com as estratégias do capital financeiro para o conjunto do emprego e dos salários, tal qual enunciado por Chesnais (2001, p.8).

A penetração na área pública ainda é pequena, pois 97% das escolas não adotam sistema de ensino, pois preferem receber livros do PNLD. O foco do grupo é o contato com secretarias de educação de redes municipais de cidades menores. Atualmente apenas uma escola pública comprou o Líder em Mim, da rede municipal de Barbacena-MG. O programa possui características únicas, não há concorrentes capazes de oferecer a mesma coisa, configurando um processo de inexigibilidade que dispensa licitação. Segundo Manoel Amorim, “Essa é uma boa forma de entrada em uma prefeitura que está *vendida na doutrina* no livro didático, e já temos uma boa experiência com Barbacena”. A ausência de licitação acarreta em outras formas de controle dos gastos públicos e da qualidade do material diferentes do PNLD.

A Abril Educação é, sem dúvida, uma empresa combinada, com investimentos variados e cada vez mais integrados. Uma das principais estratégias da Abril Educação é diversificar suas atividades. Em 2009, a praticamente toda a receita da empresa era proveniente das vendas de livros didáticos, em 2010 era 83%, em 2012 66% e em 2013, confirmando a estratégia de diversificação, as editoras Ática e Scipione reduziram sua fatia na

receita total para 43% em 2013, devido aos outros negócios como os sistemas de ensino⁷⁵. “Nós gostamos da Abril Educação por sua estratégia, com rico portfólio de serviços e distribuição de material em 1,8 mil escolas básicas, informa relatório do BTG, assinado pelos analistas JC Santos e Pedro Montenegro⁷⁶. Inicialmente, a empresa vinha focando sua atuação em livros didáticos (editoras Ática e Scipione), depois, também, em sistemas de ensino (Anglo, pH, Ser, Maxi e Geo) e, então passou a investir em colégios, como pH, Sigma e Motivo e o curso preparatório Anglo. Em 2012 a Abril Educação investiu R\$ 11,5 milhões em novas ferramentas tecnológicas para difundir o conteúdo de seus cursos preparatórios para o Enem, capacitação de professores e de idiomas, entre outros, além ensino a distância por meio de satélite⁷⁷. Resulta de seu crescimento por meio de aquisições que hoje a Abril Educação abriga mais de quinze empresas de editores de livros a sistemas de ensino, passando por escolas de idiomas e cursos preparatórios para concursos públicos.

Após diversificar sua atuação com a aquisição de empresas de vários segmentos do ensino, a Abril Educação começou a integrar suas atividades. Segundo Manoel Amorim, vice presidente da Abril Educação, as várias frentes de atuação “podem ter sinergias comerciais e reduzir custos”. Em 2011, por exemplo, a empresa conseguiu diminuir em 13% o custo com compras de papel para o Anglo, uma vez que negocia grandes volumes de papel para suas editoras de livros didáticos Ática e Scipione⁷⁸. A Abril também planeja integrar suas novas escolas aos seus outros negócios, como levar o curso preparatório para concurso público Alfacom para dentro das unidades do Sigma, em Brasília, além de colocar escolas de inglês Wise-Up e Red Balloon no Colégio Motivo, em Recife⁷⁹. A companhia criou cursos preparatórios para o Enem e para concursos públicos. As aulas são ministradas a distância no período noturno nas escolas que usam as apostilas da companhia (Anglo, Maxi, pH e Ser). A transmissão dos cursos é feita por sinal de satélite por uma empresa adquirida no ano passado pela Abril Educação, a Escola Satélite. “Já temos a rede de distribuição [escolas] e a tecnologia para entregar o conteúdo, que também é próprio. Por isso nosso investimento é menor se comparado a uma empresa que começa do zero”, disse João Lacerda, diretor de

⁷⁵ “Abril Educação tem primeiro lucro de 2011”, Valor Econômico, Por Beth Koike, De São Paulo, 30/03/2012: <http://www.valor.com.br/empresas/2594954/abril-educacao-tem-primeiro-lucro-de-2011>

⁷⁶ “Abril Educação integra cursos preparatórios a seus outros negócios”, Valor Econômico, Por Beth Koike, De São Paulo, 20/06/2013: <http://www.valor.com.br/empresas/3167902/abril-educacao-integra-cursos-preparatorios-seus-outros-negocios>

⁷⁷ “Abril Educação investe em cursos por celular e satélite”, Valor Econômico, Por Beth Koike, De São Paulo, 10/04/2012: <http://www.valor.com.br/empresas/2608338/abril-educacao-investe-em-cursos-por-celular-e-satelite>

⁷⁸ “Abril Educação vai investir em apostilas”, Valor Econômico, por Beth Koike, 05/09/2011: <http://www.valor.com.br/impreso/empresas/abril-educacao-vai-investir-em-apostilas>

⁷⁹ “Abril terá R\$ 270 milhões com escolas”, Valor Econômico, Por Beth Koike, De São Paulo, 08/07/2013: <http://www.valor.com.br/empresas/3189518/abril-tera-r-270-milhoes-com-escolas>

produtos complementares da Abril Educação. A empresa integrou também seus dois cursos preparatórios: Anglo (presencial) e Alfacon (à distância), cujas aulas presenciais são transmitidas ao vivo para unidades que têm aulas à distância.

A Abril, constituída por italianos⁸⁰, nunca, desde sua fundação, esteve isolado do capita internacional, a começar pelo fato de a primeira publicação da Editora Abril, O Pato Donald, ter sido fruto de parceria⁸¹ com o conglomerado Walt Disney. Grande parte do material da Editora Abril publicado era traduzido de editoras europeias, mas aos poucos o conteúdo brasileiro foi aumentando e, em 1969, a Abril passou a exportar suas criações originais, atingindo Argentina, Espanha, México, Venezuela e outros países, sobretudo latinos. Em 1974, na feira de livros de Frankfurt, foram vendidos direitos de tradução da coleção *Os cientistas* para o inglês, o espanhol e o turco. Em meados de 1970 a editora já publicava oitenta periódicos e em 1981 detinha 40% do mercado de exportação de revistas brasileiras (HALLEWELL, *op. cit.*, p.747-748).

A Abril teve, e tem, parcerias com os maiores conglomerados midiáticos do mundo, como News Corp, através da revista em quadrinhos Os Simpsons; Vivendi Universal, coproprietário das Editoras Ática e Scipione; Viacom, através da MTV; e Bertelsmann. Além de outras grandes empresas estrangeiras, como a canadense Quebecor, através Gráfica de Recife (CABRAL, *op. cit.*, p. 145-146). De acordo com o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, foram feitas licenças com as grandes editoras porque a Abril não tinha *know how* nem gente treinada para fazer coisas novas na empresa (*Idem, Ibidem*, p.148). Na área impressa, as parcerias são feitas a partir de licenças concedidas à empresa brasileira para usar a “fórmula” do parceiro que criou o produto original. Em 2006 o Grupo Abril anunciou a sociedade com o Naspers, grupo de mídia sul-africano, que passou a deter 30% do capital da empresa. Para além de parcerias pontuais para venda de mercadorias específicas, essa foi a primeira vez que capitais internacionais foram incorporados à composição acionária do grupo, com controle sobre seus negócios.

Atualmente suas parcerias são com Time Warner na revista Estilo; com o conglomerado Walt Disney, desde 1950, em revistas infanto-juvenis; com a empresa Gruner und Jahr do alemão Bertelsmann, desde 1987, através da revista Superinteressante; com o

⁸⁰ Algo proibido na Constituição de 1946, Art.160, que não permitia a propriedade de empresas jornalísticas a estrangeiros. Entretanto, isso foi ignorado no registro da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

⁸¹ Por parcerias entende-se contratos específicos, sendo a maioria licenciamentos, cada um com suas peculiaridades. Segundo o ex-presidente da Walt Disney no Brasil, Elcan Diesendruck (2000, p.12 apud CABRAL, 2011), o licenciamento “é o mecanismo legal/comercial pelo qual o detentor, criador ou autor de uma marca, patente ou obra de arte, autoriza ou cede o direito de sua utilização, reprodução e exploração, comercial ou não, através de condições e licenças específicas”.

argentino Grupo Perfil e com o português Grupo Impresa, através da revista Caras; com Hachette Filipacchi Presse, do francês Lagardère Group, na revista Elle, desde 2004; com a National Geographic Society, na National Geographic Brasil; com The Hearst, através da revista Nova; com a Playboy Enterprises International, na publicação da Playboy; e com o Rodale nas revistas Runner's World, Men's Health e Women's Health.

Para além da exportação de direitos autorais ou marcas, a Abril teve quatro experiências de internacionalização, através da exportação de capitais para Portugal, Espanha e Argentina. Em 1980 foi fundada sua primeira sucursal, Abril Morumbi, em Portugal. Em 1988, se associou a uma empresa local, o Controljornal, criando uma nova editora. Em 1996, a todos os negócios da área editorial da Abril em Portugal foram associados ao Controljornal e, juntos, se tornaram a maior editora de Portugal. Em 1999, o suíço Edipresse se somou ao novo grupo midiático, resultando em 1/3 de ações para cada sócio. Essa foi a única experiência em que a Abril se associou a capitais internacionais no exterior. Em 2002, vendeu sua parte no negócio devido à crise no mercado português, aos prejuízos que vinham sendo causados pela TV por assinatura no Brasil e à desvalorização do Real.

Em 1989, foi criada a Editorial Primavera na Espanha para publicar revistas Disney, que não foram bem aceitas pelo público, levando a Abril, que passava por crises no Brasil, a retirar-se do país três anos depois. Um ano antes de sair da Espanha, em 1991, mesmo com problemas, passou a investir com a Editorial Primavera na Argentina e lá permaneceu até 2000. O investimento também não deu certo, pois os distribuidores locais não aceitavam que fossem vendidas assinaturas no país. No período de 1990 a 1996 atuou na Colômbia através da Editorial Cinco que era de Carlos Civita, primo de Roberto. Hoje sua presença no exterior se dá por assinaturas internacionais de revistas editadas em português em setenta e três países (CABRAL, *op. cit.*, p.149-152).

O Grupo Abril, desde sua fundação na década de 1950 até hoje, é controlado pela família Civita, mas paulatinamente tem cedido espaço a instituições financeiras em sua composição acionária. A Abril Educação é a primeira empresa brasileira voltada à educação básica listada, desde 2011, na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), quando levantou R\$ 371⁸². A única empresa de capital aberto voltada para sistema de ensino, a SEB,

⁸² Prospecto definitivo de oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações (units) representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação. Formulário de Referência – 2011: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Abril-Educacao-Prospecto-Definitivo.pdf>

foi comprada pelo grupo inglês Pearson, em 2010⁸³. A abertura de capital da Abril Educação está diretamente relacionada à necessidade de concentrar mais capitais para expandir-se e potencializar seus lucros; por exemplo, uma oferta pública de ações na bolsa para captar entre R\$500 milhões e R\$600 milhões levantou capital para pagar a rede de escolas de idiomas Wise Up, adquirida em fevereiro de 2013 por R\$ 887 milhões⁸⁴.

A família Civita está entre as mais ricas do Brasil e do mundo, proprietária da Abrilpar, Abril S.A., Abril Educação S.A., Fundação Victor Civita, imóveis, outros bens e ativos de fundos de investimento, como Fundo Exclusivo Rugir Multimercado Crédito Privado⁸⁵. Roberto Civita e sua família, filho de Victor Civita, em 2013 figurou no nono lugar no ranking de bilionários brasileiros e na 282ª posição entre os mais ricos do mundo, com uma fortuna estimada pela Forbes em US\$ 4,9 bilhões.⁸⁶ Giancarlo Civita e família, filho de Roberto Civita que assumiu a presidência do Grupo Abril depois da morte do pai, está em 14º lugar na lista dos maiores bilionários do Brasil em 2013, com fortuna estimada em R\$ 7,68 bilhões.

Em 2004 a Abril se associou aos fundos de investimento *private equity* da Capital International, Inc., resultando em um aumento de capital de R\$ 150 milhões, 13,8% do capital da empresa (CABRAL, *op. cit.*, p. 147-148). O Capital Group é uma das maiores administradoras de fundos do mundo, gerindo aproximadamente um trilhão de dólares. Um estudo de 2009, publicado pela revista científica *Physical Review E*, concluiu que o Capital Group era o controlador de ações mais poderoso do mundo, com controle majoritário dos mercados de ações de trinta e seis dos quarenta e oito países estudados (GLATTFELDER & BATTISTON, 2009, p.18-19). Mais tarde, em 2006, a fatia do capital da empresa que pertencia aos fundos de investimento administrados pela Capital International, passou a ser detida pelo Naspers, que comprou 30% das ações da empresa, para quem o investimento na Abril representou uma tática de expansão global de suas diversas atividades, diferente de um administrador de fundos, para quem o investimento na Abril, e em qualquer outra empresa, é lucrar ao receber dividendos da empresa ou ao revender sua parcela da mesma. Como o sócio

⁸³ “Abril Educação aposta na imagem para ir à bolsa”, Valor Econômico, Por Denise Carvalho, De São Paulo, 20/07/2011: <http://www.valor.com.br/arquivo/899343/abril-educacao-aposta-na-imagem%C2%B4-para-ir-bolsa>

⁸⁴ “Abril Educação prepara oferta de até R\$ 600 milhões”, Valor Econômico, Por Ana Paula Ragazzi, Beth Koike e Talita Moreira, Do Rio e São Paulo, 20/02/2013: <http://www.valor.com.br/empresas/3012738/abril-educacao-prepara-oferta-de-ate-r-600-milhoes>

⁸⁵ Lavratura de testamento de Roberto Civita de 24/06/2014; reportagem “Os maiores bilionários do Brasil em 2013”, por Lurdete Ertel, Forbes Brasil, 16/08/2013: <http://forbesbrasil.br.msn.com/listas/os-maiores-bilion%C3%A1rios-do-brasil-em-2013-1?page=15>

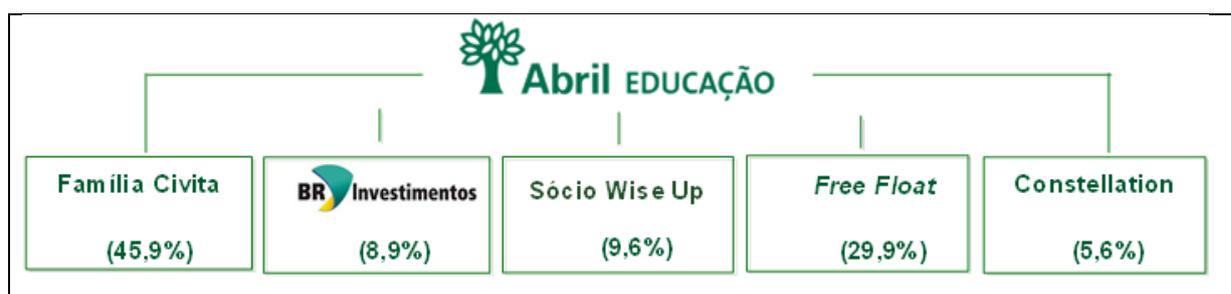
⁸⁶ “Os bilionários brasileiros na lista da Forbes em 2013”, por Tatiana Vaz, de Exame.com, 04/03/2013: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/os-bilionarios-brasileiros-na-lista-da-forbes-em-2013?p=10>

sul-africano não tinha interesse no segmento educacional, esta parte foi recomprada pela família.

O Grupo Abril foi o primeiro a se beneficiar da aprovação da Emenda Constitucional nº36, de 2002, que permitiu a posse de empresas jornalísticas ou de radiodifusão por pessoas jurídicas, que, por sua vez, poderiam ter até 30% de seu capital controlado por estrangeiros. A participação de estrangeiros e pessoas jurídicas na propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão era limitada pela Constituição de 1934 e todas as seguintes, de 1937, 1946 e a de 1967. A alteração foi sugerida à Assembleia Constituinte por Roberto Civita, filho do fundador do Grupo Abril, então presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (PEREZ, 2008, p.11-12).

Hoje seus principais acionistas, além da família Civita, são os fundos BR Investimentos e Constellation, além de Flavio Augusto da Silva, fundador da rede de idiomas Wise Up.

Principais acionistas da Abril Educação S.A.



Fonte: abrileducacao.com.br/ri

Em 2010 a empresa recebeu um aporte de capital de 226 milhões de reais para realizar novas aquisições, provenientes dos fundos de *private equity* BR Educacional e FIP Brasil, ambos geridos pelo BR Investimentos. O fundo passou a ter uma participação de 24,7% no capital da empresa, até então exclusivamente controlada pela família Civita⁸⁷, concentrando neste investimento a sua atuação em educação básica e pré-universitária. Atualmente o fundo compõe a Bozano Investimentos, que administra aproximadamente quatro bilhões de reais, originada do Banco Bozano, Simonsen, um dos principais bancos de investimentos do Brasil por mais de quarenta anos.

Em 2014 o Fundo Soberano de Cingapura (CIG) passou a deter, indiretamente, a participação de 18,52% na companhia, por meio da alienação de ações pertencentes ao BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa, Fundo de Investimento em Participações

⁸⁷ “Fundo compra fatia da Abril Educação por R\$ 226,2 mi”, por Agência Estado, 17/08/2010: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/fundo-compra-fatia-da-abril-educacao-por-r-226-2-mi>

Potentia Bioenergy e Polar Fundo de Investimento em Participações⁸⁸. O fundo possui investimentos em mais de quarenta países e mais de US\$ 100 bilhões em ativos, além de administrar as reservas internacionais de Cingapura⁸⁹.

Em 2013 o fundo Constellation, da gestora Constellation Investimentos e Participações Ltda., passou a deter 5,6% das ações da Abril Educação. Fundada em 1999, a Constellation é uma empresa especializada na gestão de investimentos em empresas brasileiras listadas na Bovespa, através da gestão de fundos de investimentos, administração de carteira de títulos e valores mobiliários ou outros ativos, próprios ou de terceiros, além da análise de investimentos financeiros em geral. Além dos seus executivos, o corpo societário conta com participações minoritárias de Jorge Paulo Lemann e Lone Pine Capital, considerado um dos mais bem sucedidos fundos de ações em atividade nos EUA, com 18 bilhões de USD sob gestão. A entrada do Lone Pine como sócio da Constellation tornou-a a primeira gestora de renda variável no Brasil a possuir um sócio estrangeiro relevante. O custodiante da Constellation é o Banco Bradesco S/A e o administrador dos fundos por ela geridos é BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM, marca corporativa do The Bank of New York Mellon Corporation, uma das dez maiores empresas do mundo de prestação de serviços financeiros, com US\$ 27,9 trilhões em ativos sob custódia e/ou administração e US\$1,5 trilhão de ativos sob sua gestão, presente em trinta e cinco países e mais de cem mercados. No Brasil, possui R\$ 133,7 bilhões em ativos sob sua administração.

Em julho de 2014 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a entrada da Thunnus Participações S.A., propriedade da Tarpon Investimentos S.A., no capital da Abril Educação S.A., que terá 24,2% das ações com direito a voto e 19,9% do capital total da empresa e a fatia da Abrilpar na Abril Educação cai para 20,7% do capital votante e 37,7% do capital total⁹⁰. A gestora foi criada em 2002 com 2,9 milhões sob gestão, em 2007 abriu capital, captando R\$ 462 milhões, em 2009 foi listada no Novo Mercado⁹¹ e hoje, com

⁸⁸ Abril Educação S.A. Comunicado ao mercado, 18/08/2014: http://ri.abrileducacao.com.br/pt-br/InformacoesFinancieiras/Documents/Resposta%20of%20C3%ADcio%20cvm%20427%20not%20C3%ADcia%20valor_18082014.pdf

⁸⁹ “Cingapura investe na América Latina”. Redação América Economia, 13/05/2014: <http://americaeconomia.com.br/content/cingapura-investe-na-am>

⁹⁰ “Cade aprova entrada de fundos da Tarpon no capital da Abril Educação”, Valor, 22/07/2014: <http://www.valor.com.br/empresas/3621824/cade-aprova-entrada-de-fundos-da-tarpon-no-capital-da-abril-educacao#ixzz39NyI1vsq>

⁹¹ Novo Mercado é, segundo a nomenclatura da BM&F Bovespa, o conjunto das empresas que se encontram no mais avançado nível de governança corporativa, em termos de governança, transparência e direitos dos acionistas. Entre outros requisitos, o capital social dessas empresas é inteiramente constituído de ações ordinárias, ou seja, as empresas listadas no Novo Mercado só podem emitir ações com direito a voto.

escritórios em São Paulo e Nova Iorque, os ativos sob gestão beiram R\$ 8 bilhões. Seus cotistas são, basicamente, estrangeiros, principalmente fundos de pensão e *endowments*⁹².

Estas gestoras, através de seus fundos, investem em diversas empresas e segmentos. O BR Investimentos investe na Ânima Educação e HSM Educação, que estão entre os maiores grupos educacionais de ensino superior privado do país, na Affero Lab, maior empresa de educação corporativa do Brasil, Enesa Engenharia Ltda., rede de estacionamento Estapar e nas empresas de alimentação Amor aos Pedacos, Forno de Minas, Hortifruti, Villa Germania e São Vicente. O Grupo Bozano, do qual o fundo é parte, investe nos setores de siderurgia, aviação, transportes, óleo e gás, imobiliário, educação, consumo e varejo, infraestrutura e logística. Além disso, é gestor do fundo Criatec II, do BNDES⁹³. A Constellation investe no grupo Kroton⁹⁴, na Aliance Shopping Centers S.A.⁹⁵, na Companhia LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A.⁹⁶, na Viver Incorporadora e Construtora, na Brasil Insurance⁹⁷, na Linx⁹⁸, líder em Tecnologia de Gestão para Varejo, na Cosan Limited⁹⁹, com negócios nos setores estratégicos de energia e infraestrutura, na CCR¹⁰⁰, uma das maiores empresas de concessão de infraestrutura do mundo, na rede de drogarias Raia Drogasil¹⁰¹ e na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA¹⁰², um dos maiores grupos privados

⁹² “Tarpon vai de sonho juvenil à gestora de R\$ 8 bi em 10 anos”, por Ana Paula Ragazzi, de São Paulo, Valor, 08/05/2012: <http://www.valor.com.br/financas/2648404/tarpon-vai-de-sonho-juvenil-gestora-de-r-8-bi-em-10-anos>

O *endowment* é um tipo de doação distinto das formas tradicionais de filantropia. Consiste na criação de um patrimônio perpétuo que gera recursos contínuos para a conservação, expansão e promoção de uma determinada atividade, por meio da utilização dos rendimentos desse patrimônio, sem um objetivo pré-determinado. Capta-se recursos financeiros para o fundo com pessoas físicas e jurídicas, aplicando-os no mercado financeiro. Fonte: <http://www.edireitogv.com.br/o-endowment/como-funciona>

⁹³ http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2013/Todas/20131129_CRIATEC.html

⁹⁴ “Analistas mão na massa”, por João Werner Grando, EXAME, 17/10/2012: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1026/noticias/analistas-mao-na-massa?page=1>

⁹⁵ Comunicado da Constellation Investimentos e Participações Ltda. à Comissão de Valores Mobiliários, 25/06/2013: file:///C:/Users/Vermelha/Downloads/Comunicado_25062013_Constellation_port.pdf

⁹⁶ Comunicado da LPS Brasil ao mercado sobre Redução de Participação Acionária Relevante, 12/05/2014: http://www.mailngplus.com.br/deliverer_homolog/arq/cli/arq_1114_145618.pdf

⁹⁷ Brasil Insurance Participações e Administração S.A. Ata sumária de assembleia geral extraordinária realizada em 10 de julho de 2013: file:///C:/Users/Vermelha/Downloads/BRIN_AGE_10072013_pt.pdf

⁹⁸ Linx S.A. Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 26 de julho de 2013: file:///C:/Users/Vermelha/Downloads/Linx_Atta_AGE_20130726_pt.pdf

⁹⁹ Ata da Assembleia Geral Ordinária da Cosan Limited, 26/03/2014: [file:///C:/Users/Vermelha/Downloads/2014%20AGO%20Cosan%20Limited_Port%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Vermelha/Downloads/2014%20AGO%20Cosan%20Limited_Port%20(1).pdf)

¹⁰⁰ CCR S.A. Ata de assembleia geral ordinária realizada em 15 de abril de 2014: http://ri.ccr.com.br/grupoccr/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=47240&conta=28&id=191424

¹⁰¹ Ata da Assembleia Geral Ordinária da Drogasil, 05/04/2010: http://www.raiadrogasil.com.br/raiadrogasil/web/arquivos/ATA%20AGO_05042010%20%20ENGLISH%20%20.pdf

¹⁰² Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Ata de assembleia geral extraordinária realizada em 17 de setembro de 2012: <http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=351557>

de transmissão de energia elétrica do Brasil. Os fundos da Tarpon detêm negócios em vários segmentos da economia nacional, como energia, logística, cuidados com a saúde, confecção e comércio de vestuário¹⁰³.

Junto à família Civita, compõem as instâncias de direção do Grupo Abril (apêndice C) membros desses fundos e das principais empresas sócias, de outras grandes empresas educacionais concorrentes, de organizações educacionais sem fins lucrativos, de distintos ramos econômicos e de instituições financeiras, assim como suas associações representantes, e de órgão públicos. A Abril Educação é dirigida por um Conselho de Administração, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, um presidente-executivo e quatro diretorias para gestão das editoras, sistemas de ensino, colégios, cursos preparatórios e ensino de idiomas, além do Conselho Fiscal¹⁰⁴.

Os representantes do BR Investimentos e Constellation no Conselho de Administração são Paulo Roberto Nunes Guedes e Florian Bartunek, que fizeram e fazem parte de outras instituições financeiras. Paulo Guedes fundou e dirigiu o Banco Pactual e o BR Investimentos. Bartunek também foi sócio do Banco Pactual e gestor do fundo de ações *offshore*¹⁰⁵ mais rentável do mundo, o Pactual Infinity, que entre setembro de 1991 e setembro de 1996, foi o campeão de desempenho entre os 500 maiores fundos *offshore* do mundo, e também do Andromeda, fundo que já alcançou a melhor performance entre os fundos de ações no final da década de 1990, segundo Guia de Investimentos publicado pela revista EXAME¹⁰⁶. A Sociedade Tarpon, por direito¹⁰⁷, irá indicar três dos nove integrantes do Conselho de Administração.

Ainda que a Abril Educação seja uma empresa exclusivamente voltada ao negócio da educação, sua estrutura administrativa é composta, principalmente, por economistas, administradores de empresas e engenheiros que não vêm do ramo educacional, mas de outras empresas e instituições financeiras, que, no imperialismo contemporâneo, a tudo subordinam.

¹⁰³ “Cade aprova entrada de fundos da Tarpon no capital da Abril Educação”, Valor, 22/07/2014: <http://www.valor.com.br/empresas/3621824/cade-aprova-entrada-de-fundos-da-tarpon-no-capital-da-abril-educacao#ixzz39NyI1vsq>

¹⁰⁴ O Conselho Fiscal é um órgão separado, independente da administração e dos auditores independentes. As responsabilidades principais do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos de administração, examinar as nossas demonstrações contábeis e denunciar aos órgãos de administração e à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes de que tiverem conhecimento.

¹⁰⁵ Fundo com sede em paraíso fiscal.

¹⁰⁶ “Florian Bartunek”, Exame, 01/01/1997: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0626/noticias/florian-bartunek-m0052803>

¹⁰⁷ Segundo a Lei No 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Art.140), que dispõe sobre as Sociedades por Ações, o conselho de administração deve ser composto por, no mínimo, três membros, eleitos pela assembleia geral, devendo o estatuto social da empresa estabelecer o número de conselheiros, o processo de escolha do presidente do conselho, o modo de substituição dos conselheiros, o prazo de gestão e as normas sobre convocação, instalação e funcionamento do conselho.

Bartunek é emblemático ao afirmar: "Escolho as ações como o sujeito que vai à feira, pesquisa de barraca em barraca e escolhe verdura de boa qualidade pelo menor preço."¹⁰⁸ Muitos diretores têm passagem por grandes empresas de diversos ramos produtivos e de serviços, como Vivo, Telefônica, América Online, C&A, Royal Philips, HP Brasil, Camargo Corrêa, Ambev, Rhodia (companhia industrial), Whirlpool (fabricante de eletrodomésticos), Braskem (indústria química), Esso, Exxon Química, Vale, Sendas, Lojas Americanas, Pão de Açúcar, Globex Utilidades (Ponto Frio) e Coca-Cola; e, também, por bancos e instituições financeiras como Banco Nacional, Banco Itaú, Unibanco, Banco Investcred, Banco de Investimento BTG Pactual, Fundo Andromeda, Utor Investimentos e Mastercard Internacional; assim como compõem conselhos de organizações representantes destes setores, como Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças-SP, Associação de Indústria Eletrônica Brasileira, Associação de Indústria Brasileira de Iluminação e Associação Brasileira de Telecomunicações.

Ademais de docentes de instituições de ensino superior (Unicamp e PUC) e administradores de escolas de negócio (Escola Marriot, IBMEC e Paralelo Cursos), os únicos empresários que vêm de outras empresas de educação são os diretores executivos responsáveis pelas divisões de produtos e serviços pedagógicos e escolas e cursos preparatórios, nenhum dos quais possui formação acadêmica diretamente relacionada à educação. Mario Ghio, vice presidente de Produtos e Serviços Pedagógicos desde 2011, é engenheiro químico e gestor de negócios empresariais. Entre 1988 e 1998 atuou como professor de química e diretor pedagógico de escolas no Sistema Anglo de Ensino, comprado pelo Grupo Abril em 2010; entre 1999 e 2008 foi diretor editorial do Grupo COC, propriedade do Pearson desde 2010, e diretor geral do Sistema UNO de Ensino, presente em oito países latino-americanos, e CEO da Avalia Qualidade Educacional, propriedades do Prisa. Entre 2008 e 2011 foi diretor de Suporte ao Ensino da Estácio Participações S.A. João Lacerda Almeida e Silva, diretor da Unidade de Escolas e Cursos Preparatórios, é formado em tecnologia da informação. Atua no segmento educacional há 14 anos, em que trabalhou na diretoria executiva de educação básica da Kroton Educacional S.A de 2008 a 2011, na diretoria comercial da divisão de Tecnologia Educacional da Positivo Informática de 2005 a 2008, e na gerência do segmento Educacional da empresa de informática RM Sistemas/TOTVS de 2001 a 2005.

¹⁰⁸ "Florian Bartunek", Exame, 01/01/1997: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0626/noticias/florian-bartunek-m0052803>

Além disso, dois dos conselheiros administrativos da Abril Educação participam de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos voltadas à educação. Florian Bartunek compõem os conselhos do Instituto ProA, Fundação Lemann e Fundação Estudar. Marcos Antônio Magalhães é presidente do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e do Conselho do Instituto de Qualidade no Ensino, além de ser membro da Fundação Victor Civita. Essas fundações sem fins lucrativos, que objetivam melhorar a qualidade da educação privada e pública, são dirigidas e sustentadas pelo empresariado. Trata-se de um fértil espaço de construção hegemônica das classes dominantes, que atuam na educação a nível local e nacional, nas esferas pública e privada. A Fundação Victor Civita é mantida pelo Grupo Abril e pela Gerdau S.A.¹⁰⁹ Os investidores do Instituto ProA são a suíça atDta Foundation, Credit Suisse, Constellation, Focus Group, Instituto Hedging-Griffo (principal investimento social da Credit Suisse), RB Capital, Fundação Lemann, Instituto Plajap e outros, além de parceiros como Grupo Pão de Açúcar e Rio Bravo Investimentos. A Fundação Lemann foi criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, e entre seus parceiros estão a consultoria Falconi, Fundação Telefônica, Instituto Natura, Instituto Península, Itaú BBA, Meritt Informação Educacional, *Brazilian American Chamber of Commerce*, Inc. e União dos Dirigentes Municipais de São Paulo (UNDIME). A Fundação Estudar também foi fundada, em 1991, por Jorge Paulo Lemann e mais dois empresários, sustentada pela Ambev, Banco Pactual e a consultoria Falconi. O Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE) tem, entre seus parceiros, os governos da Alemanha e dos Estados Unidos, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, Instituto Qualidade (IQE) e Instituto Alfa e Beto (IAB). São parceiros do IQE Banco Santander, Instituto Hedging-Griffo, Philips, Construtora Queiroz Galvão, Gerdau S/A, Wal-Mart, Tim e outros.

Completando a união pessoal entre empresas e instituições financeiras, estão os governos. Helena Guimarães de Castro, membro do Conselho de Administração da Abril Educação, integrou diversos órgãos do poder executivo: Secretária de Estado de Educação de São Paulo e do Distrito Federal de 2007 a 2009, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo de 2003 a 2005, Secretária de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de São Paulo em 2006, atuou no Ministério da Educação do governo Cardoso de 1995 a 2002 (onde presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP, a Secretaria Nacional Educação Superior e a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação), sendo responsável pela implantação do Exame nacional de Cursos – Provão, Exame Nacional

¹⁰⁹ Várias das grandes empresas de educação no mundo possuem fundações como estas, a exemplo da Fundação Pitágoras (Kroton), DeVry Foundation, University of Phoenix Foundation (Apollo) e Pearson Foundation.

do Ensino Médio – ENEM, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e pela implantação do Sistema Nacional de Informação Educacional.

No Brasil, cujo capitalismo imperialista é de natureza dependente, as relações entre as maiores empresas mundiais da educação e destas com a esfera pública vão muito além da posse de ações e de sua união pessoal. Essas empresas, controladas pelo capital financeiro internacional, são sujeitos fundamentais da formulação e implementação de políticas públicas, através das quais se apropriam de parcelas significativas do fundo público. Portanto, para compreender a natureza das políticas públicas educacionais brasileiras e a reconfiguração do negócio da educação no capitalismo imperialista contemporâneo, é fundamental desvendar outros aspectos da estreita relação entre grandes empresas, capital financeiro e Estado, o que será esboçado no próximo capítulo a partir da análise do histórico da política brasileira para livros didáticos, hoje materializada no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

3 Política brasileira do livro didático

Os livros didáticos são responsáveis pela maior parte do lucro das editoras e seu principal comprador é o governo federal. Segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro 2013¹¹⁰, os livros didáticos responderam por 47,8% do rendimento do setor editorial em 2013, equivalente a R\$2.562.043.016,13. Deste montante, 48,9% adveio das compras do governo, que adquire, além disso, obras gerais através do PNBE, para distribuição gratuita em escolas públicas. Por exemplo, em 2013 Ática e Scipione foram responsáveis por 43% da receita da Abril Educação, sendo 54% advindos das vendas para o governo¹¹¹. Na Saraiva, as editoras representam 41% da renda do grupo, sendo o governo o comprador de 35% dos livros e conteúdos digitais¹¹². Além de comprar as mercadorias das editoras, o Estado brasileiro tem criado condições para garantir os lucros dos capitalistas industriais e financeiros vinculados ao setor editorial através de outros mecanismos que serão explicitados a seguir, na breve análise da história das políticas públicas voltadas para o livro didático.

3.1 Apoio do Estado à indústria editorial

Nas primeiras décadas do século XX, o livro era visto como um grande risco editorial, o sistema de distribuição era concentrado no eixo Rio-São Paulo, não havia parques gráficos e a maioria dos editores imprimia os livros no exterior ou importava a matéria-prima. Já nesse período, o setor de vendas mais estável e rentável era o de livros didáticos, como afirmou Monteiro Lobato, autor e editor que, com a crise de 1920, teve que concentrar sua produção em livros didáticos: “O bom negócio é o didático. Todos os editores começam com a literatura geral e por fim se fecham na didática” (HALLEWELL, *op. cit.*, p.378).

A indústria editorial desenvolveu-se no contexto da crise mundial iniciada na década de 1920, quando o Brasil teve que restringir suas importações, o que levou ao enorme crescimento do parque manufatureiro de São Paulo, que em 1941 tornou-se o maior centro industrial da América Latina, com um dos maiores centros gráficos do ocidente. A atividade editorial cresceu de mais de 600% em São Paulo, centrada nos livros didáticos e na literatura infantil (*Idem, Ibidem*, p.539). Entretanto, após esse crescimento, muitas editoras quebraram. Em 1953 já haviam menos editoras no país do que em 1936 (*Idem, Ibidem*, p.544), mas, como

¹¹⁰ Realizada anualmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), encomendada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Disponível em <http://pesquisa.fipec.org.br/ArquivosDownload/ApresentacaoCBL-SNEL-FIPE.pdf>.

¹¹¹ Apresentação Institucional 2013 Abril Educação.

¹¹² Saraiva Resultados do 4º Trimestre de 2013: http://www.saraivari.com.br/download_arquivos.asp?id_arquivo=21DD86EC-768A-4617-8060-02286E066D2D

ocorre tipicamente na disputa capitalista, as empresas que sobreviveram concentraram capitais e fortaleceram a indústria editorial no pós-guerra.

No primeiro governo Vargas foram tomadas medidas para apoiar e estruturar o mercado editorial. Assim como nos países de capitalismo central, no Brasil a expansão das funções do Estado resultou do desenvolvimento das forças produtivas, das pressões exercidas pela classe trabalhadora e da busca da classe dominante por legitimidade, tendo este último elemento peso definitivo. A generalização das políticas sociais se deu, em grande medida, com aparência de tutela e favor, em períodos ditatoriais, de restrição de direitos (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.79). É o caso da política nacional de livros didáticos, instituída no Estado Novo, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL)¹¹³.

Os objetivos do INL eram organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional; editar obras raras ou preciosas; aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país e facilitar a importação de livros estrangeiros; e incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. A fase de mais atuação do INL se deu igualmente em período ditatorial, entre as décadas de 1960 e 1970. A primeira política voltada para o livro especificamente didático também foi estabelecida no Estado Novo, em 1938, através da criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)¹¹⁴, que controlava as listas nacionais de livros didáticos publicados e estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Após o fim do Estado Novo, não houve incremento do apoio governamental à atividade editorial. Em 1945, os custos gráficos subiram 120% em relação a 1939. O papel nacional era muito mais caro do que o importado, devido ao subsídio, com taxas especiais para importação (HALLEWELL, *op. cit.*, p.571-573). Nesse contexto, os livros didáticos continuaram sendo um mercado seguro para muitas editoras, correspondente a 44,7% dos exemplares impressos em 1950 (*Idem, Ibidem*, p.766).

O crescimento do mercado do livro foi retomado no governo de Juscelino Kubitschek, quando, no escopo do crescimento econômico do país, o setor editorial triplicou a produção de livros entre 1955 e 1962 (*Idem, Ibidem*, p.600). Juscelino afirmou, em mensagem enviada ao congresso em 1965, que “a produção de livros, um ‘indicador excelente’ do progresso cultural do país e um tributo à empresa privada brasileira, exigia do governo ‘a mais entusiasta ajuda e estímulo’.” Em 1959 foi criado, no Ministério da Educação, o Grupo Executivo da Indústria do Livro (Geil), formado por representantes dos editores, livreiros,

¹¹³ Decreto-Lei nº 93, de 21 de Dezembro de 1937.

¹¹⁴ Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938.

indústria gráfica, União Brasileira de Escritores, Instituto Nacional do Livro e dos ministérios da educação, fazenda e transportes, que exerceu grande influência na política do governo, até sua integração ao INL em 1971 (HALLEWELL, *op. cit.*, p.586). O governo isentou o setor livreiro e a indústria de papel para livros de quase todos os impostos, exceto o imposto de renda, o que o governo do estado de São Paulo já fazia desde 1947. A indústria gráfica nacional também foi beneficiada, crescendo 143% entre 1950 e 1960, devido ao aumento de sua capacidade e à sua modernização, consequência da concessão de licença de importação para o setor.

Jânio Quadros reverteu a política de JK sobre o papel de impressão, estendeu às importações de papel as taxas de câmbio do mercado livre e retirou o subsídio compensatório aos fabricantes brasileiros de papel. Assim, os custos de impressão subiram 250% no segundo semestre de 1961 e as tarifas postais passaram de quarenta centavos a catorze cruzeiros. O papel, que em 1950 representava 10% do custo de produção de um livro, entre 1961 e 1966 passou a corresponder a 75%. Um estudo encomendado por Jânio para analisar o comércio livreiro concluiu, em 1961, que se tratava de um mercado reduzido, devido à falta de poder de compra pessoal e institucional, e a distribuição era ineficiente, além da falta de apoio financeiro governamental (*Idem, Ibidem*, p.603).

Na ditadura empresarial-militar, quando as frações dominantes locais, articuladas às imperialistas, criaram as condições para a consolidação do capitalismo monopolista no país, foram tomadas diversas medidas que favoreceram as principais empresas de livros didáticos do país. Apesar de ter tomado medidas deflacionárias que aumentaram os custos gráficos, o governo militar vedou a criação de impostos federais, estaduais e municipais aos livros, jornais, periódicos e ao papel destinado à impressão¹¹⁵. Além disso, isentou de taxas alfandegárias a importação de máquinas para produção de livros, aumentando a capacidade técnica dessa indústria¹¹⁶ (*Idem, Ibidem*, p.610). Com as novas políticas para o setor livreiro, o Brasil, que até então importava 40% do seu consumo, passou a ser exportador de papel e celulose. Entretanto, esse aumento se deu a base de investimentos estrangeiros, tendo as empresas nacionais respondido por apenas um terço da indústria de papel a partir de 1964 (*Idem, Ibidem*, p.609).

Em 1967 foi criada a Fundação Nacional de Material Escolar (Fename)¹¹⁷, com a finalidade de produzir e distribuir material didático a preço de custo. Visava inicialmente

¹¹⁵ Artigo 20 da Constituição Federal de 1967.

¹¹⁶ Decreto-lei n.46, de 18 de novembro de 1966.

¹¹⁷ Lei n. 5.327 de 1967.

oferecer material de papelaria barato e passou a incluir atlas, dicionários etc., vendidos a preços baixos, subsidiados, criticada por editores e livreiros (HALLEWELL, *op. cit.*, p.613). Em São Paulo, a Fundação para o Livro Escolar, entidade mantida pelo governo estadual, que possuía a função de aprovar os livros didáticos para uso, adquiria alguns títulos para distribuição direta às escolas, gratuitamente (*Idem, Ibidem*, p.612).

A ditadura empresarial-militar foi, ainda, o período de maior atuação do INL, quando o Brasil possuía uma das maiores tiragens de livros didáticos do mundo capitalista¹¹⁸ (*Idem, Ibidem*, p.766). O Plano de Ação Cultural (PAC) reformulou a estrutura do INL, quando ampliou suas atividades incorporando a Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted). O decreto que instituiu a Colted explicita a necessidade de atender às demandas populares e da iniciativa privada:

CONSIDERANDO que a produção e a distribuição do Livro Técnico e do Livro Didático interessam sobretudo, aos poderes públicos, pela importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento econômico e social do País; CONSIDERANDO que, na defesa desse interesse, deve o Estado manter-se numa atitude ao mesmo tempo atuante e vigilante, cabendo-lhe participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza; CONSIDERANDO entretanto, que nesse, como em vários outros setores da produção intelectual, *seria contraproducente a intervenção do Estado que asfixiasse a iniciativa privada, cumprindo antes aos poderes públicos orientar e incentivar a livre concorrência, visando a intensificar a produção e a melhorar a qualidade do livro técnico e do livro didático, diminuir-lhes os preços de custo e de venda, assim como assegurar-lhes pronta distribuição;*

[...]

DECRETA:

Art. 2º Para o atendimento dessa finalidade, cabe à COLTED: [...]

III - Autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros; [...]

VI - Colaborar com outros órgãos públicos ou particulares de objetivos idênticos, equivalentes ou correlatos, *em particular com o Grupo Executivo da Indústria do Livro - GEIL;* [...] (Decreto n.59355, de 4 de outubro de 1966, grifos nossos).

No âmbito dos acordos previstos pelo decreto, a Colted foi financiada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela *United States Agency for International Development* (Usaid), com colaboração do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), incorporando diretamente os interesses dos empresários da indústria editorial. A Usaid, em consonância com os setores que promoveram o golpe civil-militar de 1964, visava reorientar o sistema educacional brasileiro segundo as necessidades do desenvolvimento capitalista (CUNHA e GÓES, 2002). Segundo Kenneth T. Hurst, assessor da Usaid para o programa, este seguramente fortaleceria a indústria editorial, o que de fato aconteceu, através do investimento de cerca de nove milhões de dólares em seis meses (HALLEWELL, *op. cit.*, p.613).

¹¹⁸ Nos anos 1970, os livros didáticos da França e Reino Unido tinham tiragem de cerca de 100 mil, do EUA e Alemanha 150 mil exemplares, e no Brasil 200 mil (HALLEWELL, 2012, p.766).

No início da década de 1970, o acordo MEC-Usaid-Snel teve fim e, assim, os recursos para produção de livros se tornaram insuficientes. Além disso, a Colted foi extinta, tornando-se o INL responsável por suas atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros. O instituto passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) e a política de didáticos se concentrou em um sistema de coedição de livros¹¹⁹ com as editoras nacionais, financiando, com contribuição das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático, parte das tiragens de livros literários, técnicos, didáticos e paradidáticos, principalmente para escolas primárias e técnicas (HÖFLING, 2000, p.163).

Dessa forma, ao longo dos anos 1970, o INL, que até então possuía uma política editorial própria, passou a adotar uma política de subsídios ao setor privado, reservando-se o poder de veto (OITICICA, 1997, p.142 *apud* GALUCIO, 2011, p.2). A edição direta por parte do INL resultou em apenas 264 obras durante seus trinta e três anos de existência (GALUCIO, *Ibidem*, p.4). Para Galucio (*Ibidem*, p.10), “as ações do INL se traduzem no estímulo estatal para o fortalecimento do setor empresarial”.

Entre junho de 1973 e fevereiro de 1974, apesar do aumento de 125% do preço do papel decorrente da crise do petróleo, as vendas de livros didáticos se mantiveram. No mesmo período, o papel do Estado foi fundamental ao comprar, através do BNDE, duas das principais empresas do setor, Nacional e José Olympio (HALLEWELL, *op. cit.*, p.426-428), salvando os capitais de seus proprietários. No contexto de crise no mercado editorial, o apoio financeiro do INL tornou-se ainda mais importante. Entretanto, o próprio INL também foi afetado pela crise, adequando seus objetivos às novas condições do mercado e às novas limitações do instituto: “[...]o INL, sem poder manter o preço fixo do livro na quarta capa das coedições, restringe a exigência a 20% da parte comercializável da tiragem e aos exemplares que lhe cabiam, para extingui-la em seguida” (OITICICA, *op. cit.*, p.52 *apud* GALUCIO, *Ibidem*, p.4).

Assim, a partir de 1976, as coedições, principal ação do INL na década de 1970, foram limitadas à cultura¹²⁰ e as publicações educacionais, inclusive coedições de livros didáticos com editoras privadas, passaram a ser realizadas pela Fundação Nacional do Material Escolar (Fename)¹²¹, quando o governo assumiu a compra de livros para distribuir a parte das escolas

¹¹⁹ O sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL), foi implementado pela Portaria nº 35, de 11/03/1970, do Ministério da Educação.

¹²⁰ A partir de então, o órgão foi tendo suas funções reduzidas. Nos anos 1980, e contexto de crise, o INL sofreu com falta de recursos e passou a fazer parte da Fundação Pró-Leitura, abolida em 1990. Collor, além disso, aboliu o Ministério da Cultura e a Lei Sarney, que determinava benefícios fiscais ao contribuinte do imposto de renda que fizesse doações, patrocínios e investimentos de natureza cultural (Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986).

¹²¹ Decreto 77.107, de 04/02/76.

e das unidades federadas. Os recursos provinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais foi excluída do programa.

Após o apogeu da indústria editorial nos anos 1970 até 1981, o setor foi afetado pela crise dos anos 1980. Em geral, em períodos de crise a venda de livros escolares contribuiu para a sobrevivência do mercado editorial, entretanto isso não ocorreu, pois, entre 1979 e 1982, houve redução de quase um milhão de alunos matriculados em todos os níveis de ensino, apesar do crescimento populacional dessas faixas etárias (HALLEWELL, *op. cit.*, p.804-805). Entre 1983 e 1984, as vendas de livros didáticos, que em 1979 correspondiam a 36,2% da produção total de livros no país e em 1982 a 33,94%, diminuíram em 20% (*Idem, Ibidem*, p. 766; 807).

Na Nova República os livros didáticos recuperaram sua importância para o setor editorial, respondendo por metade da produção, sendo 40% destes comprados pelo governo federal (*Idem, Ibidem*, p.820). Em 1983 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)¹²², que incorporou os programas da Fename e o Plidef. Em 1984, deu-se fim ao sistema de coedição e o governo federal passou a comprar parte das publicações das editoras participantes do Plidef para distribuir gratuitamente a escolas e bibliotecas, com recursos da União (HÖFLING, *op. cit.*, p.164). Foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹²³, executado pela FAE, visando distribuir livros escolares para os alunos de escolas de 1º grau das escolas públicas, mais amplo do que o Plidef, que só atendia parte das escolas, da 1ª a 4ª séries do 1º grau. O PNLD ampliou e modificou o programa anterior, atendendo o ensino fundamental completo, incluindo os professores na escolha do livro didático e passando a comprar livros reutilizáveis¹²⁴:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º. O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados. [...]

¹²² Sobre a FAE, consultar Heloísa de Mattos Höfling: “A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988”. Tese de doutorado, Unicamp, 1993.

¹²³ Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985.

¹²⁴ Livros consumíveis ou descartáveis são de uso pessoal, pois há espaço para resolver as atividades, sendo repostos anualmente. Livros não consumíveis ou reutilizáveis possuem apenas o enunciado das questões, que devem ser respondidas em folha à parte, sendo historicamente repostos, pelo PNLD, em ciclos de três anos.

Art. 3º. Constitui requisito para o desenvolvimento do Programa, de que trata este Decreto, a adoção de livros reutilizáveis. [...] (Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985)

Inicialmente, havia uma enorme variação anual orçamentária do PNLD – em 1991, foram produzidos 67 milhões de livros para a FAE, enquanto em 1992, foram impressos apenas oito milhões (HALLEWELL, *op. cit.*, p.821) –, o que, segundo Castro (1996, p.12 *apud* CASSIANO, 2013a, p.63), se deveu à indefinição da fonte financiadora do programa. Ainda assim, desde que passou a atender todas as séries do 1º grau, as vendas de livros didáticos das editoras para o governo aumentaram extraordinariamente. Já em 1987, segundo o relatório da FAE, o programa realizava a maior distribuição de livros didáticos no mundo. Enquanto em 1983 foram distribuídos 12.385.087 livros pelo Plidef, em 1987 foram mais de cinquenta e cinco milhões de livros. Nesse período, o governo já comprava 70% dos livros didáticos produzidos no país (HÖFLING, 1993, p.96-98 *apud* CASSIANO, *Ibidem*, p.64).

Em sua primeira década de funcionamento, o programa passou a contar com recursos regulares¹²⁵. Em 1996, com a extinção da FAE, sua execução ficou a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com recursos oriundos principalmente do Salário-Educação.

Em suma, ao longo de todo o século XX o Estado foi importante para garantir a lucratividade do setor de livros didáticos, ao apoiar as indústrias de papel, gráfica e livreira, através de subsídios, incentivos fiscais, estatização de empresas em crise, restrição de importação, coedições junto às editoras privadas, compra dos livros didáticos para distribuição gratuita etc. O crescente apoio estatal à produção e comercialização de livros didáticos tem se dado através de políticas que se alteraram em forma e conteúdo, seguindo, em geral, a tendência à ampliação da distribuição de livros escolares, determinada pelas conjunturas econômica, política, cultural e social. A massificação da educação pública brasileira, por exemplo, forçou a ampliação de programas de assistência estudantil, assim como as pressões, por um lado, das demandas populares por educação de qualidade para todos, e, por outro, das entidades representantes dos editores e livreiros, buscando potencializar seus lucros.

Na atual forma assumida pela política de livros didáticos, as editoras que historicamente vendem livros para o governo federal foram, em sua maioria, incorporadas a empresas monopolistas educacionais e editoriais, alinhando-se, portanto, às demandas do grande capital financeiro, representadas por agências internacionais de financiamento.

¹²⁵ Resolução n. 6, de 13 de julho de 1993.

3.2 Programas de compra de livros didáticos e capital financeiro

Os fundamentos de uma política universal de distribuição gratuita de livros didáticos para educação básica, materializada no PNLD, estavam presentes no programa “Educação para Todos”, de 1985, assinado pelo então ministro da educação, Marco Maciel, como é explicitado no decreto que instituiu o PNLD: “Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no programa "Educação para Todos" [...]” (Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985). O programa “Educação para todos”, por sua vez, foi inspirado no documento “Compromisso com a Nação”¹²⁶ (MEC, 1985, p.1), de 1984, em que a Aliança Democrática assumiu, entre outros, o compromisso de “educação fundamental para todos” com a “Nação brasileira”.

O "Educação para Todos" contempla “uma série de medidas relacionadas com a implantação de programas de aperfeiçoamento e valorização do corpo docente, distribuição de livro didático e material escolar, fornecimento de merenda e, ainda, expansão e recuperação das unidades escolares” (MEC, 1985, p.1). No documento, o livro e material didático, junto à merenda escolar, aparecem como elementos fundamentais para melhoria da qualidade da educação básica e para assistência dos alunos carentes, sendo uma das prioridades para viabilizar a proposta de educação para todos (*Idem, Ibidem*, p.11, 20). Nesse sentido, inicialmente 43% dos livros distribuídos pelo PNLD atendiam a região nordeste, no âmbito do Projeto Nordeste Educação. Nesse projeto, 43% dos recursos eram provenientes do governo federal e dos estados da região e 57% do Banco Mundial (*Idem*, 1993, p.58).

Os empréstimos do Banco Mundial, entidade supranacional representante da oligarquia financeira, passaram a contemplar a área de educação na década de 1980, quando a vulnerabilidade dos países devedores frente ao Banco permitiu a imposição de medidas abrangentes, inclusive na área da educação, para além dos “ajustes estruturais”. O crescimento econômico desses países seria condicionado pelo “alívio” da pobreza, para o que a educação primária seria um elemento fundamental:

A educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre. (WORLD BANK, 1990 *apud* LEHER, 1999).

¹²⁶ Esse documento, assinado por Ulysses Guimarães (presidente do PMDB), Tancredo Neves (governador de Minas Gerais), Antonio Aureliano Chaves de Mendonça (vice-presidente da república) e Marco Maciel (senador por Pernambuco), selou o pacto entre o Partido Movimento Democrático (PMDB) e a Frente Liberal, formando a Aliança Democrática.

Para o Banco, o combate à pobreza (e, portanto, a educação primária) é diretamente associado à segurança, ou seja, à garantia das condições adequadas ao desenvolvimento capitalista na periferia, como afirmou um presidente do banco: “as pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas” (LEHER, 1999, p.26). Além de sua importância para mitigar as contradições de classe, a educação primária é central para formar a mão de obra necessária às economias capitalistas periféricas, além de a própria educação ser uma mercadoria cada vez mais rentável, como apontado nas seções precedentes desta dissertação.

Como resultado da centralidade da educação no discurso do Banco, nos anos seguintes, entre 1987 e 1994, os empréstimos referentes à educação passaram de 2% para 29% (CASSIANO, *op. cit.*, p.98). Entre outros elementos, o organismo internacional passou a prescrever ênfase no uso de equipamentos didáticos e valorização do livro didático para a educação dos países em desenvolvimento. Segundo Uribe (2006, p.69), até 1990 aproximadamente 48% dos projetos de educação financiados pelo Banco Mundial incluíam a adoção de livros didáticos em seus objetivos, o que foi elevado a 66% dos projetos entre 1996 e 2000. Segundo Cassiano (*Ibidem*, p.178), no início do século XXI, a maior parte dos países da América Latina tiveram programas estatais de livros didáticos financiados por agências internacionais, principalmente Banco Mundial e BID, como Argentina, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Urugui e Venezuela.

O Banco afirmou em documento oficial:

Os livros didáticos e os materiais de leitura são chave para atingir resultados pedagógicas em todos os níveis da educação e da capacitação, as quais por sua vez são necessárias para desenvolver recursos humanos para o desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza. Desta forma, é política do Banco apoiar as propostas dos mutuários de criar um sistema de oferta acessível, sustentável, caracterizado pela participação do setor privado e pelo exercício da escolha ao menor nível possível (WORLD BANK, 2003 *in* URIBE, 2006, p.76, tradução nossa).

Na década de 1990, o sentido das políticas educacionais do Banco Mundial permaneceu válido e foi radicalizado. O livro didático confirmou-se como uma das prioridades da política educacional nacional e mundial, presente no “Plano decenal de educação para todos” (1993-2003) como um dos oito pontos críticos para o desenvolvimento da educação básica brasileira. A coerência entre as pretensões dos organismos supranacionais, do Estado e da indústria editorial para o livro didático era evidente. O plano foi editado e teve sua publicação financiada pela Associação Brasileira dos Editores de Livros (Abrelivros), aliada do governo federal, como declara o ministro Murílio de Avellar Hingel, em carta aos

professores e dirigentes escolares, que introduziu a versão acrescida do Plano decenal, de maio de 1994:

Por último, expresso o meu reconhecimento público pelo gesto da Associação Brasileira dos Editores de Livros – ABRELIVROS – em viabilizar a edição do Plano Decenal para as escolas, fato inédito que se insere nas estratégias de alianças e parcerias da atual política nacional de educação.

O plano, elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, resultou da adoção, por parte do Brasil, da “Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas”, elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, em que os países participantes assumiram o compromisso de elaborar planos adaptados às realidades locais, a partir das diretrizes ali estabelecidas. O evento foi organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Mundial. O Brasil também foi signatário da Declaração de Nova Dehli, junto a outros nove países populosos “em desenvolvimento”, ratificando o acordo de Jomtien.

O “Plano decenal de educação” fez críticas ao processo de aquisição e distribuição de livros didáticos e à qualidade dos livros escolhidos pelos professores. Assim, foram operadas mudanças na política de livro didático, após a garantia de fluxo regular de recursos em 1993: a distribuição, sob responsabilidade dos Correios, tornou-se eficaz e os livros passaram a ser avaliados pedagogicamente. Só no governo Cardoso, estudos realizados pelo governo brasileiro sobre a política de livros didáticos na década de 1980, financiados pelo Banco Mundial (MELLO, 2004, p.66-7 *apud* CASSIANO, *op. cit.*, p.59), foram implementados, com o ministério da educação sob responsabilidade de Paulo Renato de Souza, ex-gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A aquisição de livros passou a contemplar todas disciplinas do núcleo comum do Ensino Fundamental completo (português, matemática, história, geografia e ciências)¹²⁷, além da compra e distribuição de dicionários de Língua Portuguesa e obras em braile, resultando, a partir de 1996, em compras públicas ainda maiores.

Antes da posse de Lula, em dezembro de 2002, a Abrelivros e a Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrale) encaminharam uma carta ao futuro presidente, que continha avaliações e propostas acerca das políticas federais de livros, solicitando formalmente que a distribuição de livros fosse ampliada de forma geral, em nome do acesso de alunos e

¹²⁷ Portaria n. 542, de 10 de maio de 1995.

professores a obras didáticas e de outros gêneros (CASSIANO, *op. cit.*, p.145-148). Em consonância com tais pretensões, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff o PNLD seguiu sendo ampliado e foram criados novos programas de distribuição de livros. O Ensino Médio foi contemplado, assim como a educação de jovens e adultos, com livros de língua portuguesa, matemática, história, geografia, arte, biologia, química, física, inglês, espanhol, filosofia e sociologia¹²⁸, além de dicionários, que passaram a ser de uso pessoal¹²⁹.

Atualmente, o PNLD distribui livros de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências, física, química, biologia, alfabetização matemática, letramento e alfabetização, inglês, espanhol, filosofia e sociologia. Também são distribuídas versões acessíveis dos livros (áudio, braille e MecDaisy – formato digital). Além disso, desde 2013, os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de escolas do campo recebem um material didático específico, com obras de alfabetização matemática, letramento e alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia¹³⁰. A partir de 2014 passaram a distribuir, ainda, obras de literatura pelo PNLD para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), destinadas aos alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental. Segue a ampliação do PNLD nas últimas décadas:

¹²⁸ Resolução/CD/FNDE nº 51, de 16 de setembro de 2009.

¹²⁹ Resolução CDFNDE n.20, 2000, Art.1.

¹³⁰ Resolução nº 40, de 26 de julho de 2011.

Histórico de ampliação dos programas do livro

| Ano | Etapa ou modalidade ensino | Componente curricular |
|-------------|--|--|
| 1995 | 1º grau | Matemática e língua portuguesa |
| 1997 | 1º grau | Ciências, História e Geografia. |
| 1998 | Ensino fundamental | Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). |
| 2000 | Ensino fundamental (1ª a 4ª série) | Dicionários de língua portuguesa. |
| 2003 | Ensino fundamental | Dicionários de língua portuguesa, Atlas Geográfico e Livros em Braille. |
| 2003 | Ensino médio | Português e Matemática. |
| 2004 | Educação especial | Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e dicionários. |
| 2007 | Educação infantil e ensino médio | PNBE. |
| 2007 | Ensino médio | Biologia, História, Química, Física e Geografia. |
| 2007 | EJA | Obras didáticas para alfabetização e escolarização. |
| 2008 | Ensino fundamental e Educação especial | Inglês ou espanhol, obras pedagógicas complementares e materiais didáticos. |
| 2009 | Ensino médio | Inglês ou espanhol, filosofia e sociologia. |
| 2009 | EJA | Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Artes, História, Geografia, Biologia, Química, Física, Filosofia, Sociologia, Artes e Inglês ou Espanhol. |
| 2011 | Ensino fundamental | Alfabetização Matemática e Letramento e Alfabetização. |
| 2011 | Ensino médio | Dicionários e obras complementares. |
| 2011 | Escolas do campo | Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. |
| 2012 | Ensino fundamental | Obras literárias para alfabetização na idade certa. |

(1º ao 3º ano)

2012

Objetos educacionais digitais complementares aos livros impressos.

Fonte: Dados organizados pela autora, de decretos e resoluções disponíveis na página eletrônica do FNDE, listados na bibliografia desta dissertação.

Na carta dos editores ao governo Lula postulou-se, ainda, a retirada da classificação dos livros recomendados pelo MEC, que deixaram, a partir de 2005, de ser classificados como obras “recomendadas com distinção”, “recomendadas”, “recomendadas com ressalvas”, “não recomendadas” ou “excluídas”, sendo classificadas apenas como “aprovadas” ou “excluídas”; assim como demandou-se a não divulgação dos livros excluídos, o que também foi atendido (CASSIANO, *op. cit.*, p.121-122).

Foram feitas sete reivindicações que dizem respeito, diretamente, ao PNLD: 1) que não sofresse descontinuidades ou interrupções; 2) que se incluíssem livros de inglês e espanhol; 3) que se universalizasse a distribuição de livros de todas as disciplinas para o Ensino Médio; 4) que os critérios de exclusão de livros consumíveis não fossem exclusivamente econômicos; 5) que os critérios da avaliação do PNLD fossem revistos; 6) menos burocracia e mais transparência nas etapas do programa; e 7) verificar a sustentabilidade jurídica e legal do programa, para torná-lo um programa permanente, com recursos assegurados e livres de potenciais instabilidades políticas. Em seu momento, cada uma das reivindicações foi atendida, inclusive adoção de livros descartáveis. Com a organização do ensino fundamental em nove anos, dos quais os três primeiros são dedicados à alfabetização, a partir do PNLD 2013 são distribuídas anualmente para todos os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental coleções de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática¹³¹ (CASSIANO, *op. cit.*, p.146-147). Os livros de inglês, espanhol, filosofia e sociologia também são consumíveis, como exposto no quadro abaixo:

¹³¹ Resolução/CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012.

Livros que os alunos de cada ano ou série recebem no PNLD atualmente

| Etapa de Ensino | Ano / Série | Componentes Curriculares | Tipos de livros |
|--|--------------------|---|------------------------|
| Ensino Fundamental Anos iniciais | 1º, 2º e 3º ano | Alfabetização Matemática e Alfabetização Linguística | Consumíveis |
| | 2º ao 5º ano | Ciências, História e Geografia | Reutilizáveis |
| | 3º ao 5º ano | Matemática e Língua Portuguesa | Reutilizáveis |
| Ensino Fundamental Anos finais | 6º ao 9º ano | Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia | Reutilizáveis |
| | 6º ao 9º ano | Língua Estrangeira Moderna Inglês ou Língua Estrangeira Moderna Espanhol | Consumíveis |
| Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos | 1º à 3ª série | Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Química e Física | Reutilizáveis |
| | 1º à 3ª série | Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol | Consumíveis |
| | Volume Único | Filosofia e Sociologia | Consumíveis |
| Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental | 1º ao 5º ano | Letramento e Alfabetização, Alfabetização Matemática, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Artes, Ciências, História Regional e Geografia Regional | Consumíveis |
| | 6º ao 9º ano | Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Artes, Ciências, Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol) | Consumíveis |
| | Programa | Letramento e Alfabetização, | |

Brasil Alfabetização Matemática
Alfabetizado -
PBA

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao/item/4509-livros-por-ano-e-serie>, acessada em 04/09/2014.

A universalização e diversificação dos programas do livro foram acompanhadas, necessariamente, pelo aumento dos gastos federais para compra de livros didáticos, paradidáticos e de obras gerais para as escolas públicas. A tabela abaixo sintetiza a quantidade de livros distribuídos pelo PNLD (programa responsável pela ampla maioria dos gastos com livros escolares) desde 1996 e o investimento correspondente, que ampliou sua escala de cem mil reais para mais de um milhão:

Investimento PNLD Ensino Fundamental e Médio – 1996 a 2014

| Ano de aquisição | Programa | Livros | Investimento | Editores |
|-------------------------|-----------------|---------------|---------------------|-----------------|
| 1996 | PNLD | 39.132.071 | 113.608.591,15 | 29 |
| 1997 | PNLD | 41.047.703 | 98.955.416,06 | 29 |
| 1998 | PNLD | 64.727.839 | 158.909.480 | 25 |
| 1999 | PNLD | 86.514.327 | 244.778.353,43 | 27 |
| 2000 | PNLD | 60.164.529 | 175.807.782,48 | 25 |
| 2001 | PNLD | 109.533.301 | 352.679.324,98 | 27 |
| 2002 | PNLD | 101.250.450 | 406.990.330,13 | 22 |
| 2003 | PNLD | 119.380.441 | 600.074.313 | 19 |
| 2004 | PNLD | 111.189.126 | 619.247.203 | 18 |
| | PNLEM | 2.705.048 | 47.273.737 | |
| 2005 | PNLD | 50.649.055 | 352.797.577 | 14 |
| | PNLEM | 12.581.620 | 143.834.244 | |
| 2006 | PNLD | 102.521.965 | 563.725.709 | 15 |
| | PNLEM | 9.175.439 | 124.275.397 | |
| 2007 | PNLD | 110.241.724 | 661.411.920 | 15 |
| | PNLEM | 18.248.846 | 221.540.849 | |
| 2008 | PNLD | 60.542.242 | 405.568.003 | 16 |
| | PNLEM | 43.108.350 | 504.675.101 | |
| 2009 | PNLD | 114.770.768 | 728.971.564 | 16 |
| | PNLA | 2.143.729 | 20.000.000 | |
| | Obras compl. | 6.608.597 | 28.731.873 | |
| 2010 | PNLD | 150.025.947 | 1.218.410.516 | 20 |
| | Obras compl. | 1.640.043 | 7.123.069 | |
| 2011 | PNLD | 171.139.518 | 1.473.458.896 | 23 |
| 2012 | PNLD | 165.298.045 | 1.279.546.121,82 | 28 |
| 2013 | PNLD | 137.858.058 | 1.212.945.073,00 | 25 |
| 2014 | PNLD | 137.858.058 | 1.127.578.022,81 | 25 |

Fonte: Dados disponíveis na página eletrônica do FNDE, organizados pela autora: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>¹³²

Apesar do enorme aumento em termo de gastos e livros distribuídos, chama atenção o número de editoras participantes dos editais, que é reduzido frente à dimensão do programa e permaneceu razoavelmente estável ao longo desses anos. Entre 1985 e 1991 (CASSIANO, *op. cit.*, p.71), participaram do programa: 29 editoras (1985), 44 (1986), 44 (1987), 33 (1988), 29 (1989), 18 (1990) e 41 (1991). Além disso, entre essas editoras, um número ainda mais reduzido concentra grande parte dos contratos com o governo, como veremos nas tabelas abaixo, com os dados de 1977 a 1984, 1985 a 1991 e 1996 a 2014:

Participação das Editoras nas Aquisições de Livros – PLIDEF 1977-1984 (%)

| Editora | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | Total |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Brasil | 13 | 11 | 9 | 8 | 11 | 12 | 13 | 13 | 11 |
| FTD | 7 | 8 | 9 | 8 | 15 | 15 | 12 | 15 | 11 |
| Bloch | 0 | 14 | 11 | 11 | 9 | 10 | 7 | 4 | 10 |
| Ática | 6 | 9 | 9 | 9 | 10 | 11 | 10 | 12 | 10 |
| IBEP | 9 | 8 | 8 | 7 | 9 | 9 | 11 | 10 | 9 |
| Abril | 7 | 11 | 6 | 5 | 6 | 6 | 5 | 6 | 7 |
| Caminho Suave | 0 | 2 | 6 | 8 | 9 | 10 | 8 | 7 | 6 |
| Scipione | 5 | 8 | 8 | 5 | 6 | 5 | 5 | 2 | 6 |
| Primor | 10 | 9 | 8 | 6 | 4 | 2 | 3 | 2 | 6 |
| Ao Livro Técnico | 9 | 8 | 4 | 6 | 3 | 2 | 1 | 2 | 4 |
| LEMI | 3 | 4 | 5 | 7 | 4 | 2 | 3 | 2 | 4 |
| Vigilia | 5 | 1 | 5 | 7 | 1 | 3 | 2 | 1 | 3 |
| Nacional | 2 | 1 | - | 0 | 0 | - | 4 | 10 | 2 |
| Outros | 12 | 6 | 11 | 12 | 13 | 13 | 15 | 14 | 12 |

Fonte: FAE *apud* Castro, 1996, p.23.

¹³² Foram utilizados os seguintes documentos: 1) Quadro demonstrativo de aquisição PNLD – 1996 a 2009, 2) Quadro demonstrativo de aquisição PNLEM – 2005 a 2009 e 3) planilhas de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, referentes a PNLD Ensino Fundamental e Médio, PNLA, Obras Complementares, Dicionários, Campo e Conteúdo Multimídia – Valores Negociados.

Participação das Editoras nas Aquisições de Livros – PNLD 1985-1991 (%)

| Editora | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990/91 | Total |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|--------------|
| Ática | 11 | 10 | 15 | 17 | 21 | 25 | 17 |
| Brasil | 38 | 23 | 11 | 8 | - | 16 | 17 |
| IBEP | 6 | 17 | 13 | 15 | 16 | 9 | 12 |
| FTD | 9 | 10 | 15 | 12 | 11 | 13 | 12 |
| Nacional | 11 | 17 | 11 | 9 | - | 3 | 8 |
| Saraiva | 8 | 7 | 10 | 9 | 10 | 8 | 8 |
| Scipione | 0 | 3 | 7 | 11 | 9 | 10 | 7 |
| Outros | 16 | 13 | 19 | 19 | 33 | 15 | 18 |

Fonte: FAE *apud* Castro, 1996, p.23.

Participação das Editoras nas Aquisições de Livros – PNLD Ensino Fundamental e Médio
1996-2014 (%)¹³³

| Editora | 1996- | 2005- | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------------------------|-----------------|-----------------|------|------|------|------|------|------|
| | 2008 (Fund.) | 2008 (Médio) | | | | | | |
| Ática | 18,5 | 16,0 | 13,7 | 18,6 | 19,0 | 20,5 | 21,8 | 17,1 |
| Brasil | 5,1 | 1,5 | 1,9 | 2,0 | 1,4 | 1,4 | 2,5 | 4,2 |
| Escala | 1,0 | 2,1 | 2,7 | 3,7 | 2,1 | 2,0 | 1,3 | 0,9 |
| FTD | 21,2 | 12,5 | 21,3 | 22,4 | 19,2 | 15,3 | 14,8 | 19,2 |
| IBEP | 5,2 | 1,6 | 2,1 | 0,8 | 0,5 | 0,3 | 1,3 | 2,4 |
| Macmillan | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,5 | 1,7 | 1,4 |
| Moderna | 10,2 | 20,7 | 26,3 | 20,7 | 20,2 | 18,8 | 17,3 | 19,7 |
| Nacional | 2,3 | 0 | 0 | 1,5 | 0,3 | 0,3 | 0 | 0 |
| Nova Fronteira | 2,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Positivo | 3,5 | 0,5 | 3,5 | 6,8 | 2,7 | 2,4 | 2,0 | 1,6 |
| Richmond | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,8 | 2,1 | 1,8 |
| Saraiva | 11,9 | 24,5 | 16,9 | 12,9 | 15,5 | 19,0 | 15,6 | 15,9 |
| Scipione | 10,5 | 10,5 | 8,9 | 7,9 | 14,4 | 10,6 | 12,0 | 4,7 |
| SM | 0 | 0 | 0 | 1,3 | 2,7 | 3,5 | 4,2 | 5,4 |
| Outras | 9,2 | 10,1 | 2,7 | 1,4 | 2,0 | 2,6 | 3,4 | 5,7 |

Fonte: Dados organizados pela autora, disponíveis na página eletrônica do FNDE:
<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>¹³⁴

As editoras que têm respondido pela maior parte das vendas de livros para o Estado por meio do Plidef e PNLD, dos anos 1970 até a atualidade, são: Abril, Ática, Brasil, FTD, IBEP, Moderna, Nacional, Saraiva e Scipione. Entre essas, destacam-se ainda mais Ática,

¹³³ Os dados de 2009 a 2014 são referentes ao número de exemplares distribuídos para os ensinos fundamental e médio; dados de 1996 a 2008 e 2005 a 2008 são referentes ao valor do contrato com as editoras, o primeiro para o ensino fundamental e o segundo para o ensino médio (PNLEM).

Cabe destacar, ainda, que as planilhas disponibilizadas pelo FNDE nem sempre discriminam os diversos segmentos e modalidades atendidos pelo PNLD (EJA, Campo, Alfabetização na Idade Certa, livros em braille, dicionários etc.), que podem ou não estar incluídos nos dados. Entretanto, os ensinos fundamental e médio regulares respondem pela ampla maioria dos livros distribuídos, permitindo aferir a dimensão da presença das editoras no programa.

¹³⁴ Foram utilizados os seguintes documentos: 1) Quadro demonstrativo de aquisição PNLD – 1996 a 2009, 2) Quantidade de Exemplares de Livros Didáticos Adquiridos por Editora PNLD Ensino Fundamental e Médio - 2005 a 2013 e 3) PNLD 2014 Ensino Fundamental e Médio – Valores Negociados para Livros Impressos e Conteúdos Multimídia.

FTD, Moderna, Saraiva e Scipione, que nos últimos cinco anos somaram, em média, 82% dos investimentos. A diversificação dos materiais distribuídos permitiu a entrada de novas editoras que têm fechado contratos significativos com o governo, como SM, Macmillan e Richmond, as duas últimas fortes no segmento de língua estrangeira.

As modificações do PNLD, somadas à abertura ao capital internacional promovida por Cardoso, criou, segundo Cassiano (*op. cit.*, p.74), as condições necessárias à entrada das empresas educacionais e editoriais monopolistas, dirigidas pelo capital financeiro, no programa. Como visto no primeiro e segundo capítulo desta dissertação, grande parte dessas editoras é propriedade de algumas das maiores empresas educacionais e editoriais do mundo, cujos principais traços já foram apontados e analisados. Abril, Ática e Scipione pertencem à Abril Educação, maior grupo brasileiro voltado à educação básica, e Moderna e Richmond pertencem ao grupo midiático espanhol Prisa. Além disso, o alemão Holtzbrinck faz vendas para o governo através da editora de livros didáticos de idiomas Macmillan e o espanhol SM, que vende livros didáticos e infanto-juvenis, destaca-se no mercado editorial ibero-americano, presente na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru, Porto Rico e República Dominicana. Grupo Saraiva e FTD são outras duas editoras brasileiras que projetam-se mundialmente em termos de lucratividade. IBEP e Nacional, tradicionais editoras nacionais, por sua vez, fundiram-se formando o Grupo IBEP, que também é dono de outra editora que participa do PNLD, a Base Editorial.

Já foi indicado que várias dessas empresas são controladas por fundos de investimento compostos por capitais nacionais e estrangeiros, que têm comprado suas ações à medida que essas têm se tornado cada vez mais rentáveis, para o que o apoio do Estado, principal comprador da mercadoria livro didático, é fundamental. Elas engendram, portanto, mais um mecanismo através do qual capital financeiro têm acesso à riqueza socialmente produzida que compõe o fundo público, sem a qual os lucros dos capitalistas funcionantes e rentistas estariam comprometidos.

Considerações finais

As classes dominantes agem deliberadamente para se apropriar da escola pública. Controlam o currículo por meio de avaliações padronizadas, produzem os livros didáticos e estão presentes nas escolas através de projetos e sistemas de ensino com o aval do Estado. Os maiores bancos do país (Santander, Itaú, Unibanco, Fundação Bradesco, Instituto HSBC, entre outros), organizados no Movimento Todos pela Educação¹³⁵, são os principais interlocutores do governo federal na elaboração e execução da política educacional federal, sintetizada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e seus diversos programas e no Plano Nacional de Educação (PNE).

A pressão desses agentes pela privatização da educação justifica-se de diversas formas. A educação remunera cada vez mais os capitais financeiros, forma a força de trabalho compatível às demandas do capital, custeada pelo conjunto da sociedade, e é também um instrumento de construção de consensos em torno do projeto societário da burguesia que, à medida que se tornou classe dominante, se apropriou do conhecimento elaborado pela humanidade. A política de livros didáticos permite contrarrestar a queda da taxa de lucro e fazer rotar capital, favorecendo os industriais produtores de livros e os rentistas a eles vinculados. Somado às compras dos programas do livro, o Estado tem favorecido as condições gerais de produção de livros didáticos através de restrição de importações, isenções tributárias, concessões de licença e isenções de taxas alfandegárias para importação para modernizar alguns setores industriais e compra de empresas falidas.

Por outro lado, assim como o conjunto da política social, a natureza da política do livro didático é contraditória. Além de ser funcional ao capital, a “educação pública, gratuita e de qualidade” é uma reivindicação histórica da classe trabalhadora, com potencial de elevar os seres humanos do nível de senso comum ao nível de conhecimento científico e filosófico, permitindo compreender o mundo de forma articulada. É inquestionável que a distribuição gratuita de uma ampla gama de livros didáticos, paradidáticos e de literatura, que os estudantes não têm condições de comprar, é positiva para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, nossa perspectiva é de que, apesar das contradições no interior do Estado, ele não deixa de ser instrumento de exploração do trabalho a serviço do capital. Para poder desempenhar suas funções econômicas legitimamente, o Estado amplia suas funções sociais, o

¹³⁵ Consultar a dissertação de Carmen Cunha Rodrigues de Freitas: “TRABALHO DOCENTE E A EXPROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO DO PROFESSOR: Movimento Todos Pela Educação e legislação educacional 2007-2014”. UFRJ, 2014.

que pode levar à contemplação forçosa de demandas da classe trabalhadora, que, por sua vez, são refuncionalizadas segundo o objetivo de proporcionar lucros aos capitalistas. Tais disputas em torno do Estado ampliado são extremamente desiguais: uma carta dos profissionais da educação ao governo Lula certamente não teria o mesmo efeito daquela enviada em 2002 pela Abrale e Abrelivros, que pautou a transformação do PNLD.

A influência do setor privado sobre o rumo desta política já foi apontada por diferentes autoras (HÖFLING, *op. cit.*; CASSIANO, *op. cit.*). Vimos que o empresariado, mais do que ser beneficiado por medidas estatais, foi incorporado diretamente ao Estado, tornando-se protagonista da formulação das políticas para o livro didático, através da participação ativa de autores, editores e livreiros organizados em suas entidades de classe.

Até os anos 1970, as frações capitalistas que tinham suas demandas atendidas através da política de livros eram aquelas funcionantes, vinculadas às indústrias de edição, impressão e de papel e ao comércio de livros. A partir da década de 1980, com a consolidação do capitalismo imperialista no país e com a crescente importância do fundo público para a dinâmica de acumulação capitalista, o capital financeiro foi inserido no rol das frações burguesas que incidem sobre a política de didáticos e são por ela beneficiadas.

Nesse período, o país adotou diretrizes das agências supranacionais, vinculadas à oligarquia financeira, para a educação primária e para o material didático, que orientaram a modificação e ampliação do PNLD a partir do governo Cardoso. A partir dessa ampliação, um montante maior de riqueza social passou a ser disponibilizado para as editoras. Concomitantemente, com as fusões e aquisições que passaram a ocorrer no setor e sua associação a fundos de investimento, abriu-se mais um canal de escoamento do fundo público para o capital financeiro, que já embolsa quase metade do orçamento público através do pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Conforme apontou Lenin, a concentração do capital financeiro tem acentuado ainda mais a concentração do capital das empresas. Como os fundos investem em várias empresas do setor, a concentração dos capitais do mercado editorial de livros didáticos brasileiro atingiu um novo patamar. Essa concentração é ainda maior, visto que todo fundo possui por trás de si um gestor, responsável pela gestão profissional de seus ativos, e um custodiante, em geral um grande banco, que responde pela guarda dos mesmos, ambos vinculados a inúmeros fundos simultaneamente.

Resulta que hoje os recursos do PNLD são disputados por empresas qualitativamente distintas daquelas que durante décadas o hegemonizaram, ainda que muitos selos editoriais ainda sejam os mesmos, escamoteando o processo em curso. Como o programa é aberto a

qualquer empresa legalmente estabelecida no país, são empresas nacionais e estrangeiras de destaque mundial, como Abril Educação, FTD, Holtzbrinck, Positivo, Prisa, Saraiva e SM.

Além da participação direta de empresas estrangeiras, o capital financeiro dos países de capitalismo central canaliza para si esses recursos de outras formas: empresas e fundos de investimento estrangeiros compram empresas nacionais (plenamente ou parte de suas ações) e rentistas estrangeiros investem em fundos de investimento brasileiros. As frações burguesas locais ligadas ao setor editorial, sem alternativas, anuem à participação do capital estrangeiro nos lucros que historicamente lhes eram exclusivos, vendendo parte de sua propriedade para outras empresas e fundos de investimentos. Resulta que empresas nacionais e estrangeiras disputam, lado a lado, o fundo público, ambas crescentemente subjugadas à fração financeira mundialmente hegemônica.

Ainda não avaliamos como a educação em si é ou será afetada pela hegemonia do capital financeiro. Não se trata de afirmar que com a reconfiguração do mercado editorial os livros se tornaram meros produtos a serem comercializados, pois, produzidos pelo setor privado, sempre o foram. Para os capitalistas, seu valor imperativo equivale à quantidade de dinheiro pela qual podem ser vendidos (seu valor de troca), e não a sua utilidade real (seu valor de uso). No entanto, há diferenças entre o domínio de frações capitalistas distintas. O controle por instituições financeiras e a organização das empresas em sociedades por ações possibilitam a ampliação da escala da concentração e centralização de capitais, o que seria impossível com a empresa individual, que precisaria acumular o seu próprio lucro para garantir as condições necessárias para viabilizar a produção futura.

A mercadoria com a qual o capitalista rentista do setor editorial (ou de qualquer outro setor) opera pessoalmente não é a mercadoria livro, mas a mercadoria dinheiro, cujo valor de uso é, assim como seu valor de troca, seu enriquecimento pessoal. Ele não tem, portanto, vínculos com a produção das mercadorias educacionais, tampouco com a comercialização desses serviços. Na linguagem dos investidores, a educação serve enquanto for sinônimo de “boa oportunidade de investimento financeiro”. Esse capitalista, que ao mesmo tempo em que nasce da esfera produtiva, dela toma aparente autonomia, compra ações de empresas quaisquer, desde que com a expectativa de lucro futuro, da forma mais rápida e com o menos custo possível.

Dessa forma, o que esperar das decisões tomadas por uma empresa educacional quando um fundo de investimento torna-se um acionista relevante e, assim, indica conselheiros administrativos e obtém o direito de votar e decidir os rumos da empresa? O significado de ter um “homem de negócios” no comando de empresas de educação pode ser

vislumbrado a partir do exemplo da editora Pantheon que, quando foi adquirida pela Random House (grupo Bertelsmann), teve seu grupo de intelectuais responsáveis pela edição subordinado a Alberto Vitale: “Em um arranha-céu no qual praticamente todos os escritórios eram cobertos de livros, o de Vitale oferecia um contraste impressionante. Não podia ser visto nenhum livro nas prateleiras; as fotografias não eram de autores, mas de seu iate” (SCHIFFRIN, *op. cit.*, p.99).

Acreditamos que, ancorado na intensificada expansão do capital financeiro para a área dos serviços, está em curso um processo de mercantilização da educação de novo gênero. A diferença específica do atual cenário do mercado editorial e, provavelmente, da mercadoria educacional como um todo, é a hegemonia financeira, em contraste com os negócios educacionais sob controle de capitalistas funcionantes. Encerramos esta dissertação sendo capazes de apontar, ainda sem desvelar, o cerne da nossa questão, que deverá guiar nossos próximos passos: é imprescindível conhecer em detalhes os agentes dessa mercantilização de novo tipo (os fundos e gestoras e bancos a eles vinculados). Urge indicar todos os caminhos que estes percorrem para se apropriar de montantes ainda maiores da riqueza socialmente produzida, ampliando, no terreno da luta de classes, a porção de trabalho humano revertida para o capital.

Dado que a realidade é multiplamente determinada, estamos seguros de que precisamos considerar muitos outros elementos em nossa análise, como o desenvolvimento particular do capitalismo monopolista no Brasil, as consequências para a financeirização da crise de 2008, as ações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (órgão encarregado da política antitruste no Brasil), o papel do BNDES etc. Entendemos que, para compreender a economia política do livro didático e das políticas públicas a ele voltadas no país e escapar do economicismo o qual criticamos, nossos estudos subsequentes deverão englobar desde a produção do livro didático e dos sistemas estruturados de ensino até sua utilização dentro das escolas públicas do país, pautando necessariamente as pressões e contradições dos sujeitos e segmentos de classe envolvidos e a que estratégias de hegemonia suas ações correspondem. Também nos é necessária uma maior apropriação do pensamento daqueles que nos fornecem a chave para a compreensão da sociedade burguesa, através do método crítico-dialético e da crítica à economia política. Temos, portanto, um longo caminho pela frente.

Bibliografia

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. e ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. *Educ. Soc.* [online]. 2009, vol.30, n.108, pp.799-818.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Retratos da Escola*, Brasília, DF, n. 3, p. 107-116, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. *In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilásio (org.).* Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. *In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana & MIOTO, Regina (org.).* Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história – 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLO, Carlos Alberto. Autonomia Frustrada: o CADE e o poder econômico. São Paulo: Boitempo, 2005.

BORGES, Bárbara. Um novo cenário para o negócio do livro. São Paulo: COM-ARTE, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.).* Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRETTAS, Tatiana. A Disputa pelo Fundo Público no Contexto de Financeirização. *In: Anais do Seminário Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática.* Niterói: NIEP/UFF, 2011.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Internacionalização da Mídia Brasileira: Análise do Grupo Abril. *Revista ALAIC*, n. 5, pp.142 a 152, 2011. Disponível em: http://www.alaic.net/portal/revista/r5/cientifica_04.pdf

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na Educação nacional. São Paulo: Editora Unesp, 2013a.

_____. Sistemas Estruturados de Ensino e mercado editorial brasileiro. Trabalho apresentado no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM, 2013b. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1996-1.pdf

CASTRO, Jorge Abrahão. O processo de gasto público do Programa do Livro Didático. Texto para Discussão n.406. Brasília: IPEA, 1996.

CARNEIRO, Glauco. Fazendo a cabeça do país: introdução à história das Editoras Abril e Nova Cultural e seu papel na difusão de inovações dentro da sociedade brasileira. São Paulo: Dedoc, 1986.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. Outubro: revista do Instituto de Estudos Socialistas, Número 5, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio; **GÓES**, Moacyr. O golpe na educação – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 7-33.

DA SILVA, Rodrigo Marcelino. Capital Financeiro e Financeirização – resgate das chaves heurísticas para análise da contemporaneidade. In: Anais do Seminário Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Niterói: NIEP/UFF, 2011.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. Outubro, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n.16, p.75-107, 2. sem. 2007.

EARP, Fábio Sá; **KORNIS**, George. A economia da cadeia produtiva do livro. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

EUROMONITOR INTERNATIONAL. *The world market for books and publishing*, 2003.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011.

GLATTFELDER, James B.; **BATTISTON**, Stefano. *Backbone of complex networks of corporations: The flow of control*. Physical Review E, v. 80, n. 3, p. 036104, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história* – 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. Educação & Sociedade, São Paulo: Cedes. n° 70, p. 1-232, 2000.

_____. A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988. Tese de Doutorado em Educação, Unicamp, 1993.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A Formação da Leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

LEHER, Roberto. Controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo. Relatório parcial de pesquisa CNPq, 2013.

_____. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, n. 3, 1999. p. 19-30.

LÉNINE, V. I. Obras escolhidas em três tomos. Lisboa/Moscú: Avante!/Progresso, 1981, t.1, p.575-671.

LÖWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Actuel Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MACIEL, Marco. Compromisso com a Nação. Revista de informação legislativa, v. 47, n. 187, p. 9-19, jul./set. 2010.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I, volume 1; tradução de Reginaldo Sant'Anna – 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988, volume II, Livro Primeiro, Tomo 2.

_____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988, volume IV, Livro Terceiro, Tomo 1 (Parte Primeira).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MELLO, Guimar Namó. Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Ministério da Educação. Educação para todos. Brasília: MEC, Série 6/85.

Ministério da Educação e do Desporto/UNESCO. Plano decenal de educação para todos. Brasília: 1993.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, José Paulo; **BRAZ**, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica* – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasílica dos Rejeitados*, 1997. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras, Rio de Janeiro: PUC, 1997.

PAULANI, Leda Maria. *A dependência redobrada*. *Le Monde Diplomatique*, 03 de Agosto de 2012.

PEREZ, Bruno Mandelli. *A Abril e a Naspers: Um estudo de caso do capital estrangeiro na mídia brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Clacso-Ed Expressão popular, 2011.

SÉCCA, R. X.; **LEAL**, R. M. *Análise do setor de ensino superior privado no Brasil*. BNDES Setorial, n.30, p. 103-156, 2009.

SCHIFFRIN, André. *O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

URIBE, Richard. *Programas, compras oficiales y dotación de textos escolares en América Latina*. Bogotá: Cerlalc, 2006.

WORLD BANK. *Priorities and strategies for education*, 1990.

WORLD BANK. *Guía Operacional para Libros de Texto y Material de Lectura*, 2003. Traducción por el Cerlalc.

Legislação

Decreto-Lei nº 93, de 21 de Dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro.

Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Decreto-lei nº 2130, de 12 de abril de 1940. Dispõe sobre as oficinas e serviços gráficos federais.

Decreto nº 50.489, de 25 de Abril de 1961. Dispõe sobre o financiamento e a redução dos custos de obras didáticas e dá outras providências.

Decreto nº 53.451, de 20 de Janeiro de 1964. Regulamenta a Lei n. 4131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 59355, de 4 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66.

Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de 1966. Concede incentivos fiscais às indústrias que menciona e dá outras providências.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

Lei nº 5.327, de 2 de Outubro de 1967. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências.

Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.

Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

Resolução n. 6, de 13 de julho de 1993.

Resolução CDFNDE n.20 2000.

Lei nº 10.610 de 2002. Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA 2008.

Resolução nº 1, de 15 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro - PNLD - para o ensino médio.

Resolução/CD/FNDE nº 51, de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA).

Resolução nº 60, de 20 de novembro de 2009. Dispõe sobre O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica.

Resolução nº 10, de 10 de março de 2011. Altera a Resolução nº 60, de 20 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica.

Resolução nº 40, de 26 de julho de 2011. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo.

Resolução nº 10, de 10 de março de 2011.

Resolução/CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica.

Resolução nº 22, de 7 de junho de 2013. Altera o § 3º do art. 6º da Resolução nº 42, de 28 de agosto de 2012, e o § 4º do art. 1º da Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, que dispõem sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica e a educação de jovens e adultos.

Páginas eletrônicas

Conglomerados e empresas

<http://br.reuters.com/>
<http://brin3.com.br/>
<http://corp.megastudy.net/>
<http://corporate.harpercollins.com/>
<http://digital.abril.com.br/>
<http://english.neworiental.org/>
<http://exame.abril.com.br/>
<http://grafica.abril.com.br/>
<http://institucional.taesa.com.br/>
<http://investor.neworiental.org/>
<http://ir.timewarner.com/>
<http://newscorp.com/>
<http://portal.pearson.com.br/>
<http://portal.pearson.com.br/>
<http://ri.animaeducacao.com.br/>
<http://ri.lopes.com.br/>
<http://ri.viverinc.com.br/>
<http://se.macmillan.com/>
<http://sistemadeensinomaxi.com.br/>
<http://thewaltdisneycompany.com/>
<http://wiseup.com/>
<http://www.abrileducacao.com.br/>
<http://www.afferolab.com.br/>
<http://www.americanpubliceducation.com/>
<http://www.amplify.com/>
<http://www.animaeducacao.com.br/>
<http://www.apollo.edu/>
<http://www.bertelsmann.com/>
<http://www.cbl.org.br/>
<http://www.cbcorporation.com/>
<http://www.cosan.com.br/>
<http://www.devrybrasil.edu.br/>
<http://www.devryeducationgroup.com/>
<http://www.editorapositivo.com.br/>
<http://www.editorasaraiwa.com.br/>
<http://www.enesa.com.br/>

<http://www.estacioparticipacoes.com.br/>
<http://www.estapar.com.br/>
<http://www.ftd.com.br/>
<http://www.ftdsistemadeensino.com.br/>
<http://www.fvc.org.br/>
<http://www.grupoa.com.br/>
<http://www.grupoabril.com.br/>
<http://www.grupoccr.com.br/>
<http://www.gruposantillana.com.br/>
<http://www.hachette.com/>
<http://www.harvard.edu/>
<http://www.hearst.com/>
<http://www.holtzbrinck.com/>
<http://www.impresa.pt/>
<http://www.kroton.com.br/>
<http://www.lagardere.com/>
<http://www.linx.com.br/>
<http://www.lopes.com.br/>
<http://www.macmillaneducation.com/>
<http://www.mcgraw-hill.com/>
<http://www.mheducation.com/>
<http://www.olideremmim.com.br/>
<http://www.pearson.com.br/>
<http://www.pearson.com/>
<http://www.perfilgroup.com/>
<http://www.phsistemadeensino.com.br/>
<http://www.planeta.pt/>
<http://www.positivo.com.br/>
<http://www.prisa.com/pt/>
<http://www.publishnews.com.br/>
<http://www.quebecor.com/>
<http://www.raiadrogasil.com.br/>
<http://www.redepitagoras.com.br/>
<http://www.reedelsevier.com/>
<http://www.rodaleinc.com/>
<http://www.scholastic.com/>
<http://www.sebsa.com.br/>
<http://www.simonandschuster.biz/>
<http://www.simonandschuster.com/>
<http://www.sistemaanglo.com.br/>

<http://www.sistemauno.com.br/>
<http://www.site.geo.com.br/>
<http://www.strayer.edu/>
<http://www.strayereducation.com/>
<http://www.timewarner.com/>
<http://www.todospelaeducacao.org.br/>
<http://www.viacom.com/>
<http://www.viverinc.com.br/>

Fundações

<http://www.fundacaolemann.org.br/>
<http://www.estudar.org.br/>
<http://www.proa.org.br/>
<http://www.icebrasil.org.br/>
<http://www.iqe.org.br/>

Fundos de investimento e gestoras

<http://www.blackrock.com/>
<https://www.bnymellon.com.br/sf/>
<http://www.bozanoinvestimentos.com.br/>
<http://www.brinvestimentos.com.br/>
<http://www.capitalinternationalfunds.com/>
<http://www.const.com.br/>
<http://www.constellation.com.br/>
<http://www.tarponinvest.com.br/>
<http://www.vanguard.com/>

Mercado financeiro

<https://br.financas.yahoo.com>
<http://exame.abril.com.br/>
<http://investing.businessweek.com/>
<http://investors.morningstar.com/>
<http://markets.ft.com/>
<http://portal.anbima.com.br/>
<http://www.abvcap.com.br/>
<http://www.auditoriacidada.org.br/>
<http://www.bmfbovespa.com.br/>
<http://www.bolsamadrid.es/>
<http://www.businessweek.com/>
<http://www.economist.com/>

<http://www.ft.com/>
<http://www.infomoney.com.br/>
<http://www.morningstar.com/>
<http://www.nasdaq.com/>
<http://www.nyse.com/>
<http://www.pwc.com.br/>
<http://www.valor.com.br/>

Páginas governamentais

<http://portal.mj.gov.br/>
<http://www.bndes.gov.br/>
<http://www.cade.gov.br/>
<http://www.cvm.gov.br/>
<http://www.fnde.gov.br/>
<http://www.mec.gov.br/>
<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/>

Apêndices

APÊNDICE A – Principais acionistas das empresas educacionais citadas ao longo da dissertação.

| Grupo (data de constituição) | Bolsas de Valores | Dez principais proprietários das ações negociadas no mercado (% ações) |
|---|--|---|
| Abril Educação SA (1998) | São Paulo (Brasil) | Abrilpar (20,70%) Tarpon (19,90%) Pacific Mezz Investco Sarl (18,50%) Constellation (6,60%) Massachusetts Financial Services Co. (0.00%) Handelsbanken Fonder AB (0.00%) Kondor Administradora e Gestora de Recursos Financieros Ltda. (0.00%) Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S/A (0.00%) Cyrte Investments BV (0.00%) Dimensional Fund Advisors LP (0.00%) TOTAL 65.70% |
| American Public Education Inc (2002) | NASDAQ (EUA) Berlim (Alemanha) Frankfurt (Alemanha) German Composite (Alemanha) | Wellington Management Co. LLP (8.83%) Invesco Advisers, Inc. (8.24%) BlackRock Fund Advisors (8.21%) T. Rowe Price Associates, Inc. (8.06%) Fidelity Management & Research Co. (7.08%) The Vanguard Group, Inc. (6.38%) Thompson, Siegel & Walmsley LLC (5.06%) Van Berkom & Associates, Inc. (4.98%) Heartland Advisors, Inc. (3.55%) Tiverton Asset Management LLC (2.58%) TOTAL 62.97% |
| Anima Educação SA (2007) | São Paulo (Brasil) | Daniel Faccini Castanho (15,24%) Br Educacional Fundo de Investimentos em Participações (11,05%) |

| | | |
|---|---|--|
| | | <p>Templeton Asset Management Ltd. (Hong Kong) (1,9%)</p> <p>Massachusetts Financial Services Co. (1.27%)</p> <p>Gávea Investimentos Ltda. (0.61%)</p> <p>Itaú Unibanco SA (0.58%)</p> <p>XP Gestão de Recursos Ltda. (0.58%)</p> <p>Constellation Investimentos e Participações Ltda. (0.48%)</p> <p>Amundi SA (Investment Management) (0.47%)</p> <p>Dynamo Administração de Recursos Ltda. (0.36%)</p> <p>AllianceBernstein LP (0.33%)</p> |
| <p>Apollo Education Group Inc (1981)</p> | <p>NASDAQ</p> <p>Berlim (Alemanha)</p> <p>Dusseldorf (Alemanha)</p> <p>Frankfurt (Alemanha)</p> <p>German Composite (Alemanha)</p> <p>Hamburgo (Alemanha)</p> <p>Munique (Alemanha)</p> <p>Estugarda (Alemanha)</p> <p>Mexico</p> <p>Stockholmsborsen – cash (Suécia)</p> | <p>Robeco Investment Management, Inc. (5.40%)</p> <p>Manning & Napier Advisors LLC (5.29%)</p> <p>The Vanguard Group, Inc. (5.24%)</p> <p>BlackRock Fund Advisors (4.84%)</p> <p>Acadian Asset Management LLC (3.58%)</p> <p>Yacktman Asset Management LP (3.48%)</p> <p>First Pacific Advisors LLC (3.39%)</p> <p>Samlyn Capital LLC (3.28%)</p> <p>Citigroup Global Markets Inc. (Broker) (2.62%)</p> <p>SSgA Funds Management, Inc. (2.61%)</p> <p>TOTAL 39,71%</p> |
| <p>Bertelsmann SE & Co KGaA (2012)</p> | <p>Frankfurt (Alemanha)</p> <p>Berlim (Alemanha)</p> <p>Dusseldorf (Alemanha)</p> <p>Frankfurt (Alemanha)</p> <p>Hamburgo (Alemanha)</p> | <p>Röcker & Walz Vermögensverwaltung GmbH (5.56%)</p> <p>Oppenheim Kapitalanlagegesellschaft mbH (4.01%)</p> <p>DZ PRIVATBANK SA (1.05%)</p> <p>Aramea Asset Management AG (0.62%)</p> <p>DJE Kapital AG (0.52%)</p> |

| | | |
|---|--|--|
| | Munique (Alemanha) Esturgarda (Alemanha) | Ampega Investment GmbH (0.06%) Tredje AP-fonden (0.05%) FIMAX Vermögensberatung GmbH (0.03%) Büttner, Kolberg & Partner - Vermögensverwalter – GmbH (0.02%) TOTAL 11.92% |
| DeVry Education Group Inc (1987) | Nova Iorque (EUA) Berlim (Alemanha) Dusseldorf (Alemanha) Frankfurt (Alemanha) German Composite (Alemanha) | International Value Advisers LLC (8.25%) Fairpointe Capital LLC (7.14%) BlackRock Fund Advisors (4.89%) The Vanguard Group, Inc. (4.56%) BAMCO, Inc. (4.43%) Blue Harbour Group LP (4.09%) Dimensional Fund Advisors LP (3.93%) First Pacific Advisors LLC (3.78%) Point72 Asset Management LP (3.70%) Burgundy Asset Management Ltd. (3.58%) TOTAL 48,35% |
| Estácio Participações SA (2007) | São Paulo (Brasil) OTC Pink - Current Information (EUA) | Lazard Asset Management LLC (10.73%) OppenheimerFunds, Inc. (9.72%) Findlay Park Partners LLP (4.29%) AllianceBernstein LP (4.28%) JGP Gestão de Recursos Ltda. (4.00%) BlackRock Fund Advisors (2.06%) Massachusetts Financial Services Co. (1.89%) Norges Bank Investment Management (1.56%) APG Asset Management NV (1.50%) Fidelity Management & Research Co. (1.40%) TOTAL 41.43% |
| FTD | Não possui capital aberto. | |
| Holtzbrinck | Não possui capital aberto. | |
| Kroton Educativa SA (1998) | São Paulo (Brasil) Berlim (Alemanha) Grey Market (EUA) | OppenheimerFunds, Inc. (7.99%) Constellation Investimentos e Participações Ltda. (5.02%) |

| | | |
|--------------------------------|---|---|
| | OTCQX International Premier (EUA) | The Vanguard Group, Inc. (2.36%) GF Gestão de Recursos S/A (2.10%) AllianceBernstein LP (1.88%) BlackRock Fund Advisors (1.66%) Thornburg Investment Management, Inc. (1.29%) Norges Bank Investment Management (1.15%) Handelsbanken Fonder AB (1.07%) William Blair & Co. LLC (Investment Management) (1.02%) TOTAL 25.53% |
| Lagardère SCA (1980) | Paris (França) Berlim (Alemanha) Dusseldorf (Alemanha) Frankfurt (Alemanha) German Composite (Alemanha) Hamburgo (Alemanha) Munique (Alemanha) Esturgarda (Alemanha) Londres (Inglaterra) Stockholmsborsen – cash (Suécia) OTC Pink – Current (EUA) | Qatar Investment Authority (Investment Management) (12.83%) DNCA Finance SA (2.25%) BlackRock Fund Advisors (1.63%) Braun, von Wyss & Müller AG (1.41%) Edmond de Rothschild Asset Management SA (1.38%) State Street Global Advisors Ltd. (1.30%) The Vanguard Group, Inc. (1.15%) Dimensional Fund Advisors LP (1.13%) Norges Bank Investment Management (1.12%) Amundi SA (Investment Management) (1.08%) TOTAL 25.28% |
| Laureate Education Inc. | Não possui capital aberto. | |
| McGraw-Hill Education | Não possui capital aberto, somente a McGraw-Hill Financial. | |
| MegaStudy Co Ltd (2000) | Korea Securities Dealers Association | Shinyoung Asset Management Co., Ltd. (10.85%) Fidelity Management & Research Co. (10.70%) |

| | | |
|---|---|--|
| | Quotation (Coreia) | Hanwha Asset Management Co., Ltd. (6.12%) National Pension Service of Korea (6.05%) Matthews International Capital Management LLC (5.07%) Genesis Investment Management LLP (2.75%) T. Rowe Price International Ltd. (2.27%) FIL Investment Management (Hong Kong) Ltd. (1.32%) Invesco Hong Kong Ltd. (1.19%) Dimensional Fund Advisors LP (0.84%) TOTAL 47,15% |
| New Oriental Education & Technology Group (2006) | Nova Iorque (EUA) | Baillie Gifford (14.60%) OppenheimerFunds, Inc. (12.11%) FIL Investments International (9.82%) Acadian Asset Management LLC (3.98%) Wells Capital Management, Inc. (3.04%) Brookside Capital LLC (2.52%) FIL Investment Management (Hong Kong) Ltd. (2.11%) Lazard Asset Management LLC (1.94%) Wellington Management Co. LLP (1.43%) Farallon Capital Management LLC (1.40%) TOTAL 52.95% |
| Pearson (1897)/ Pearson PLC | Londres (Inglaterra) Buenos Aires (Argentina) Berlim (Alemanha) Dusseldorf (Alemanha) Frankfurt (Alemanha) German Composite (Alemanha) Munique (Alemanha) | Legal & General Investment Management Ltd. (3.26%) Northern Cross LLC (3.00%) Libyan Investment Authority (Investment Management) (2.98%) Longview Partners LLP (2.79%) Lindsell Train Ltd. (2.28%) The Caisse de dépôt et placement du Québec (2.16%) Schroder Investment Management Ltd. (1.98%) |

| | | |
|--|---|--|
| | Estugarda (Alemanha) XETRA Level 1 (Alemanha) Paris (França) Stockholmsborsen – cash (Suécia) Grey Market (EUA) Nova Iorque (EUA) | Mackenzie Financial Corp. (1.97%) BlackRock Investment Management (UK) Ltd. (1.89%) Aberdeen Asset Managers Ltd. (1.75%) TOTAL 24.05% |
| Positivo | As divisões educacional e gráfico-editorial não possuem capital aberto, somente a Positivo Informática. | |
| Prisa (Promotora de Informaciones SA) | SIBE – Mercado Continuo Espanol (Espanha) Berlim (Alemanha) Frankfurt (Alemanha) German Composite (Alemanha) Estugarda (Alemanha) Paris (França) Londres (Inglaterra) Stockholmsborsen – cash (Suécia) Grey Market (EUA) Nova Iorque (EUA) | Goldman Sachs & Co. (Private Banking) (2.33%) Morgan Stanley & Co. LLC (2.14%) Whitebox Advisors LLC (1.72%) UBS Securities LLC (1.18%) Evermore Global Advisors LLC (0.65%) Berson & Corrado Investment Advisors LLC (0.36%) Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH (0.30%) Goldman Sachs International (0.28%) Camden Asset Management LP (0.21%) T2 Partners Management LP (0.20%) |
| Saraiva S.A. Livreiros Editores | São Paulo (Brasil) | Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda (Brasil) (7,50%) Membros da família Saraiva (Brasil) (26,54%) HSBC (Inglaterra) (7,81%) Amundi Funds (França) (6,89%) Ernesto Zarzur (Brasil) (1,68%) |
| Scholastic Corp (1986) | NASDAQ (EUA) Frankfurt (Alemanha) German Composite | Royce & Associates LLC (12.27%) Fairpointe Capital LLC (9.54%) Dimensional Fund Advisors LP (8.39%) |

| | | |
|---|---|---|
| | (Alemanha) Munique (Alemanha) | T. Rowe Price Associates, Inc. (7.67%) BlackRock Fund Advisors (7.02%) The Vanguard Group, Inc. (5.26%) Security Investors LLC (3.33%) Ceredex Value Advisors LLC (3.26%) Cambiar Investors LLC (3.22%) Northern Trust Investments, Inc. (3.10%) TOTAL 63.05% |
| Strayer Education Inc (1996) | NASDAQ (EUA) Berlim (Alemanha) Frankfurt (Alemanha) German Composite (Alemanha) Munique (Alemanha) | T. Rowe Price Associates, Inc. (14.59%) Royce & Associates LLC (9.59%) BlackRock Fund Advisors (8.84%) The Vanguard Group, Inc. (6.20%) Burgundy Asset Management Ltd. (4.21%) SSgA Funds Management, Inc. (2.06%) Putnam Investment Management LLC (1.93%) Renaissance Technologies LLC (1.89%) Citadel Advisors LLC (1.89%) Wells Capital Management, Inc. (1.83%) TOTAL 53.02% |
| Fontes: http://markets.ft.com/ , acessado em 18/07/2014, e http://www.bmfbovespa.com.br/ . | | |

APÊNDICE B – Fundos que investem em mais de uma das treze empresas analisadas no capítulo 1, listadas em bolsas de valores.¹³⁶

| Fundos | Número de empresas das quais os fundos possuem ações (% empresas) |
|--|--|
| BlackRock Fund Advisors / BlackRock Investment Management (UK) Ltd. | 9 (69%) |
| The Vanguard Group, Inc. | 7 (54%) |
| Dimensional Fund Advisors LP | 5 (38%) |
| Norges Bank Investment Management T. Rowe Price Associates, Inc. / T. Rowe Price International Ltd. | 4 (31%) |
| Fidelity Management & Research Co. FIL Investment Management (Hong Kong) Ltd. / FIL Investments International OppenheimerFunds, Inc. | 3 (23%) |
| Acadian Asset Management LLC AllianceBernstein LP Burgundy Asset Management Ltd. Fairpointe Capital LLC First Pacific Advisors LLC Handelsbanken Fonder AB Lazard Asset Management LLC Massachusetts Financial Services Co. Royce & Associates LLC SSgA Funds Management, Inc. Wellington Management Co. LLP Wells Capital Management, Inc. | 2 (15%) |

¹³⁶ Abril Educação, American Public Education, Apollo Education, Bertelsmann, DeVry, Estácio, Kroton, Lagardère, Megastudy, New Oriental, Pearson, Scholastic, Strayer University.

APÊNDICE C – Conselheiros administrativos, diretores executivos e conselheiros fiscais da Abril Educação, Abril Mídia, Abrilpar e Fundação Victor Civita¹³⁷.

| Nome | Cargo | Empresas e Instituições Financeiras | Associações, entidades patronais e governo |
|------------------------------|---|---|--|
| ABRIL EDUCAÇÃO | | | |
| Conselho administrativo | | | |
| Arnaldo Figueiredo Tibyriçá | Abrilpar (jurídico) | C&A; BCP Telecomunicações; Banco Itaú. | |
| Douglas Duran | Abrilpar (finanças) | Iniciou sua carreira no grupo Abril. | |
| Florian Bartunek | | Constellation Asset Management; Banco Pactual; Brasil Insurance; Pactual Infinity ¹³⁸ ; Fundo Andromeda ¹³⁹ ; Banco Nacional; BTG Pactual Bank; Utor Investimentos. | Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Fundação Lemann; Fundação Estudar; Instituto ProA. |
| Manoel Luiz Ferrão de Amorim | Presidente executivo e vice-presidente administrativo | Escola de Gestão Marriot; Globex AS; Vivo; Telefônica; América Online; Procter & Gamble; Telecom; Banco Investcred; Mastercard Internacional. | Câmara América de Comércio de São Paulo; Organização Mundial de Presidentes. |
| Marcos Antônio Magalhães | Membro independente; Fundação Victor | Royal Philips Electronics | Ass. de Indústria Eletrônica Brasileira, Ass. de Indústria Brasileira de Iluminação, Ass. Brasileira de Telecomunicações, Lideranças Empresariais, Instituto |

¹³⁷ Fonte: páginas eletrônicas do Grupo Abril e Abril Educação. Dados atualizados entre 2013 e 2014.

¹³⁸ Fundo de ações offshore (com sede em paraíso fiscal) mais rentável do mundo.

¹³⁹ Fundo que alcançou a melhor performance entre os fundos de ações, segundo o Guia de Investimentos publicado por EXAME.

| | | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|--|---|
| | Civita | | Fernando Braudel de Economia Mundial, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto de Qualidade no Ensino e Comitê para a Democratização da Informática. |
| Maria Helena Guimarães de Castro | Membro independente | UNICAMP | Secretária de Estado de Educação SP e DF, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social SP, Secretária de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia SP, MEC ¹⁴⁰ . |
| Paulo Roberto Nunes Guedes | | BR Investimentos; IBMEC; HSM Educação; Banco Pactual. | |
| Diretoria Executiva Estatutária | | | |
| Elzimar Albuquerque | | General Electric Corporation; Xerox; Prudential Seguros de Vida. | |
| Guilherme Alves Mélega | Financeiro e administrativo | Ambev; Rhodia; Whirlpool; Braskem. | |
| Ivan Sartori Filho | Produtos complementares e marketing | Otis; Tenneco; Alcoa; Whirlpool e Telefônica; PUC-RJ; Curso Paralelos. | |
| João Lacerda | Escolas e Cursos | Positivo Informática; Kroton Educacional; | |

¹⁴⁰ Responsável pela implantação do Exame nacional de Cursos – Provão, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e pela implantação do Sistema Nacional de Informação Educacional.

| | | | |
|----------------------------------|--|---|--|
| Almeida e Silva | Preparatórios | Segmento Educacional da RM Sistemas/ TOTVS. | |
| Mario Ghio Junior | Produtos e Serviços Pedagógicos | Sistema Anglo de Ensino; Grupo COC; Sistema UNO de Ensino; Avaliações Qualidade Educacional; Estácio Participações S.A. | |
| Conselho Fiscal | | | |
| Alexandre Cunha Bagnoli | BTG Pactual; Constellation Asset Management ¹⁴¹ . | | |
| Eduardo Khair Chalita | Americanas.com; Lojas Americanas S/A.; Nova.com; Pontofrio.com. | | |
| Leonardo Rocha | Esso Brasileira de Petróleo; Exxon Química; Coca-Cola; Telefonica; Pão de Açúcar; HP Brasil; Globex Utilidades; Camargo Corrêa; Admiral Capital Partners; Instituto Empreender Endeavor. | Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças-SP, IBGC, Comitê de Gestão da Confederação Brasileira de Rubgy e Audit Committee Institute coordenado pela KPMG. | |
| Marcos Bastos Rocha | Investimentos e Participações em Infra-Estrutura; Globex Utilidades; Banco Investcred Unibanco; Sendas. | | |
| Xavier Abdon De Souza | Vale. | | |
| ABRIL MÍDIA | | | |
| Conselho de Administração | | | |
| Andre Coetzee | Naspers | | |
| Fábio Colletti | Nestlé; Citibank; Long-Term Credit Bank of Japan - Latin America; ABN | | |

¹⁴¹ Setores de Mineração & Siderurgia, Aviação, Educação e Construção Civil.

| | | | |
|--|---|---|---|
| Barbosa (Presidente) | Amro Bank; Banco Santander. | | |
| Hein Brand | Naspers (grupo de mídia); The Education Investment Corporation Limited (empresa educacional). | | |
| ABRILPAR | | | |
| Thomaz Roberto Scott | Diretor de auditoria | Bank Boston; Banco Real e Arthur Andersen (empresa de auditoria). | |
| FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA | | | |
| Angela Dannemann (Diretora executiva) | Fundação Avina. | | Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; Fundo FIRJAN-IAF (Interamerican Foundation); Associação de Assistência à Criança Deficiente; Associação Brasileira de Avaliação Educacional; e American Evaluation Association. |
| Conselho curador | | | |
| Claudio de Moura Castro | Faculdade Pitágoras | | IPEA/INPES, CAPES, Conselho Nacional para Recursos Humanos, Organização Internacional do Trabalho, Banco Interamericano de Desenvolvimento. |
| Jorge Gerdau Johannpete | Gerdau S.A. ¹⁴² ; Açominas, Petrobras. | | Instituto Millenium ¹⁴³ , Movimento Brasil Competitivo, <i>International Iron and Steel Institute</i> , Instituto Brasileiro de Siderurgia, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. |

¹⁴² Um dos maiores conglomerados siderúrgicos do mundo.

¹⁴³ Criado para disseminar uma visão de mundo baseada no liberalismo econômico (ou uma visão de "direita moderna"), com apoio de importantes grupos empresariais e meios de comunicação de massa.

Anexos

ANEXO A – Ranking Global do Mercado Editorial 2013.

| Posição (dados de 2012) | Empresa (Grupo ou Divisão) | País de origem | Faturamento em 2012 (€ milhões) |
|--|---|------------------------------------|--|
| 1 | Pearson Pearson education | Reino Unido Reino Unido | 6.913,41 5.629,27 |
| 2 | Reed Elsevier | R.U. / Holanda / EUA | 4.479,27 |
| 3 | ThomsonReuters | EUA | 4.080,30 |
| 4 | Wolters Kluwer Elsevier Science (Reed Elsevier) | Holanda R.U. / Holanda / EUA | 3.603,00 2.515,85 |
| 5 | Random House (Bertelsmann) | Alemanha | 2.142,00 |
| 6 | Hachette Livre (Lagardère) | França | 2.077,00 |
| 7 | McGraw-Hill Education Lexis Nexis (Reed Elsevier) | EUA Holanda | 1.763,08 (dados 2011) 1.963,41 |
| 8 | Grupo Planeta | Espanha | 1.675,00 |
| 9 | Scholastic | EUA | 1.627,27 |
| 10 | Holtzbrinck | Alemanha | 1.608,00 |
| 11 | Cengage Wolters Kluwer Legal Tax, & Regulatory Europe | EUA Holanda | 1.509,85 1.491,00 |
| 12 | Wiley | EUA | 1.350,76 |
| 13 | De Agostini Editore Penguin | Itália Reino Unido | 1.344,00 (2011) 1.284,15 |
| 14 | Shueisha | Japão | 1.107,55 |
| 15 | Kodansha Wolters Kluwer Tax, Accounting & Legal | Japão Holanda | 1.034,69 981,00 |

| | | | |
|----|---|----------------------------------|----------------------------|
| 16 | Springer Science and Business Media | Alemanha | 976,00 |
| 17 | Houghton Mifflin Harcourt Random House US | EUA EUA | 974,24 n.a. |
| 18 | Shogakukan Holtzbrinck Education & Science | Japão Alemanha | 948,54 902,00 |
| 19 | Harper Collins | EUA | 900,76 |
| 20 | Informa | Reino Unido | 850,00 |
| 21 | Oxford University Press Scholastic Children's Book Publishing and Distribution | Reino Unido EUA | 848,78 841,67 |
| 22 | China Publishing Group Corporate | China | 835,44 |
| 23 | Phoenix Publishing and Media Company | China | 813,83 |
| 24 | Kadokawa Publishing Hachette Livre (France) Wolters Kluwer Health | Japão França Holanda | 756,29 748,00 745,00 |
| 25 | Grupo Santillana | Espanha | 734,00 |
| 26 | Bonnier | Suécia | 731,71 |
| 27 | Gakken Holtzbrinck Consumer Book Publishing Editis | Japão Alemanha França | 708,47 706,00 693,00 |
| 28 | Simon&Schuster | EUA | 598,48 |
| 29 | Egmont Group | Dinamarca/Noruega | 532,00 |
| 30 | China Education and Media Group | China | 531,43 |
| 31 | Woongjin ThinkBig Springer Science and Business Media Germany Hachette Book Group USA | Coréia do Sul Alemanha EUA | 504,75 476,00 456,90 |

| | | | |
|----|--|--|----------------------------|
| 32 | Klett Hachette UK/AUS | Alemanha Reino Unido | 445,00 436,20 |
| 33 | Cornelsen | Alemanha | 419,00 |
| 34 | Readers Digest Egmont Kids Media Wolters Kluwer Corporate & Financial Services | EUA Dinamarca/Noruega Holanda | 404,09 393,00 386,00 |
| 35 | Mondadori | Itália | 371,00 |
| 36 | Messagerie / GeMS (Gruppo editoriale Mauri Spagnol) Random House Germany (Germany, Austria, Switzerland) | Itália Alemanha/EUA | 360,00 344,00 |
| 37 | Media Participations | França | 338,00 |
| 38 | Lefebvre-Sarrut | França | 333,00 |
| 39 | Abril Educação | Brasil | 327,22 |
| 40 | Harlequin | Canadá | 322,73 |
| 41 | Perseus | EUA | 321,97 |
| 42 | Sanoma Scholastic International Scholastic Educational Publishing Random House Group | Finlândia EUA EUA Reino Unido | 312,00 n.a. |
| 43 | Cambridge University Press Random House Group UK | Reino Unido Reino Unido | 298,78 273,00 |
| 44 | Westermann Verlagsgruppe | Alemanha | 265,50 |
| 45 | La Martinière Groupe | França | 264,00 |
| 46 | Flammarion | França | 264,00 |
| 47 | Groupe Gallimard | França | 253,00 (2011) |
| 48 | RCS Libri | Itália | 252,00 |
| 49 | Kyowon | Coréia do Sul | 243,39 |
| 50 | Bungeishunju Wolters Kluwer Germany | Japão Alemanha | 225,50 220,00 |

| | | | |
|----|---------------------|-------------|--------|
| 51 | Haufe Gruppe | Alemanha | 218,20 |
| | Penguin UK | Reino Unido | 217,00 |
| 52 | OLMA Media Group | Rússia | 194,70 |
| 53 | Weka | Alemanha | 186,90 |
| 54 | Shinchosha | Japão | 185,33 |
| 55 | EKSMO | Rússia | 175,21 |
| 56 | Saraiva | Brasil | 174,22 |
| 57 | Editions Atlas | França | 169,50 |
| 58 | Groupe Albin Michel | França | 165,00 |
| 59 | Editora FTD | Brasil | 150,00 |
| 60 | AST | Rússia | 147,67 |